

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

TÁSSIA BORGES FERREIRA

ESTUDO ENUNCIATIVO DO MARCADOR “MAL NECESSÁRIO”

CÁCERES-MT

2017

TÁSSIA BORGES FERREIRA

ESTUDO ENUNCIATIVO DO MARCADOR “MAL NECESSÁRIO”

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Albano Dalla Pria.

CÁCERES-MT

2017

TÁSSIA BORGES FERREIRA

ESTUDO ENUNCIATIVO DO MARCADOR “MAL NECESSÁRIO”

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Albano Dalla Pria

Orientador – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim

Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Jocineide Macedo Karim

Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

APROVADA EM: ___/___/_____

RESUMO

O cantor Ney Matogrosso interpreta uma canção intitulada “Mal necessário”, de autoria de Mauro Kwitko. A música articula de modo criativo e intrigante, um sistema de referências variadas. A expressão mal necessário na música recobre uma variedade considerável de referentes, o que nos fez perguntar: quais variedades de referentes (atividades e objetos) mal necessário é capaz de recobrir? Será que essa variedade de referentes que mal necessário é capaz de recobrir compartilha dessa sua natureza aparentemente contraditória? Motivados pelo título da música, fizemos um rápido levantamento da expressão mal necessário através de alguns buscadores disponíveis na rede mundial de computadores e encontramos o emprego da expressão para referir a uma variedade considerável de atividades. Então, o que a expressão mal necessário não seria capaz de referir? De que modo algo pode ser mal e necessário ao mesmo tempo? No intuito de contribuir para uma discussão mais ampla sobre a construção da representação e da significação em língua natural, propomos um estudo enunciativo do marcador mal necessário. Objetivamos nessa pesquisa: articular o valor particular e localizado de um conjunto de ocorrências de mal necessário, buscando a invariância (dinâmica) que sustenta cada ocorrência particular enquanto representação construída em língua portuguesa, bem como a passagem de uma ocorrência a outra. Articulamos os valores particulares e localizados das ocorrências de mal necessário com as demais unidades lexicais e gramaticais na constituição do enunciado como um todo, tomando por base as operações que não só estão na origem da produção dessas representações na língua portuguesa, mas que também sustentam a representação construída. Para isso simulamos formalmente, segundo protocolos definidos teoricamente, os processos constitutivos de um conjunto de nove enunciados constituídos por mal necessário, como forma de apropriação das operações enunciativas que estão na base das produções textuais dos sujeitos enunciadores. Nosso trabalho está inscrito em uma linha de pesquisas cuja orientação metodológica é o diálogo, tal como o linguista francês Antoine Culioli (1990, 1995, 1999a, 1999b) o definiu. Essa orientação teórico-metodológica é conhecida pela comunidade acadêmica como Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE). Para acessarmos esse diálogo interno e exteriorizá-lo precisamos, antes, nos apropriar de operações de base, tais como: quantificação, qualificação, comparação, identificação, diferenciação, tipo e atrator e de protocolos experimentais, tais como: léxis, relação primitiva, relação predicativa e relação enunciativa. A atividade de reformulação é o recurso definido pela TOPE para que o linguista acesse o diálogo interno e o exteriorize. Usamos os protocolos da TOPE e observamos uma ocorrência estabilizada de algo ou alguém ser um mal necessário seguida de uma nova construção, uma parafrase de dessa representação. Primeiro o sujeito inicia um trabalho de desestabilização da ocorrência, para só então estabilizá-la novamente em um ponto. Cada vez que se predica algo a respeito o valor move-se para um ponto diferente. Para Culioli esse movimento representa a permanente busca do sujeito enunciadore pelo ajuste intersubjetivo, e isso se dá, conforme ocorreu em todos os enunciados avaliados, em função da variação espaço-temporal entre T1 e T2.

Palavras-chave: Teoria das operações predicativas e enunciativas, Antoine Culioli, Oximoros, Mal necessário.

ABSTRACT

Singer Ney Matogrosso interprets a song called 'Mal necessário' ('Necessary evil'), authored by Mauro Kwitko. The song articulates in a creative and intriguing way, a system of various references. The expression, 'necessary evil' in the song cover a considerable variety of references, which make us ask: which varieties of references (activities and objects) 'necessary evil' is capable of covering? Is this variety of references which 'necessary evil' is capable of covering shares its apparently contradictory nature? Motivated by the song title, we did a quick data collection about the expression 'necessary evil' in some searching engines available on the internet and we found the use of the expression to refer to a considerable variety of activities. So, what would the expression, 'necessary evil' not be capable to refer to? In which way something can be necessary and evil at the same time? Intending to contribute to a more broad discussion about the construction of the representation and signification on natural language, we propose an enunciative study of the marker 'necessary evil'. Our objective in this research is to articulate the particular and located value of a set of occurrences of 'necessary evil', searching the (dynamic) invariance that supports each particular occurrence as constructed representation on the Portuguese language, as well as the passage from one occurrence to another. We articulate the particular and located values of the occurrences of 'necessary evil' with the the rest of the lexical and grammatical units in the constitution of the enunciation as a whole, using as a base the operations that not only are in the origin of the production of these representations in the Portuguese language, but also sustain the constructed representation. With this objective, we formally simulate, according to theoretically-defined protocols, the constitutive processes of a set of nine enunciations constituted by 'necessary evil', as a way of appropriation of enunciative operation that are in the base of the text production of the enunciating subjects. Our study is registered in a research line which methodologic orientation is the dialogue, such as the French linguist Antoine Culioli (1990, 1995, 1999a, 1999b) has defined it. This theoretical-methodological orientation is know by the academic community as Theory of Predicative and Enunciative Operations (in Portuguese, 'Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas' or TOPE). To access this inner dialogue and externalize it, we need, before, to appropriate of base operations, such as: quantification, qualification, comparison, identification, differentiation, type and attractor; and of experimental protocols, such as: lexis, primitive relation, predicative relation and enunciative relation. The reformulation activity is the resource defined by TOPE so the linguist can access the inner dialogue and externalize it. We used the TOPE protocols and we observed a stabilized occurrence of something or someone being a 'necessary evil' followed by a new construction, a paraphrasing of this representation. First, the subject starts a work of destabilization of the occurrence, so only then the subject can stabilize it in a point. Each time something about it is asserted, the value moves to a different point. To Culioli this movement represents the permanent search of the enunciative subject for the intersubjective adjustment, and this happens because of the space-time variation between T1 and T2, just as it occurred in all of the evaluated enunciations.

Key-words: Theory of Predicative and Enunciative Operations, Antoine Culioli, Oxymoron, Necessary evil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
-------------------------	----

CAPÍTULO I

OXIMOROS E A POÉTICA DOS CONTRÁRIOS	14
--	----

CAPÍTULO II

UM POUCO SOBRE A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS (TOPE)	27
2.1 A articulação Língua/Linguagem.....	27
2.2 Atividade Epilinguística: processo de produção e reconhecimento de formas.....	32
2.3 Processos languageiros.....	33
2.3.1 Atividade de representação.....	33
2.3.2 Atividade de referenciação.....	34
2.3.3 Atividade de regulação.....	35
2.3.4 Níveis de representação.....	35
2.4 Frase <i>versus</i> enunciado.....	37
2.5 A enunciação é processo, o enunciado seu produto.....	40
2.6 Atividade metalinguística.....	43
2.6.1 Objetos metalinguísticos.....	44
2.6.1.1 Noção e domínio nocional.....	44
2.6.1.2 Operações de quantificação e qualificação.....	47
2.6.1.3 Centro organizador da noção: tipo, atrator, fronteira, gradiente e complementar.....	49
2.6.1.4 Localização, extração, flechagem e varredura.....	52
2.6.1.5 Discreto, compacto e denso.....	54
2.6.1.6 O alto grau da noção.....	56
2.7 A atividade linguística: operações constitutivas do enunciado.....	56
2.7.1 Relação primitiva e o esquema de léxis.....	56

2.7.2 Relação Predicativa.....	57
2.7.3 Relação Enunciativa.....	58
2.8 Categorias gramaticais.....	58
2.8.1 Determinação.....	58
2.8.2 Modalidade.....	59
2.8.3 Aspecto.....	60
2.9 Paráfrase/Famílias parafrástica.....	60

CAPÍTULO III

MODOS DE CONSTRUÇÃO DO DOMÍNIO NOCIONAL DE MAL NECESSÁRIO.....	64
3.1 Noções construídas em relação ao tipo – domínio nocional fragmentado.....	65
3.2 Noções construídas em relação ao atrator – domínio nocional não-fragmentado.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

O cantor Ney Matogrosso é interprete de uma canção célebre intitulada “Mal necessário”, de autoria de Mauro Kwitko. A música articula de modo criativo, mas também intrigante, um sistema de referências variadas que incluem logo no primeiro verso ser um homem, uma mulher ou um bicho. A expressão mal necessário que se encontra apenas no título é latente ao longo da música; sem ser repetida nenhuma vez sequer, ecoa a cada verso. Além da musicalidade do poema, que foi feito para ser entoado, o tratamento dado à variabilidade daquilo a que o poema se refere de modo tenaz sob esse título é, no mínimo, primorosa. Segue abaixo a letra da canção;

Mal necessário

Sou um homem, sou um bicho, sou uma mulher
 Sou a mesa e as cadeiras desse cabaré
 Sou o seu amor profundo, sou o seu lugar no mundo
 Sou a febre que lhe queima mas você não deixa
 Sou a sua voz que grita mas você não aceita
 O ouvido que lhe escuta quando as vozes se ocultam
 Nos bares, nas camas, nos lares, na lama.
 Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo
 O que sempre esteve vivo, mas nem sempre atento
 O que nunca lhe fez falta, o que lhe atormenta e mata
 Sou o certo, sou o errado, sou o que divide
 O que não tem duas partes, na verdade existe
 Oferece a outra face, mas não esquece o que lhe fazem
 Nos bares, na lama, nos lares, na cama.
 Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo
 O que sempre esteve vivo
 Sou o certo, sou o errado, sou o que divide
 O que não tem duas partes, na verdade existe
 E não esquece o que lhe fazem
 Nos bares, na lama, nos lares, na cama
 Na cama, na cama, na cama

O título da música, assim como, toda a canção está repleta de termos e expressões tão contraditórias que parecem inimagináveis, absurdas, impossíveis e irracionais. Tais como: *O ouvido que lhe escuta quando as vozes se ocultam; Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo; Sou o certo, sou o errado, sou o que divide* etc. A expressão mal necessário na música recobre uma variedade considerável de referentes, o que primeiramente nos fez

perguntar: quais variedades de referentes (atividades e objetos) mal necessário é capaz de recobrir? Mal necessário nos parece um termo contraditório, o que fez surgir uma segunda questão: será que essa variedade de referentes que mal necessário é capaz de recobrir compartilha dessa sua natureza aparentemente contraditória?

Assim, motivados pelo título da música, fizemos um rápido levantamento da expressão mal necessário através de alguns buscadores disponíveis na rede mundial de computadores e encontramos o emprego da expressão para referir a uma variedade considerável de atividades, tais como: controlar gastos, agir com sinceridade, aprender inglês, editar fotos, ter amante, usar cobaias, fazer guerra, construir usina etc., e, de objetos, tais como: sacolas plásticas, impostos, governos, pesticidas, condomínios residenciais, políticos, cotas raciais, petróleo, carro, dinheiro, igreja, tecnologia, asilo etc. Após, fazermos essa investigação preliminar, nos demos conta da infinidade de referentes que mal necessário parecia recobrir. Disso resultou outra indagação: o que a expressão mal necessário não é capaz de referir? E outras perguntas não paravam de surgir: de que modo algo pode ser mal e necessário ao mesmo tempo? se é mal, como pode ser necessário? se é necessário, como pode ser mal?

O próximo passo dado, no intuito de encontrarmos algumas respostas e menos perguntas, foi consultar a equivalência sinonímica de necessário enquanto pertencente à categoria adjetivo em quatro dicionários da língua portuguesa: *Dicionário de Sinônimos Online*, disponível em www.sinonimos.com.br; o *Dicionário Houaiss* (HOUAISS; VILLAR, 2001), o *Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> e o *Thesaurus Eletrônico para o Português do Brasil*, disponível em <http://www.nilc.icmc.usp.br/tep2/index.htm>. Identificamos que quatro acepções estão registradas em praticamente todos esses dicionários: (1) indispensável, essencial; (2) inevitável e (3) o que deve ser feito, cumprido, o obrigatório; (4) o que é oportuno, vantajoso.

Quanto ao verbete mal, resumimos a equivalência sinonímica do substantivo em um conjunto de seis acepções: (1) oposto ao bem, o que prejudica, o que não é honesto nem moral, o modo errado; (2) infortúnio, desgraça; (3) prejuízo, desgraça; (4) castigo, punição; (5) doença física, doença psicológica (sofrimento, pesar, tristeza, infelicidade); (6) inconveniente, o que é desagradável, o que tem defeito.

Após essa consulta nossa percepção a respeito do caráter contraditório de mal necessário aumentou. Pois, com base nas equivalências sinonímicas para mal e necessário,

poderíamos questionar: como uma desgraça, por exemplo, pode ser indispensável e essencial? como uma doença ou um prejuízo pode ser vantajoso?

Ainda na ocasião da elaboração do nosso projeto de pesquisa, também fizemos nos arquivos textuais da versão eletrônica do jornal *Folha de S. Paulo*, disponível em <http://www.folha.uol.com.br/>, uma pesquisa cujo resultado chamou nossa atenção. Mal necessário apareceu reiteradas vezes no seguinte contexto sintático: SUJEITO + VERBO SER + um mal necessário. Além disso, raramente a expressão veio precedida de outro determinante que não fosse o indefinido *um*, na ausência de *um*, o determinante \emptyset (ausência de determinante) ainda era mais recorrente do que o artigo definido *o*; e várias ocorrências da expressão vinham entre aspas.

Com base nessas e em outras observações que fizemos de algumas ocorrências de mal necessário no jornal, intuímos a recorrência da introdução de uma ocorrência estabilizada de *<alguém ou alguma coisa ser um mal necessário>* e a posterior parafraseagem dessa representação de modo a desambiguar mal necessário, o que supomos ser uma busca do sujeito enunciador pelo ajuste intersubjetivo, que se dá em razão da variação espaço temporal e subjetiva de T1 para T2.

T2 representa o espaço-tempo da interlocução atual entre sujeitos enunciadorees. Em T2, o sujeito enunciador retoma ocorrências de representação estabilizadas em um tempo anterior a T2, T1, questionando-as em T2, em função dessa variação espaço-temporal entre T1 e T2. O resultado desse questionamento poderá conduzir a representação para a confirmação da estabilização construída em T1 ou para sua reorientação. Em ambos os casos, o enunciado em T2 trará as marcas desse trabalho do sujeito. E, é por isso que assumimos que há um trabalho metalinguístico efetuado pelo sujeito que procura estabilizar predicções que tenham sido construídas em tempos e espaços variados e em relação a sujeitos variados (T1) a uma situação atual de enunciação (T2).

Pensamos, então, em contribuir para uma discussão mais ampla sobre a construção da representação e da significação em língua natural, e, por isso, propomos um estudo enunciativo do marcador mal necessário. Mais especificamente objetivamos nessa pesquisa: articular o valor particular e localizado de um conjunto de ocorrências de mal necessário com processos generalizáveis e universais (operações), buscando a invariância (dinâmica) que sustenta cada ocorrência particular enquanto representação construída em língua portuguesa, bem como a passagem de uma ocorrência a outra; articular os valores particulares e localizados das ocorrências de mal necessário com as demais unidades lexicais e gramaticais na constituição do enunciado como um todo, tomando por base as operações que não só estão

na origem da produção dessas representações na língua portuguesa, mas que também sustentam a representação construída em língua portuguesa e; simular formalmente, segundo protocolos definidos teoricamente, os processos constitutivos de um conjunto de enunciados constituídos por mal necessário, como forma de apropriação das operações enunciativas que estão na base das produções textuais dos sujeitos enunciadores.

Nosso trabalho está inscrito em uma linha de pesquisas cuja orientação metodológica é o diálogo, tal como o linguista francês Antoine Culioli o definiu em seus trabalhos (Culioli, 1990, 1995, 1999a, 1999b). Essa orientação teórico-metodológica é conhecida pela comunidade acadêmica como Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE).

O diálogo, tal como Culioli o define, é uma função reguladora que coloca em jogo um conjunto de relações de alteridade entre representações – linguísticas e cognitivas – de um sujeito enunciador e aquelas representações que ele acredita serem as do seu coenunciador quanto ao universo psico-físico-cultural em situações de interlocução.

Assim, cabe a nós linguistas acessarmos esse diálogo interno e exterioriza-lo. Todavia, para isso, precisamos, antes, nos apropriar de operações de base, tais como: quantificação, qualificação, comparação, identificação, diferenciação, tipo e atrator e de protocolos experimentais, tais como: léxis, relação primitiva, relação predicativa e relação enunciativa (conceitos definidos por Culioli: 1990, 1995, 1999a, 1999b). Essas operações de base e esses protocolos experimentais estão na origem da organização tanto das representações cognitivas quanto linguísticas. O recurso definido pela TOPE para que o linguista acesse o diálogo interno e o exteriorize é a atividade de reformulação, também denominada de glosagem ou parafraseagem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985).

Inspirados pelas nossas primeiras observações acerca da expressão mal necessário e pela leitura dos textos de Catherine Fuchs (1985) e Claudine Normand (2009) resolvemos, então, consultar alguns manuais de Retórica e Poética, e encontramos nestes o oximoro, que aparece descrito como uma figura retórica de pensamento que auxilia na construção do paradoxo. No primeiro capítulo do nosso trabalho (*Oximoros e a poética dos contrários*) resumimos algumas considerações feitas por alguns autores sobre os oximoros, e de mais algumas figuras retóricas como a antítese e o paradoxo, figuras que alguns autores nem chegam a diferenciar por entenderem se tratar de figuras que de maneira geral atentam contra a lógica já que aproximam termos contrários, aparentemente irreconciliáveis, figuras capazes de agrupar num mesmo sintagma palavras de sentido oposto, mas que evidenciam os contrastes da própria realidade. E, desse modo, formulamos novas perguntas: seria, então, mal necessário um oximoro? Jakobson (2007), por exemplo, o classificaria como um oximoro

composto por oposição de termos contraditórios. Afinal, qual grau de parentesco a retórica poética guarda com a TOPE, uma teoria enunciativa contemporânea? Mal necessário apenas refletiria o caráter essencialmente dialético do mundo? São essas e outras questões anteriormente formuladas que esse trabalho se dedica a tentar responder.

No segundo capítulo desse trabalho nos dedicamos a apresentar de forma sucinta a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, teoria proposta pelo linguista francês Antoine Culioli, que propõe como objeto teórico de pesquisa a articulação da linguagem com as línguas naturais, e, assim, redefine, ao mesmo tempo, o próprio objeto de pesquisa da linguística.

O linguista deve partir do enunciado (os chamados observáveis), deve recriar por meio das marcas impressas no enunciado (nível linguístico) as operações que deram origem simultaneamente a sua forma e conteúdo (nível epilinguístico), e deve, finalmente, tentar reconstruir o enunciado de partida, imitando a atividade epilinguística do sujeito (nível metalinguístico). Pois, entre as operações (de linguagem) e as marcas (linguísticas), há uma relação que o linguista tentará reconstruir. A partir da marca (observável), este deve reformular o enunciado fonte e derivar, a partir deste, toda uma família de enunciados aparentados que Culioli (1999a) chama de família parafrástica.

Na subseção 2.6.1 *Objetos metalinguísticos* apresentamos alguns conceitos, tal como a TOPE os define, dentre esses, estão conceitos como: o de noção e domínio nocional (2.6.1.1); de operações de qualificação e quantificação (2.6.1.2); de formas de organização do domínio nocional com relação ao tipo ou atrator (2.6.1.3); de operações de localização: (identificação/diferenciação), extração, flechagem e varredura (2.6.1.4); e, de formas de funcionamento nocional: discreto, compacto e denso (2.6.1.5), pois tais conceitos são retomados no decorrer de nossas análises.

Na seção 2.7 *A atividade linguística: operações constitutivas do enunciado*, apresentamos o que seriam as três etapas da verbalização do pensamento, cada uma correspondendo a um tipo de relação: primitiva (2.7.1), predicativa (2.7.2) e enunciativa (2.7.3). Isso, porque, o enunciado emerge da articulação dessas três operações de construção do mesmo. “[...] Na etapa 1, o enunciador constrói a sua intenção de falar; na etapa 2, ele representa aquilo que quer dizer; na etapa 3, ele constrói o seu enunciado, referenciando e regulando suas representações”. (ZAVAGLIA, 2016, p. 76).

No enunciado, a noção está construída, é este, portanto, que carrega consigo os marcadores de modalidade, aspecto, determinação e diátese (categorias gramaticais abordadas na seção 2.8) que foram anexados às noções e aos termos já organizados num esquema de léxis. Desse modo, somente por meio dos enunciados podemos observar os processos, operações e mecanismos que permitem tanto sua construção quanto seu significado.

Decidimos analisar, então, nove enunciados nos quais aparecem a expressão *mal necessário*. Quatro desses enunciados foram compilados, ainda na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, nos arquivos textuais da versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo*, em 13 de julho de 2014, disponível em www.folha.uol.com.br; (01) *Ser adulto cansa pra caramba, às vezes até eu desanimo, mas é um mal necessário e inevitável. Deixar que os filhos assumam a responsabilidade pelos seus atos é, inclusive, um grandessíssimo aprendizado*; (02) *A cadeia não conserta ninguém, a função principal da cadeia é colocar medo nas pessoas de ir para lá. A cadeia é um mal necessário à civilização, pois inibe muitos crimes*; (03) *Há quem diga que ter conta em banco é um mal necessário. Entretanto, é possível criar e manter um bom relacionamento com uma instituição financeira que poderá ser parceira importante ao longo de sua vida financeira* e (04) *Muitos ainda acreditam que o "vestibular" é um "mal necessário". Mas ele é muito mais que isso: é parte do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade. E, como tal, deve ser enfrentado e superado*.

Os demais enunciados foram compilados em 07 de julho de 2016, do projeto Corpus Brasileiro, do grupo GELC, do Centro de Pesquisas, Recursos e Informação de Linguagem (CEPRIL), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (LAEL) da PUCSP, disponível em <http://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CBRAS>; (05) *Será a cartilha de alfabetização um mal necessário, de fato?*; (06) *Não gosto deste imposto, não é um imposto bom, mas é um mal necessário, neste momento, para o País. (sobre a CPMF)*; (07) *Não queremos entrar no mérito da questão das fundações privadas dentro das universidades públicas, mas na falta de perspectivas de mais verbas de impostos ou contribuições da União e dos Estados, elas estão se tornando quase um mal necessário*; (08) *Para uns, o jornalista é um mal necessário, mas eu entendo ser o jornalista um bem necessário dos tempos modernos* e (09) *Por outro lado, para que na sociedade haja gente de família, a prostituição passa a ser o perfeito mal necessário, uma vez que se concilia o incentivado treinamento sexual masculino pré-matrimonial com o fato de a moça chegar virgem ao casamento*.

CAPÍTULO I

OXIMOROS E A POÉTICA DOS CONTRÁRIOS

Catherine Fuchs em *As problemáticas enunciativas: um esboço de uma apresentação histórica e crítica* chama a atenção para o modo como a enunciação é tratada pela linguística contemporânea como uma descoberta, quando na realidade diz tratar-se de uma re-descoberta de antigos problemas já teorizados. Para Fuchs (1985), a enunciação teria três ancestrais: a Retórica, a Gramática e a Lógica, perspectivas a partir das quais se fundamentaram as contemporâneas abordagens enunciativas.

Na Retórica, a enunciação é abordada a partir de uma perspectiva discursiva. Conforme Fuchs (1985) Aristóteles delineou os elementos essenciais da Retórica por volta do séc. 4. A retórica aristotélica consistia de técnicas de produção de discursos persuasivos, cujo modelo era o discurso jurídico. Fuchs (1985) cita Barthes que distingue a Poética (discurso literário) da Retórica (discurso não literário). Esse compilado de técnicas empregadas pelo sujeito no discurso era visto pela Poética, como arte e pela Retórica, como técnica. Todavia, a finalidade, nos dois casos, era persuadir, convencer, comover o auditório. No discurso jurídico, por exemplo, argumenta-se pró ou contra determinado objeto passível de julgamento e as técnicas discursivas empregadas devem variar sempre que variam os sujeitos e as situações envolvidas.

Fuchs (1985) faz um apanhado das principais partes que compõem a retórica aristotélica: as “provas” (“*pisteis*” em grego, “*inventio*” em latim), a elocução (“*lexis*” ou “*elocutio*” e a “disposição” (“*taxis*” ou “*dispositivo*”).

Os “*pisteis*” selecionam os elementos que devem ser silenciados e os que devem ser apresentados, assim como, qual momento é o mais oportuno para argumentar ou calar. Essa estratégia argumentativa se relaciona com três ordens de parâmetros: o “*ethos*”, relacionado ao orador, à imagem que este pretende construir de si próprio para o auditório; o “*pathos*”, relacionado ao auditório, à imagem que o orador pretende construir do auditório para o auditório (construída com base na imagem que o orador tem do auditório), assim como, o tipo de paixões que o orador pretende despertar no auditório e o “*logos*”, relacionado ao tema do discurso e aos argumentos e provas que devem ser levantados em cada situação específica.

A “*lexis*” seria a verbalização do pensamento, a passagem do conceitual ao linguístico.

O orador seleciona e emprega as palavras e as figuras de modo que um jogo se instaure a ponto de levar o auditório a aderir à opinião apreciada pelo orador. E, finalmente, a “*taxis*” referente ao encadeamento dos principais momentos do discurso: a exposição do assunto e a demonstração. Esse encadeamento das partes do discurso também se dá conforme os objetivos pretendidos pelo orador.

Fuchs (1985) faz esse apanhado para demonstrar o quanto a perspectiva enunciativa esteve presente desde a retórica aristotélica e que o que chamamos hoje de “situação de enunciação” diz respeito a aquele que fala (orador), o assunto sobre o qual se fala (tema) e aquele para quem se fala (auditório), o que faria da Retórica um ancestral antigo, mas que guarda relações de parentesco muito fortes com as atuais teorias enunciativas.

Houve, no entanto, ainda de acordo com Fuchs (1985) uma tendência que cada vez mais orientou a Retórica em direção ao discurso poético. Os recursos discursivos empregados se tornavam cada vez mais estilísticos que eloquentes ou pragmáticos. Assim, essa tendência se acentua até culminar na fusão da Retórica e da Poética, já que, graças aos esforços dos dialéticos, conforme esse movimento se ampliava, a Retórica dizia respeito apenas à “*lexis*”, aos recursos estético-estilísticos empregados pelo locutor, resumindo-se, portanto, ao que ficou conhecido por retórica poética.

Claudine Normand publica em 2005 *Onze rencontres: sur le langage e les langues*, texto no qual faz considerações acerca de uma série de encontros que teve com Antoine Culioli entre 21 de outubro de 2002 e 08 de abril de 2003. Também em 2005 publica *Antoine Culioli's theory: a poetic*, texto que Normand também diz ser fruto dos encontros com Culioli, apresentado no encerramento do Colloque de Cerisy sobre Antoine Culioli, evento ocorrido na França em 2005. Esse texto foi traduzido por Leci Borges Barbisan (PUCRS) e publicado no Brasil em 2009.

Normand (2009) conta-nos neste texto que certa vez empregou o termo poética para designar a Teoria de Antoine Culioli, mas que o fez de forma totalmente intuitiva, havia para ela, presa a um quadro teórico mais clássico, uma dificuldade em seguir Culioli, que lhe dizia que se interessava pelos fenômenos que suscitavam nele a imaginação, a inquietude e o encantamento, e que seriam esses, principalmente, os fenômenos que interessava investigar.

Para Normand (2009), o que Culioli faz não seria ciência, não no sentido que habitualmente tomamos por ciência, tampouco filosofia, e, em seguida, diz que acredita tratar-

se de poética, “uma poética do sujeito languageiro” (NORMAND, 2009, p. 09). Culioli, por sua vez, conta-nos Normand (2009), diz aceitar o termo poética e procura orientá-la mais para o campo da antropologia e lhe sugere que mais apropriado seria o termo grego *poiésis*. Culioli cita Braque e afirma que se substituirmos linguística por arte, a linguística como a arte é encarregada de perturbar, e emenda, na sequência, questionando se quem perturbava era ele ou se eram as pessoas que tinham necessidade de serem perturbadas.

Normand (2009) diz ter, então, a sua disposição “dois elementos: o ponto de partida grego e a perturbação, ligada ao afeto, à presença de um sujeito” (NORMAND, 2009, p. 09). E assim, resolve investigar quem primeiro teorizou acerca das paixões e das perturbações que elas suscitam no público/auditório. Normand fala de Aristóteles, fala, portanto, de Poética. E relembra que em seu décimo encontro com Culioli,

[...] ele toma suas distâncias para com a rigidez estoíca, para encontrar, nos termos de Pierre Aubenque, a “prudência” de Aristóteles (*a phronésis*), ou seja, o reconhecimento da existência da contingência e da necessidade de se adaptar: “Eu não tenho, em relação à atividade humana, e à atividade de linguagem em particular, a serenidade de um mundo contínuo, submetido a um agente acima de tudo, como se encontra entre os estoícos: é preciso corrigir – não corrigir, mas completar – isso por uma visão do homem submetido a um destino no sentido de uma contingência à qual ele é obrigado a se adaptar (NORMAND, 2009, p. 10).

Segundo Normand (2009), Poética pode remeter a *poiein*, termo grego que pode corresponder a fazer, produzir, criar que, associado a outros termos presentes no texto aristotélico, *prattein*, agir na vida cotidiana, e *práxis* (ação), remete a uma teoria que é, portanto, ao mesmo tempo, uma poética e uma prática. Para Normand (2009) esse espírito que perturba e deve perturbar o estável é de certo modo natural no campo científico, já que tudo se encontra aberto ao imprevisto, todo o adquirido encontra-se sujeito à perturbação. O inesperado, portanto, deve ser levado em conta na pesquisa científica.

Em Culioli, no entanto, diz Normand (2009), verifica-se que esse espírito provisório, temporário e frágil que rege o mundo e todas as relações, inclusive as linguísticas, relações sujeitas a constantes processos adaptativos que culminam em pontos provisoriamente estáveis que estão constantemente sujeitos a novas perturbações é o próprio movimento que a TOPE teoriza e é sobre esse movimento que o linguista deve debruçar-se.

O que Normand (2009) fez foi investigar em que medida se pode aproximar a Poética, uma teoria literária que muitos cientistas inclusive ignoram, ao discurso de mesma natureza Poética e Retórica, com regras bem estabelecidas por Aristóteles. A autora lembra-nos, no

entanto, que Culioli não se embaraça quando a lógica parece escapar, aliás, é ele quem é capaz de nos conduzir por caminhos inesperados e surpreendentes. Conforme a autora, Culioli não se deixa aprisionar na “gaiola” do estruturalismo, tampouco por teorias formais. O que ele defende é uma ética da pesquisa capaz “de acolher o inesperado, se deixar surpreender, aceitar a invenção de soluções provisórias sem concluir para obrigar a prosseguir a busca, já que só se pode esperar aproximar-se do inacessível” (NORMAND, 2009, p. 10).

De acordo com Normand (2009) em sua arte poética, Aristóteles define primeiro as regras da tragédia que seria composta por uma história (*muthos*), vivida por personagens (*ethos*), cujas ações (*práxis*) devem suscitar emoções extremas no espectador (*pathos*) que deve ser tomado por um prazer nascido da depuração das paixões (*katharsis*). Essas regras para Aristóteles explicariam a representação (*mimésis*). Essas regras, ele não as inventa, diz, extraí-las de tragédias conhecidas de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, principalmente.

No entanto, Normand (2009) diz ser a epopeia o gênero preferido de Aristóteles, que apreciava, principalmente, os efeitos de uma narração bem construída. Assim, Normand (2009) resolve investigar Homero que saberia desenvolver, mais que o poeta trágico, o irracional, o maravilhoso, o totalmente inesperado, o inimaginável.

Normand (2009) constrói uma belíssima analogia entre as aventuras vividas pelo herói da epopeia e a atividade de linguagem. Assim, na concepção da autora, a vida de Ulisses era ação (*práxis*) e uma constante invenção (*poiein*), já que, para sobreviver, Ulisses não hesita em trapacear, combater e perseguir obstinadamente seu objetivo, que sem se deixar sucumbir pelos sofrimentos e emoções, era capaz de encantar a todos com suas narrativas. Esse herói, apesar de todos os obstáculos, contorna-os e abre para si caminhos, constrói soluções conforme as demandas vão surgindo e, sem perder a coragem, luta permanentemente, já que há sempre novas aventuras.

Normand (2009) diz ver na Teoria de Antoine Culioli as regras e a realização de uma narrativa desse gênero, isso porque a linguagem, assim como o herói, sofre constantes e múltiplas reviravoltas. Portanto, não podemos imaginar fixá-la, porque sua história, tal qual a do herói, possui aberturas para o passado e outros lugares. Assim como o herói, a linguagem adapta-se às circunstâncias, às vezes bifurca-se e contorna os obstáculos. Contudo, essas transformações e estabilizações são sempre provisórias.

Assim conclui Normand (2009);

Parece-me, portanto, possível, por uma aproximação que, espero, não parecerá exagerada, ver uma poética que, como parte da observação desse objeto empírico que é a atividade de linguagem e sem cessar solicitada por sua complexidade, dá os princípios para abordá-la, analisá-la e representá-la. É ao mesmo tempo uma prática pela ação (sempre continuada) de um método que dá lugar ao imprevisto, prepara para apreendê-lo, faz surgir novos fenômenos e com eles novos problemas. É enfim também uma ética, que nos ensina a admitir que o herói de mil facetas não pode nunca ser completamente apreendido, organizado, catalogado, que, sem cessar, escapa e prolifera de modo irracional e o mais frequentemente imprevisível; de tal modo que continuar a persegui-lo supõe uma escolha de vida e manifesta um jogo subjetivo (NORMAND, 2009, p.11).

A palavra oximoro é formada de dois termos gregos: *oxýs*, que significa “agudo”, “penetrante”, “inteligente”, “que compreende rapidamente” e *morós*, que quer dizer “tolo”, “estúpido”, “sem inteligência”. Como se vê, o vocábulo é formado de dois elementos contraditórios, o que significa que a palavra oximoro é um oximoro (FIORIN *apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 245).

Entendemos, portanto, que, conforme a concepção de Fiorin, um oximoro une dois elementos que se contradizem, dois termos aparentemente opostos do ponto de vista semântico, combinados numa mesma expressão. Santana e Figueiredo (2015) entendem que o oximoro é uma das figuras retóricas que auxiliam na construção do paradoxo que se caracteriza por opor uma tese oposta à tese aceita pelo senso comum. Acrescentam que são essas figuras auxiliares que impedem que o paradoxo seja equiparado a uma tese direta. A ambiguidade que o paradoxo cria é intensificada por meio do uso dessas figuras, já que é possível verificar que há uma perfeita discrepância entre o que é dito e sua forma.

Santana e Figueiredo (2015) citam, no artigo *A constituição do paradoxo e seus efeitos retóricos*, algumas passagens da obra de Helena Beristáin, que, em seu *Diccionario de retórica y poética*, define o paradoxo como:

Figura de pensamento que alerta a lógica da expressão, pois aproxima duas ideias opostas e aparentemente irreconciliáveis, que manifestariam um absurdo se fossem tomadas ao pé da letra – razão pela qual os franceses preferem descrevê-la como “opinião contrária à opinião” – mas que contém uma profunda e surpreendente coerência em seu sentido figurado [...] Tal como o oximoro (metassemema), o paradoxo chama a atenção pelo seu aspecto superficialmente ilógico e absurdo, apesar de a contradição ser aparente porque se resolve em um pensamento aprofundado que o literalmente enunciado. Ambas figuras surpreendem e alertam por seu aspecto de oposição irreduzível: mas enquanto o oximoro se funda com uma contradição léxica, pode-se dizer, na contiguidade dos antônimos, o paradoxo é mais amplo pois a contradição afeta o contexto pelo que sua interpretação exige apelar a outros dados que revelem seu sentido e pedem uma maior reflexão (BERISTÁIN *apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 245)

Ao longo do artigo, Santana e Figueiredo (2015) dizem que os elementos retóricos presentes no paradoxo são utilizados como argumentos capazes de despertar no auditório

reações patéticas. Citam também diversas figuras que permeiam a construção dos paradoxos, tais como: a ironia, a antítese, a alegoria, a metáfora etc. Para Beristáin,

O paradoxo pode combinar-se com a ironia, mas em todos os casos a profundidade de seu sentido provém de que prefigura a natureza paradoxal da própria vida. Outras figuras de natureza paradoxal são: o já mencionado *oximoro*, o *zeugma*, de complexidade semântica, o *quiasmo*, a *lilote*, a *ênfase* e a *hipérbole* (BERISTÁIN *apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 244).

Na gênese de todas essas figuras retóricas estaria, portanto, presente o paradoxo. A retórica foi quem se dedicou a observar as formas e classificá-las. Conforme Santana e Figueiredo (2015) há uma dupla maneira de se compreender as figuras retóricas. Uma vertente entende que retórica é puramente estilística, caso em que as figuras seriam apenas ornamentos. Já uma outra vertente acredita que as figuras retóricas permitem que se crie efeitos argumentativos que acabam por persuadir o auditório. De acordo com a segunda concepção, essas figuras, além de ornamentos estilísticos, são arcabouços técnicos cujos efeitos argumentativos são práticos, pois em algum grau de eficiência cumprem sua missão.

Outra observação importante levantada por Santana e Figueiredo (2015) é que existe um efeito afetivo na linguagem capaz inclusive de aumentar sua eficácia persuasiva. Os antigos retóricos, para Fiorin, tinham “entre seus objetivos não apenas *docere* (mostrar) ou *probare* (provar), que concernem ao componente inteligível do discurso, mas também *delectare* (deleitar), ou *placere* (agradar) e *movere* (emocionar) ou *flectere* (comover)” (FIORIN *apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 237).

Ainda conforme os autores Santana e Figueiredo (2015), o paradoxo é definido, segundo a classificação de Fiorin, como um tropo de concentração semântica porque seriam os tropos uma não pertinência semântica geradora de uma nova pertinência. A concentração semântica seria característica da metáfora. Já a expansão semântica seria uma propriedade da metonímia. Isso porque Fiorin se alinha às observações levantadas pelo linguista Roman Jakobson, que considera que há uma relação estreita entre a dicotomia saussuriana paradigma x sintagma e os processos semânticos. O paradigma se constrói graças a processos mentais que envolvem similaridade e o sintagma graças às relações de contiguidade, foram esses processos, portanto, que repartiram os tropos em derivados da metáfora ou da metonímia. Assim, resume Fiorin:

[...] Os tropos seriam uma operação de troca de sentido [...] não se pode considera-los, pura e simplesmente uma troca semântica [...] os tropos realizam um movimento de concentração semântica, que é característica da

metáfora, ou um de expansão semântica, que é propriedade da metonímia (FIORIN apud SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 239).

Para Aristóteles, segundo Santana e Figueiredo (2015), o paradoxo é uma proposição desconexa, já que a proposição é apresentada por meio de uma ideia contraditória. Para estes autores há uma incoerência entre o que é dito e a expressão, o que acaba por invalidar a proposição que está fundamentada numa situação incompatível com a realidade. Para Aristóteles, portanto, o paradoxo pretende expressar algo por meio da ocultação de uma ideia oposta à declarada, o que culmina numa falsa argumentação.

Santana e Figueiredo (2015) citam também estudos mais recentes acerca do paradoxo, tais como: Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Abreu (2008), que lançaram novas bases para a compreensão dos paradoxos. Para esses autores, a função do paradoxo, construído com o auxílio das figuras retóricas, pretendem aumentar a adesão do auditório sem, no entanto, apresentar argumentos falaciosos, o que se faz é por meio de um antimodelo apresentar de forma inesperada uma opinião contrária às crenças gerais já estabelecidas. Fiorin acredita que o paradoxo “Ao provocar um estranhamento, ele torna o sentido mais profundo, mais verdadeiro, mais intenso” (FIORIN apud SANTANA; FIGUEIREDO, 2015, p. 239). Assim, os oximoros evidenciariam os contrastes da própria realidade por meio da intensificação das características pertinentes ao objeto, à pessoa ou à situação.

Para Santana e Figueiredo (2015), a função do oximoro, no entanto, é superar essa contradição aparente, sejam os termos contraditórios ou contrários, entendem que essa relação pode atenuar ou agravar o sentido primordial do outro. A ênfase dada a uma das características pertinentes a um elemento quando colocadas em comparação com o elemento oposto é o que estruturaria o paradoxo.

D’Onofrio (1978), na obra *Poema e Narrativa: Estruturas*, trata o oximoro, a antítese e o paradoxo numa mesma seção por acreditar que as figuras possuem um parentesco difícil de explicar e até mesmo desnecessário, tendo em vista que o assunto não é tratado de forma unânime. Diz que tanto a antítese, o paradoxo, como o oximoro são figuras baseadas em oposições semânticas. Para este autor, a retórica clássica sempre tratou o oximoro como uma figura que num mesmo sintagma agrupa duas palavras de sentido oposto.

D’Onofrio (1978) cita Roland Barthes, que, ao analisar um conto de Edgar Allan Poe *A verdade sobre o caso de M. Valdemar*, tece algumas considerações a respeito da expressão “estou morto”. Barthes observa que, do ponto de vista semântico, essa expressão, ao mesmo

tempo, uma vida e morte. O significado da expressão contradiz o seu proferimento. Para Barthes estaríamos, então, diante de uma nova categoria: o verdadeiro-falso, o sim-não, um inteiro indivisível e incombinável.

D’Onofrio (1978) também cita o ensaio de Roman Jakobson *Os oximoros dialéticos de Fernando Pessoa*, no qual o autor distingue os oximoros compostos por oposição de termos contrários, dos compostos por oposição de termos contraditórios. A partir de dois versos extraídos do poema *Ulisses* “O mito é o nada que é tudo” e “Por não ter vindo foi vindo”, Jakobson ilustra como a figura oximórica é criada. Em relação ao primeiro verso, no qual temos o termo “nada”, contrário ao termo “tudo”, ao mito são atribuídas propriedades contrárias: uma totalidade negativa “nada” e uma totalidade positiva “tudo”. Para Jakobson, para que esse desvio seja corrigido, é necessário entendermos em que sentido o mito pode ser nada e em que sentido o mito pode ser tudo.

Pela nossa leitura, o mito é “nada” no plano existencial, do ponto de vista da vida real, pois é a narração de uma história fantástica acerca da vida e das façanhas de um ente sobrenatural; o mito é “tudo” em base a outra escala de valores, a espiritual, em que o mito é vivido e sentido como o desejo de explicar a origem das coisas e tem a função de conferir um sentido sagrado ao comportamento individual e social (D’ONOFRIO, 1978, p. 123).

Já em relação ao segundo verso, temos termos contraditórios “não ter vindo” e “foi vindo” e, para a compreensão dessa contradição existente no sintagma, já que algo vem e não vem ao mesmo tempo, também, precisamos operar sobre escalas de valores diferentes.

Ulisses não chegou a Lisboa do ponto de vista físico, porque é um personagem mitológico, historicamente inexistente; mas ele chegou a Portugal na imaginação do povo, que sentiu a necessidade de justificar a grandeza da raça portuguesa, atribuindo-lhe uma origem divina. (D’ONOFRIO, 1978, p. 123-124).

Roman Jakobson (2007), na obra *Linguística, Poética, Cinema*, em que dedica um capítulo aos *Oximoros dialéticos de Fernando Pessoa*, acerca do poema *Ulisses* diz que o oximoro é a figura que atravessa o poema de “ponta a ponta” e que as alianças entre os vocábulos apresenta duas variedades: ou a palavra é unida a um termo contraditório ou ao um termo contrário. Outro ponto interessante é que a distribuição desses processos ao longo do texto é estritamente simétrica.

Gonçalves (2006) aponta-nos o oximoro de um outro lugar, para este autor o oximoro carrega força metafórica e, sendo assim, “poderia ser definido também como um excerto de poesia, pois, de certa maneira, constitui uma sublimação, uma ilusão que escapa à realidade, permanecendo a meio caminho de uma definição concreta” (GONÇALVES, 2006, p. 303).

Nesse caso, o oximoro não seria apenas uma contradição e sim uma metáfora que consequentemente sofreu uma alteração de sentido ou significado.

Para Gonçalves (2006), foi essa licença poética para unir o inconciliável que atraiu Fernando Pessoa, poeta cuja obra é desconcertante, contraditória e paradoxal. Cita o perfeito oximoro criado por Pessoa no conto cujo título é *O banqueiro anarquista*, a expressão é oximórica por si só, tendo em vista que um capitalista não pode, ao mesmo tempo, ser um anarquista. Mas, tais construções, apesar de contrariarem a lógica, possuem uma intensa atmosfera poética e, assim, o leitor tende a aceitá-la porque está tomado pelo sentimento, pela emoção.

O oximoro, de certa forma, esconde a sua natureza e pode ser encontrado em abundância no poema em prosa, que constitui “um antigênero, oximorônico por excelência e totalmente penetrado pelo conceito curiosamente subversivo de epifania”, conforme definição de Raúl Romero e René P. Garay (Romero e Garay, 2004: 73). Esses dois autores, depois de considerar o poema em prosa “uma forma híbrida, uma anomalia, um paradoxo”, própria para o uso do oximoro, citam Michael Riffaterre, para quem o poema em prosa seria um “gênero literário com um oximoro por nome (apud ibid.:73) (GONÇALVES, 2006, p. 304-305).

Sendo assim, Gonçalves (2006) conclui que “a realidade poética do oximoro não aspira à verdade, mas apenas a revelar o sentimento tumultuado de quem a produz, que, à falta de palavras mais fiéis, recorre ao paradoxo ou à ambiguidade” (GONÇALVES, 2006, p. 305). Cita inúmeros exemplos da obra pessoana, milimetricamente construída, e que de forma até obsessiva perseguia os contrários e as contradições. Do *Livro do Desassossego*, obra atribuída a um dos heterônimos de Pessoa, Bernardo Soares, cita os versos: “Sei que despertei e que ainda durmo”, “movimento parado das árvores”, “sossego inquieto das fontes”, “tudo isto, como um cinto a desatar-se, cingia-nos incertamente”, “Dormimos ali acordados dias”; Da obra *Mensagem* cita “Triste de quem é feliz!”, do *Cancioneiro*, obra atribuída ao heterônimo Álvaro de campos, “(...) Falhei em tudo. Como não fiz propósito nenhum, talvez tudo fosse nada”, “Um mar longínquo e próximo umedece”, de *Poesias Coligadas/Inéditas* “Ah, já está tudo lido, Mesmo o que falta ler!”, “Na muda voz de sentir”; tudo para ilustrar como a poética pessoana contraria a lógica cartesiana (na qual não se admite a confluência dos contrários) e é toda permeada pelos paradoxos, pelos oximoros, pelas ambiguidades.

Sobre o poema *Eros e Psique*, que pertence ao *Cancioneiro*, Ferreira (2004), que o considera um oximoro perfeito, demonstra que “sob a estabilidade da forma o sentido encontra-se em estado permanente de tensão, fazendo com que forma e conteúdo sejam os pólos opostos do paradoxo formado pelo poema” (FERREIRA, 2004, p. 153). Essa tensão,

conforme a autora, está presente nos níveis sintagmático, tanto estrófico, quanto semântico. Ferreira (2004) propõe uma leitura de *Eros e Psique* com base no conceito de isotopia produzido por Greimas. Seu objetivo é destacar a dualidade semântica presente desde o título do poema, por meio da isotopia do movimento e a isotopia da passividade.

Para Ferreira (2004) alguns sememas representariam a isotopia do movimento, tais como: *conta, despertaria, estrada, vivia, vencer, chegar, ergue, vê, vencer, vencendo, deixasse, vem, caminho, esforçado, rompe, cumpre, buscando-a, processo e Infante*, isto porque, para a autora, esses verbos e palavras denotam ação por excelência. Em todos estariam presentes a ideia de movimento. Por outro lado, a isotopia da passividade estaria representada por meio dos sememas: *Princesa, dormia, dormindo, adormecida, esquecida, morte, mora, estrada, muro, obscuro, sono, encantada*. Em princípio, Eros representa o movimento e Psique, a passividade. No entanto, essa representação no poema é instável, a tensão opositiva latente provoca, ao final, uma inversão na qual Psique é o polo ativo e Eros o polo passivo. A autora acredita que o poema problematiza o próprio pensamento ocidental construído com base em oposições binárias e conclui que esses momentos de alternância entre ação e imobilidade em *Eros e Psique* representam um lugar onde as contradições convivem pacificamente, pois o mesmo e o outro, representados por Eros e Psique, estão fundidos num só.

[...] é o oximoro ou aliança de contrários que é vislumbrado como chave de abóboda da arte de Fernando Pessoa (p.75), a confluência dos contrários se constitui como um aspecto fundante de sua poesia, sendo fruto de uma concepção do mundo na sua totalidade dialética e tendo como o oximoro a maneira perfeita de representa-la. Segundo o próprio Fernando Pessoa “a vida não concorda consigo própria porque morre. O paradoxo é a fórmula típica da natureza. Por isso toda a verdade tem uma forma paradoxal (JAKOBSON *apud* FERREIRA, 2004, p. 157).

No decorrer de nossa pesquisa um artigo em especial chamou nossa atenção *Madrigal Guerrieri et Amorososi: o livro oximoro de Claudio Montevergi* (2011), de Maya Suemi Lemos. Conta-nos a autora que Claudio Montevergi, assim prefaciou sua coletânea de madrigais intitulada *Madrigais Guerreiros e Amorosos*: “São os contrários que comovem fortemente nossa alma”. Para essa autora, o oitavo e último livro da coletânea de madrigais é um verdadeiro livro-oximoro, é a concretização, em música, de uma poética dos contrários, estética já consagrada na pintura e na literatura, em consonância com as estéticas maneirista e barroca, respectivamente.

Conforme Lemos (2011), Montevergi entende que as paixões humanas são de três principais tipos: a temperança/paixão mediana e mais duas paixões extremas e opostas: a humildade/súplica e a cólera. A essas paixões corresponderiam, respectivamente, três gêneros musicais, o *temperado*, o *mole* e o *agitado*. O que Montevergi faz em sua obra é explorar ao máximo o contraste existente entre os gêneros/afetos *mole* (humildade) e *agitado* (cólera). Montevergi tem também uma motivação especial para isso, os compositores anteriores a ele expressavam-se apenas por meio dos gêneros *mole* e *temperado*. Montevergi entendia que a música como a arte tem uma finalidade tanto estética quanto ética, e não compreendia porque o gênero *agitado* encontrava-se excluído das composições, se graças a Platão, sabemos que são os contrários que comovem fortemente nossa alma e, graças a Boécio, sabemos que é a comoção a finalidade ética da música, pois só a comoção é capaz de ‘elear’, finalidade da arte. “A música está ligada naturalmente a nós, e nos eleva ou perverte” (BOÉCIO *apud* LEMOS, 2011, p. 166).

Sobre a escrita musical do *Combattimento di Tancredi e Clorinda*, uma das obras-primas da coletânea de Montevergi, Lemos (2011) diz ser explorado de maneira extraordinária o contraste entre os gêneros *mole* e *agitado*, o que torna a obra bastante dramática. Efeitos rítmicos representam o trote, as cavalgadas, os golpes, o que dá aparência de se estar vivenciando um combate. Sons metálicos e rudes representam as espadas, as armaduras e os escudos. A estas linhas musicais se opõem notas que representam suavidade, ternura, o descanso dos combatentes. As oposições, no entanto, vão além da matéria musical, a estrutura da obra é bipartida. Há um plano simétrico no qual as seções se espelham uma com temática guerreira (*agitado*), outra com temática amorosa (*mole*). Os balés de caráter cênico são igualmente espelhados. Assim, sobre o *Combattimento*, Lemos (2011) conclui que:

Estes poucos aspectos e exemplos bastam para entender que a oposição dos afetos e ideias permeia todo o oitavo livro, da sua microestrutura à sua macroestrutura, da sua linguagem poética à sua linguagem musical. Verdadeiro livro oximoro, ele aproxima e condensa, no seu interior, a expressão dos opostos e constitui, no nosso entender, uma materialização notável de uma poética dos contrários, transposta voluntária e laboriosamente em música pelo genial compositor cremonense (LE MOS, 2011, p. 156).

Lemos (2011) aponta-nos a conveniente escolha do soneto de Petrarca como peça que sucede o prólogo, tendo em vista que Petrarca pode ser considerado o poeta do conflito das paixões, que opõe tragicamente as aspirações humanas. Aponta-nos algumas figuras de oposição presentes no soneto como a justaposição de *ciel e terra*; *fere e augelli*; *il carro stellato, il mar*; o oximoro *dolce pena* (doce castigo), antíteses e mais uma série de paradoxos.

A poesia petrarqueana é permeada pela contradição entre o amor profano (desejo, paixão, violência) e o amor sagrado (amor inatingível, que transcende), e o que resta ao poeta é uma espécie de prazer no sofrimento, como nos versos: “me invado de um prazer amargo com estas lágrimas e este sofrimento. Me desfaria delas com grande pesar” (PETRARCA *apud* LEMOS, 2011, p. 156), trecho de Petrarca em *Secretum*. Esse prazer que se experimenta no sofrimento torna-se a temática central da poética de Petrarca.

Para Lemos (2011), a alma tende à elevação e à perfeição, enquanto que o corpo está sujeito à corrupção. Sendo ambos uma unidade composta, estão tragicamente ligados por uma ambivalência que não pode ser superada e que, portanto, se traduz em paixões e pulsões contrárias. “O litígio entre as suas partes constituintes é a condição ontológica do homem, noção sobre a qual parece, de fato, se enraizar a genealogia da poética dos contrários [...]” (LEMOS, 2011, p. 158). Lemos (2011) cita Giordano Bruno, contemporâneo de Montevergi, para quem, a ontologia do homem contraditório deriva de uma ontologia primeira, um princípio de contrariedade que afeta todas as coisas;

[...] o princípio, o meio e o fim, o nascimento, o crescimento e a perfeição de tudo o que vemos vêm dos contrários, pelos contrários, nos contrários e contrariamente; e onde há contrariedade há ação e reação, há movimento, há multiplicidade, há ordem, há gradação, há sucessão, há mudança (BRUNO *apud* LEMOS, 2011, p. 158-159).

Assim, para Giordano Bruno (*apud* LEMOS, 2011) todo prazer vem acompanhado de um amargor, que se não existisse não daria existência ao prazer. Essa dinâmica e movimento são fundamentais, o prazer está nesse deslocamento entre os polos opostos das sensações e dos afetos. Para ilustrar sua tese, Bruno diz que o estado de fome é incômodo e triste e o de saciedade, pesado e desagradável, e que o prazer estaria então no movimento entre um e outro. Assim como o desejo ardente atormenta e a libido saciada entristece, é o trânsito de um estado ao outro que satisfaz.

O oitavo livro de Montevergi possui caráter de manifesto, já que rompe com o ideal estético da época que regia a teoria musical, padrões que se baseavam no princípio neoplatônico de que é possível uma harmonia totalizante capaz de superar as diferenças e unificar os contrários, agrupar a multiplicidade do mundo. Torquato Tasso é também citado por Lemos (2011) já que sua poesia também é marcada por uma estética que visa cada vez mais polarizar os contrários ao invés de tentar harmonizar a multiplicidade.

Para Bruno (*apud* LEMOS, 2011) a concórdia se realiza justamente onde há oposição, os esféricos se repelem, enquanto que o côncavo e o convexo se encaixam. Ou seja, “da oposição anulada pelo princípio da concórdia, passa-se à oposição tomada como condição necessária à concórdia” (LEMOS, 2011, p. 164). Tal deslocamento de perspectiva acaba por inaugurar uma nova estética, na qual o prazer não está em concordar, harmonizar os contrários, ao contrário o prazer é percebido/sentido graças ao movimento do desacordo. Seria o prazer pelo desprazer. Vejamos o que diz Lemos a respeito do fim da primeira representação do *Combattimento di Tancredi e Clorinda*: “A plateia que, *mossa dal’ affecto di compassione*, aplaude às lágrimas [...] é tomada pelo prazer catártico do desprazer: prazer-oximoro, prazer *pelo* oximoro” (LEMOS, 2011, p. 164).

Lemos (2011) observa que tanto Giordano Bruno, no campo da filosofia moral e da poética, quanto Montevergi, no campo musical, exploram essa tensão entre as paixões extremas, e que para Bruno, no entanto, a perfeição estaria associada à unidade, haveria uma superioridade ética em concordar. Todavia, um ponto de equilíbrio, um meio termo entre os opostos é sempre buscado, mas nunca atingido, restando apenas a aceitação desse incessante e inevitável movimento entre os opostos. Assim, “o meio termo, *locus* da temperança, se abisma irreparavelmente num limite estreitado... Ao infinito” (LEMOS, 2011, p. 164).

Já, acerca da obra de Montevergi, Lemos (2011) observa que ao seu modo Montevergi também busca anular, extirpar o meio-termo, o equilíbrio, ao eximir de suas obras o gênero *temperado*, ocupando-se apenas dos radicais contrastes, dos afetos extremos, pois, para Montevergi, dependia dessa polarização o sucesso tanto estético quanto ético da música. Fez questão Montevergi de garantir para si a importância do novo gênero musical que inaugurou. “Me pareceu por bem fazer saber que foi minha essa invenção, assim como o primeiro exemplo deste gênero, tão necessário à arte musical, gênero sem o qual esta arte estava, pode-se dizer com razão, imperfeita, não dispondo senão dos dois gêneros mole e temperado” (MONTEVERGI *apud* LEMOS, 2011, p. 165).

Lemos (2011) finaliza seu artigo tecendo comentários acerca da importância da obra de Montevergi tendo em vista que esta contribuiu para além da flexibilização das regras estético musicais estabelecidas, enriquecendo consideravelmente a ópera, já que até mesmo o aparato instrumental teve de evoluir. Sua obra viabilizou a expressão das paixões radicalmente contrárias além de materializar, aos olhos do próprio Montevergi, uma evolução musical.

CAPÍTULO II

UM POUCO SOBRE A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS (TOPE)

A TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, proposta pelo linguista francês Antoine Culioli, inova na pesquisa em linguística ao propor como objeto teórico a articulação da linguagem com as línguas naturais. Pretende, desta maneira, ao mesmo tempo, definir seu objeto de pesquisa e redefinir o objeto de pesquisa da linguística. Um projeto de pesquisa em linguística deverá, portanto, primeiramente levar em consideração que língua e linguagem estão imbricadas de maneira que é impossível se observar a ocorrência de um fenômeno de linguagem sem que se observe o funcionamento da língua. Através da língua vemos materializado um produto de um fenômeno mental que é a linguagem. A língua funciona como um portal de acesso a processos mentais de linguagem.

O que Culioli (1990) propõe é que a partir de fragmentos de língua (textos orais e escritos) se compreendam os processos que ensejaram a produção de tal fragmento e que só assim poderemos compreender também seu sentido. Esses processos, os quais o linguista não possui acesso, são fenômenos de linguagem, observáveis por meio das línguas naturais.

Para Franckel e Paillard,

Trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic et nunc* qualquer, por um enunciatador qualquer. Deve ser entendido como uma organização de formas, a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual ele é a marca (FRANCKEL; PAILLARD, 2006, p. 257-258).

2.1 A articulação Língua/Linguagem

Não há como, portanto, se compreender a estrutura e o funcionamento desse sistema complexo que é a língua sem se levar em consideração os processos que lhe deram origem. Assim como não se pode reduzir esse estudo à observação da atividade de linguagem; pois a essa o linguista conseguirá acesso somente por meio de uma porta chamada enunciado, os fragmentos de língua, os textos orais ou escritos. Por isso, Culioli (1990) diz ser necessária a articulação entre língua e linguagem nos estudos linguísticos.

No entanto, língua e linguagem nunca devem confundir-se. A atividade de linguagem é de natureza cognitiva sendo possível compreendê-la por meios além do verbal; como o comportamental, gestual ou visual. Devido a sua natureza, a atividade de linguagem interessará e servirá como objeto de pesquisa para diversas áreas como: Neurociência, Psicologia, Antropologia, Informática e até Matemática. Ao linguista, porém, deve interessar somente a atividade de linguagem manifestada de forma verbal, seja oral ou escrita. E é esta articulação entre língua e linguagem que interessa a Culioli.

Para Culioli (1990), a atividade de linguagem, capacidade inerente ao homem, é o que lhe permite construir representação, referenciação e regulação; é também graças a esses processos, às línguas naturais e aos sujeitos que as falam que é possível construir a significação.

O que denominamos textos é resultado da atividade de linguagem sobre o empírico (diversidade de experiências dos sujeitos e de formas de expressão de meios expressivos). Para nós, o texto é um construto, não um dado, como o querem abordagens instrumentais da ciência. As formas de expressão estabilizadas em um texto são o resultado do esforço (trabalho) de um sujeito em fazer coincidir sua experiência particular com a diversidade de experiências, de formas de expressão e de meios expressivos com os quais entra em contato (PRIA, 2013, p. 52).

O texto é o próprio material de análise do linguista. É através deste que é possível simular a passagem da dimensão língua para a dimensão linguagem; articulam-se as duas dimensões para se reconstruir, ou melhor, simular, a construção dos processos de linguagem que deram origem ao enunciado. Seria como se a partir do produto (textos) nós linguistas tivéssemos que por meio das marcas impressas no enunciado que são os próprios rastros da atividade de linguagem percorrer um caminho que vai da língua em direção à linguagem e vice-versa.

O linguista terá de refazer esse percurso e para simular essa trajetória lança mão de uma atividade metalinguística consciente que visa imitar o processo epilinguístico inconsciente do falante que deu origem ao enunciado analisado. Importante ressaltar que são os mesmos processos e mecanismos, mas de modos variáveis, que dão origem ao enunciado, que simultaneamente permitem que o sujeito construa provisoriamente um sentido, assim como permite que o sujeito compreenda, interprete, abstraia o sentido da fala do outro.

Os mecanismos de regulação biológica estão presentes em todos os seres vivos e a linguagem é nesta teoria entendida como um sofisticado e complexo mecanismo de equilíbrio humana. Se encararmos a linguagem como um complexo mecanismo de

equilíbrio, se falamos para nos regular, para nos equilibrar, é o sujeito o responsável por atribuir valores e significados aos seus enunciados. Para Pria (2013) estamos em face do diálogo como questão teórica.

O diálogo ou função reguladora coloca em jogo um conjunto de relações de alteridade entre representações – linguísticas, musicais, imagéticas, gestuais, sonoras e cognitivas – de um sujeito e aquelas que ele acredita serem as representações de outro sujeito quanto ao universo psico-físico-cultural (PRIA, 2013, p. 54).

[...] o diálogo não existe sem as partes que o compõe e, ao mesmo tempo, nenhuma parte pode ser tomada como sendo o todo. É no movimento do todo em direção às partes e das partes em direção ao todo, ou seja, no processo de regulação que o diálogo acontece (PRIA, 2013, p. 54).

Deste modo, enunciados descontextualizados apontam para uma vaga direção de sentido. A linguagem é em sua essência indeterminada. Somente com a inserção do sujeito, num tempo e espaço determinado, numa determinada situação de enunciação é que os enunciados deixam de ser potencialmente indeterminados e ambíguos para adquirirem sentido. Sentido este provisório e facilmente deformável, uma singela alteração em relação ao tempo ou espaço enunciativo, por exemplo, poderá provocar um desajuste, um desentendimento, pois o sentido poderá, inclusive, alterar-se.

É o sujeito que por meio da atividade epilinguística que constantemente faz esse trabalho de construção de significação e de desambiguação; é também graças a essa capacidade cognitiva do sujeito, aliada à memória e à criatividade que ele consegue a partir de um sistema léxico-gramatical finito construir o infinito e significar infinitamente. O sujeito está no cerne desta teoria, são essas capacidades essencialmente humanas que lhe permitem compreender o outro e compreender a si mesmo.

A atividade epilinguística [...] traz em seu bojo processos simultâneos de centralização (identidade e auto-conhecimento) e descentralização (alteridade ou conhecimento do outro) [...] A atividade epilinguística, por meio de mecanismos de parafrase e desambiguação, permite que textos sejam transformados em busca de uma adequação precisa a um cenário psicossociológico (REZENDE, 2008, p. 97).

Certos enunciados construídos pelos sujeitos apesar de aparentemente deformados, na verdade, guardam em si uma complexidade própria que os constitui, são os casos da metáfora, da ambiguidade, do trocadilho e da ironia, por exemplo. Tais construções sejam intencionadas ou não e até mesmo os “mal entendidos”, os enunciados “mal construídos”, as “deformações” são constitutivos da linguagem.

Para nos entendermos precisamos de constantes ajustes intersubjetivos, intrassujeitos e intersujeitos; esses ajustes entre os enunciadores no diálogo são a própria atividade de linguagem em movimento. Por meio do exercício contínuo desse diálogo intersubjetivo a significação vai sendo construída.

Somente o homem possui essa habilidade espontânea para criar símbolos, ordená-los, combiná-los e analisá-los, todavia é sempre dependente de uma língua, de um sistema de símbolos e regras previamente construído e compartilhado pelos coenunciadores que possibilitará a representação de uma forma de pensamento (a linguagem) por meio da língua. Rezende nos resume como se dá esse processo:

A linguagem é colocada como indeterminada. Na organização das línguas, unidades gramaticais e lexicais apontam para uma grosseira direção de sentido e cabe aos interlocutores determiná-las, quer dizer, construir a significação. Sendo indeterminada, é vista como um constante trabalho de construção de representação. Esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmbito dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade; os interlocutores são simultaneamente emissores e receptores. Há uma assimetria entre eles e o material físico, gráfico ou sonoro, não transmite nenhuma mensagem. Cabe aos interlocutores investir arduamente os textos de significados, seja na leitura, na escrita, na fala ou na escuta. Há uma ambiguidade constitutiva da linguagem e um trabalho de elaboração de enunciados em famílias parafrásticas submetidas a constantes processos de desambiguização (REZENDE, 2014, p. 87).

Aqui vale ressaltar que a linguagem não deve ser encarada como um retrato, uma imagem, um espelho do pensamento que é um espelho da realidade, não há que se falar em correspondência. O pensamento não pode estar fielmente representado por meio da língua, uma imagem mental não possui um equivalente textual ou sonoro. Assim como imagens textuais e acústicas não possuem um gêmeo em outra língua. Cada sistema é único e possui suas próprias regras de funcionamento, se estamos diante de dois sistemas simbólicos diferentes que possuem diretrizes e parâmetros que lhes são subjacentes, o próprio conceito de tradução, nessa perspectiva terá de ser repensado, já que não há correspondência termo a termo. Para efetuar seu trabalho, o tradutor terá de se apropriar do funcionamento de ambas as línguas e entender que a língua é um jogo e que cada uma possui suas próprias regras. Na tradução o sentido é transportado de uma língua a outra se respeitando as regras do jogo de cada uma.

Cada termo tem um potencial significativo, dependente do contexto encaixante e da situação enunciativa. O falante precisa apropriar-se da língua que emprega; esse domínio lhe permite ser mais criativo ao imprimir sentido as suas construções, assim como lhe fará enxergar múltiplas possibilidades interpretativas, sem prejuízo da sua capacidade de

desambiguar o enunciado. Aliás, é graças a essa gama de possibilidades que o sentido revela-se, tanto em relação aos enunciados construídos por si quanto aos enunciados que interpreta.

As entradas nos dicionários são resultado da experiência dos sujeitos com a língua, os sentidos que ali se colocam foram extraídos de situações reais de enunciação, catalogados e dicionarizados. Ao longo de seu desenvolvimento, o homem interage com seu meio e é essa interação que garante a construção de imagens mentais, a partir do contato com objetos concretos e abstratos, que poderão ser relativamente convertidas em enunciados que possuem sentido. É claro que nesse processo a cultura assume um papel importante, já que afeta diretamente nossas percepções.

O pensamento criativo do homem torna-o inclusive capaz de criar palavras que façam sentido, a partir de padrões de construção empregados em palavras pré-existentes; cada língua terá suas próprias regras para formação de palavras, uma ordem sintática a ser obedecida na formação dos enunciados. Se os coenunciadores compreendem esses protocolos, é possível se inventar uma palavra e se compreender imediatamente seu sentido, ainda que oficialmente ela não exista no dicionário. Construções desse tipo não são para a TOPE anômalas, ao contrário, se produzem sentido são válidas e nos interessam. Enfim, há toda uma sistemática, um conjunto de regras de construção que é invariável e que sustenta a variação, precisamos reconhecer essas regularidades para significar, compreender, interpretar, comunicar. E aqui quem assumirá um papel importante nesse processo será a memória, capacidade cognitiva humana que torna possível o “arquivamento” do que há de invariável na língua. E é a partir dessa base de dados que o sujeito por meio da atividade de linguagem constrói enunciados que significam.

Para Culioli, a atividade de linguagem é um exercício de produção e reconhecimento de formas inseridas em enunciados produzidos necessariamente em uma língua ou mais. O estudo dessas formas, portanto, só é possível por meio de um determinado texto produzido em determinada língua. Língua e linguagem estão de tal forma articuladas que só é possível estudar uma por meio da outra. Somente a partir de um enunciado acessamos os protocolos da atividade de linguagem que lhe deram origem e assim analisamos seu conteúdo e conseguimos atribuir-lhe um sentido.

Sobre o conceito de língua Cumpri (2010) nos diz que,

[...] ela é um sistema que se apresenta na forma de texto e é dependente de quem a fala, pois os sujeitos são seres imersos nos sistemas linguísticos de suas línguas. Logo, a atividade de linguagem está vinculada a esse texto, fato que nos leva a reafirmar que língua e linguagem são vinculadas e articuladas. E se língua remete a texto, obviamente texto remete a enunciado, o qual é, além da própria representação do dado, um objeto empírico que permite aos sujeitos diferenciá-lo daquilo que ele não é (não enunciado) e é a manipulação dos enunciados que nos leva a realização de uma atividade que, para Culioli, é o centro da atividade linguística: a atividade epilinguística (CUMPRI, 2010, p. 55).

2.2 Atividade Epilinguística: processo de produção e reconhecimento de formas

O processo de construção e interpretação de formas é o que Culioli chama de atividade epilinguística. “Sylvain Auroux (1989) atribui a origem do termo epilinguístico ao linguista francês Antoine Culioli (1999), que, por sua vez, o define como uma atividade metalinguística não consciente” (REZENDE, 2008, p. 97). Ao moldarmos um enunciado o interpretamos de antemão, afinal, queremos nos fazer entender; ou, propositalmente, queremos não nos fazer entender. Ao ouvirmos ou lermos um enunciado produzido pelo outro também nos esforçamos por compreendê-lo; ou, propositalmente, nos esforçamos em não compreendê-lo. Em todas essas possibilidades está presente esse diálogo inconsciente do sujeito; o nível epilinguístico, entretanto, é anterior e posterior ao nível linguístico, é o que permite sua organização, mas não deve com ele ser confundido.

Produzir e reconhecer formas é colocar em relação representações mentais e textuais. Os textos são mais complexos se a atividade epilinguística é mais intensa. O debate externo ganha volume e vigor à medida que o diálogo interno, atividade epilinguística, vai se intensificando. Essa atividade produz um contorno linguístico morfossintático que significa; as formas e o significado são modelados como o artista molda a escultura, essa criação é simultânea e não se mistura. “O material gráfico ou sonoro não contém significados passíveis de transporte; pelo contrário, ao investir esse material de significação para falar e ouvir, ler e escrever, é o sujeito que construirá, de modo plástico e dinâmico através de sua atividade epilinguística, a significação” (ZAVAGLIA, 2016, p. 39).

Note-se que esse processo é dinâmico e em cada situação enunciativa o sujeito constrói formas (enunciados) que significam x exclusivamente na enunciação x. Ainda que um mesmo sujeito produza um enunciado idêntico ao anterior, a enunciação será outra e, obrigatoriamente, produzirá um sentido diferente. Culioli fala em plasticidade da linguagem, pois para moldar um enunciado o sujeito a manipula esticando-a, encolhendo-a, vai polindo as formas até que estas ganhem um contorno que este julgue produzir o sentido que intenciona.

Rezende acrescenta que “a plasticidade da linguagem é maior que a cultura que a usufrui” (REZENDE, 2000, p. 216).

Aqui o sentido ainda está no horizonte e para alcançá-lo é preciso que sujeitos que percorrem trajetórias diferentes se encontrem em algum momento em um mesmo ponto. O que é de princípio, portanto, para Culioli é o mal-entendido, a compreensão é uma possibilidade a partir deste. O sentido emerge desse esforço intersubjetivo, o enunciado estabiliza-se, ao menos provisoriamente, colocando fim à ambiguidade, constitutiva da linguagem, presente em todo e qualquer ato enunciativo.

Um mal entendido pode nos revelar a ambiguidade constitutiva das línguas naturais; as palavras, mediadoras por excelência, nos fazem experimentar sua opacidade e nos revelam que não há uma relação imediata entre os termos e as coisas. Nós temos então o sentimento que as palavras nos traem, interpondo-se entre nós o “indizível”, este “indizível” que nós não chegamos a exprimir na cadeia sonora (CULIOLI *apud* BIASOTTO, 2014, p. 93).

Além do contorno linguístico criado pelos coenunciadores há outros operadores que auxiliam o sujeito no exercício de desambiguação de formas como a entonação, o comportamento gestual, memórias de situações vividas junto ao enunciatário, grau de empatia entre os sujeitos, entre tantos outros.

2.3 Processos Linguageiros

Conforme Culioli (1990), criar e interpretar enunciados é possível por meio de processos nomeados por ele de languageiros, que são três capacidades cognitivas inatas no homem: de representar, de referenciar e de regular.

O primeiro nível de representação é subjetivo e centralizado; o segundo nível de representação, que é a referenciação, é objetivo e descentralizado; e o terceiro, da regulação, é novamente subjetivo mas alcançou um outro nível de organização em razão do diálogo com o outro, com o diferente, realizado no nível anterior, o da referenciação e, portanto, é subjetivo e centralizado novamente (REZENDE, 2009a, p. 12).

2.3.1 Atividade de representação

A representação é uma atividade de linguagem psíquica, portanto, individual. O homem desde a infância mais remota e durante toda sua vida vai elaborando suas experiências a partir da interação com seu meio físico e cultural, vai o experimentado, construindo suas percepções, organizando seus pensamentos. Cada indivíduo a sua maneira e de acordo com as experiências que vivenciou, constrói suas próprias representações mentais, baseando-se nos

universos linguístico e extralinguístico. Culioli chama essas representações mentais de noções.

Para Zavaglia o processo de representação,

[...] está atrelado a outros domínios cognitivos que não são estritamente linguísticos, como o mnemônico, o sensorial, o afetivo, entre outros, já que representar é propriamente colocar em prática uma categorização baseada nos universos extralinguístico e linguístico pelos quais os sujeitos constroem, simbolicamente, suas representações mentais (ZAVAGLIA, 2016, p. 45).

2.3.2 Atividade de referenciação

Na referenciação o enunciador irá relacionar elementos do universo linguístico a elementos do universo extralinguístico. Como resultado, teremos enunciados (objetos linguísticos) relacionados a fenômenos e objetos (realidade extralinguística). Todavia, esses objetos que são, pelo sujeito, colocados em relação não são simétricos, não há correspondência termo a termo. Se assim o fosse cada coisa corresponderia a um nome, a linguagem seria transparente, não haveria mal entendido, ambiguidade ou polissemia. Note-se que o que está em relação nessa atividade são as representações mentais dos objetos e eventos construídos pelos coenunciadores (as noções) e as representações textuais dessas representações mentais.

Zavaglia assim diz acerca do processo de referenciação: “[...] pode ser definido, de forma geral, como uma relação entre elementos do nível 1 (da linguagem) e do nível 2 (das línguas), os quais organizam-se por operações de localização (*repérage*)” (ZAVAGLIA, 2016, p. 49). No entanto, ainda, conforme, Zavaglia (2016) as relações entre os elementos do nível languageiro (objetos simbólicos e construídos, representantes do mundo físico-cultural) e os elementos do nível linguístico (também objetos simbólicos e construídos, e ao mesmo tempo, físicos) são assimétricas. Assim, “[...] o processo de referenciar não deve ser entendido como a relação entre coisas e nomes, mas sim como operações de localização entre representações dos objetos (noções) e representações das representações dos objetos (agenciamento de marcadores)” (ZAVAGLIA, 2016, p. 50).

A referenciação é uma atividade de linguagem que diz respeito tanto à construção dessa relação entre objetos pertencentes a domínios diferentes pelo enunciador quanto o trabalho do enunciatário que se esforça da mesma maneira para reconhecer essa relação, usando para tal os mesmos protocolos usados pelo enunciador. Suas representações mentais, no entanto, foram construídas individualmente, e à noção construída pelo outro não temos

acesso, ela pode no máximo ser imaginada pelo enunciador. Por isso, temos de princípio o desentendimento.

2.3.3 Atividade de regulação

A regulação é uma atividade de linguagem em que ocorrerá um ajustamento entre as representações construídas subjetivamente pelos coenunciadores; ambos iniciam uma trajetória em direção à significação. A relação aqui é entre as representações de representações de um sujeito e as representações de representações do outro, é uma relação dita dialógica porque diz respeito à relação entre dois elementos.

Os sujeitos constroem seus enunciados, selecionando termos e calibrando seu discurso, embasados no julgamento que fazem do outro, supõem de antemão as representações do outro. Para construir suas representações textuais, o sujeito sempre empreende um esforço para se fazer entender, ou não; os sujeitos nesse diálogo buscam aproximar-se para compreender-se. Trabalham para dirigir suas construções para um ponto que supõem ser o mesmo ponto mirado pelo seu enunciatário (a atividade de regulação é esse trabalho simultâneo dos coenunciadores, por essa razão Culioli prefere o termo coenunciação); caso esses pontos se encontrem, teremos um enunciado estabilizado que produz, naquela situação enunciativa específica, um sentido, e, assim os enunciadores se regulam, se equilibram.

Zavaglia sobre o processo de regulação diz que estão “[...] em jogo as representações de ambos os enunciadores, uma confirmada e outra suposta, o que determina sua característica psicossociológica” (ZAVAGLIA, 2016, p. 54). “O processo de regulação passa por três momentos: o subjetivo (inconsciente e consciente), o intersubjetivo e o da estabilização. Regular é, portanto, transformar de maneira organizada, é estabilizar” (ZAVAGLIA, 2016, p. 55).

2.3.4 Níveis de representação

O linguista, no entanto, tem de trabalhar o tempo todo com elementos que não se correspondem simetricamente. Para resolver essa questão, Culioli (1999) teoriza que há três níveis no processo de representação que são distintos:

O nível I, chamado nocional, é o nível da linguagem, das representações construídas com base nos domínios linguístico e extralinguístico. Neste nível essas representações mentais dos sujeitos são por eles mesmos organizadas cognitivamente. Trata-se de uma

atividade inconsciente. Este nível é o próprio processo epilinguístico; o linguista não pode, portanto, alcançar essas noções diretamente.

No nível II, o textual, estão construídas as representações das representações mentais; este é o nível das línguas, nos textos estão os marcadores linguísticos, e é graças a esses rastros deixados pela atividade de linguagem (do nível I) no nível II que o linguista consegue reconstruir por meio de uma simulação metalinguística, no nível III, a relação que se estabeleceu entre os níveis I e II. Os textos são os próprios objetos de análise do linguista, a esses o linguista tem acesso imediato.

O nível I nos escapa, mas é razoável concluir que uma ligação bem sucedida entre os traços do nível II e as meta operações do nível III podem ser úteis para elucidar a relação entre os processos do nível I e os marcadores do nível II. E é por isso que eu insisto no uso do termo marcadores, que é uma abreviação de marcadores de operações. (CULIOLI, 1999, p. 179).

No nível III, o observacional, o linguista irá reformular os enunciados construídos no nível II. Por meio da observação formal dessas estruturas textuais, o linguista pode desmontar as formas e reconstruí-las. Essas formas, construídas formalmente pelo linguista, são equivalentes aos observáveis de nível II, o que temos neste nível, portanto, são representações metalinguísticas (do nível III), que são representações de representações textuais (do nível II), que são representações de representações mentais (do nível I). As relações estabelecidas entre os níveis III e II representam a relação existente entre os níveis II e I. Está criada então uma quase via de acesso ao nível I, que vai do nível II para o nível III, e do nível III para os níveis II e I. Sendo o primeiro nível epilinguístico, o segundo linguístico e o terceiro metalinguístico.

Nas palavras de Culioli;

Se chamamos de Nível I essa atividade inacessível de processamento, então os arranjos (“patterns”) de marcadores são Nível II, e concluímos que os observáveis do Nível III são representantes dos processos do Nível I. Devemos, portanto construir operações metalinguísticas no Nível III que resultarão em sequencias textuais formalizadas, equivalentes aos observáveis do Nível II (obtemos assim representantes de representantes) (CULIOLI, 1999, p. 178).

O que garante a passagem de um nível a outro é a operação de localização (*repérage*). Para Culioli (1999), essa operação é a mais primitiva e elementar, pois formular representações com base em representações é sempre localizar um termo em relação a outro, em referência a outro, ainda que esse outro seja ele mesmo. Essa relação é, portanto, sempre binária. A enunciação é um complexo de múltiplas relações entre sujeitos, o tempo, o espaço,

e o próprio enunciado. São essas múltiplas operações de localização que possibilitam em algum momento a construção de um enunciado, ou melhor, a atribuição pelo sujeito, numa dada situação enunciativa, de um determinado valor a uma determinada forma.

É através dos rastros dessas operações mentais impressas no enunciado que os indivíduos conseguem compreendê-los. Para Culioli (1999), os marcadores dessas operações (os termos do enunciado) são agenciados, já que obedecem a regras de boa formação, padrões de construção dados pelas línguas naturais.

Sobre os níveis de representação Rezende diz;

O primeiro nível de representação é subjetivo e centralizado; o segundo nível de representação, que é a referenciação, é objetivo e descentralizado; e o terceiro, da regulação, é novamente subjetivo mas alcançou um outro nível de organização em razão do diálogo com o outro, com o diferente, realizado no nível anterior, o da referenciação e, portanto, é subjetivo e centralizado novamente [...] em outras palavras [...] temos um movimento que vai da unidade para a diversidade e volta para a unidade em um nível superior. A figura da espiral sempre é a que ilustra bem esse movimento evolutivo (REZENDE, 2009a, p. 12).

2.4 Frase *versus* Enunciado

Podemos, então, distinguir uma frase de um enunciado. A frase obedecerá necessariamente a essas regras de boa formação, mas para que uma frase adquira estatuto de enunciado esses marcadores têm de estar associados a uma dada situação enunciativa por meio de um sistema de referência. Um enunciado é, portanto, uma frase inserida num contexto específico. Na frase temos apenas a língua (a estrutura) que não deve ser objeto de análise do linguista. Já o enunciado é complexo, temos uma sequência linguística representando operações de linguagem e este sim deve ser o objeto de pesquisa do linguista. É nele que estão impressas as marcas, os traços, os rastros das operações de linguagem, por meio dele podemos vislumbrar o funcionamento das línguas por meio da observação científica das operações de linguagem.

A frase pertence ao dizível e quando um sujeito localiza essa sequência bem formada em relação a uma situação enunciativa específica ela transforma-se no dito de fato, no enunciado, numa sequência com um sentido estabilizado. As unidades da língua não possuem, portanto, um sentido, um conteúdo previamente dado, ele está latente, existe como potencial.

Note que ao desambiguizarmos enunciados que criamos ou interpretamos inserimos uma sequência a um determinado contexto/situação porque somente assim instauramos seu

sentido por meio da não inserção dessa sequência em outro contexto/situação possível. Note que o sentido é então, um dos caminhos possíveis, é a trajetória escolhida pelo sujeito.

Culioli [...] chama a atenção para a distinção [...] que existe entre enunciado e frase [...] o autor não trata essa distinção pelo viés do estruturalismo tradicional; pelo contrário, delimita-a pelos próprios conceitos de sua teoria: a frase está relacionada com as regras que definem a relação predicativa pelo conceito de léxis e o enunciado, por sua vez, com a localização de uma relação predicativa numa situação de enunciação por um sistema de referência (ZAVAGLIA, 2016, p. 58-59).

Uma sequência descontextualizada, assim como as unidades da língua, possui um potencial significativo. Diante de uma sequência podemos supor inúmeros contextos com ela compatíveis, mas essa suposição será uma construção orientada pela teoria, supor não é sem consequência, é justamente o processo de supor que a TOPE teoriza. Essa relação é dinâmica porque é a própria sequência que desencadeia esses contextos possíveis e é a relação construída entre essa sequência e um desses contextos possíveis ou não que irá instaurar o enunciado e seu sentido. Quando a contextualização é finalmente definida o enunciado estabiliza-se naquela enunciação especificamente. Somente com relação a um contexto específico uma sequência é interpretável.

É a própria sequência textual que gera contextos possíveis. Os contextos e situações não podem ser exteriores a ela. O sentido dessa sequência, portanto, não poderá ser ancorado a um referente extralinguístico. Quando esta sequência transforma-se em enunciado significa que um desses contextos efetivou-se. E nesse ponto teremos um enunciado produzido cujo valor referencial foi construído por oposição aos potenciais valores referenciais das trajetórias descartadas pelo sujeito. Assim;

A linguagem é colocada como indeterminada. Na organização das línguas, unidades gramaticais e lexicais apontam para uma grosseira direção de sentido e cabe aos interlocutores determiná-las, quer dizer, construir a significação. Sendo indeterminada, é vista como um constante trabalho de construção de representação. Esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmago dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade; os interlocutores são simultaneamente emissores e receptores. Há uma assimetria entre eles e o material físico, gráfico ou sonoro, não transmite nenhuma mensagem. Cabe aos interlocutores investir arduamente os textos de significados, seja na leitura, na escrita, na fala ou na escuta (REZENDE, 2009a, p. 13).

O que há é uma relação de dependência. É a articulação da construção com o contexto que traz à tona a significação do enunciado. A construção seleciona os contextos possíveis, que nos dão condições para interpretá-la. Sendo assim, compreender o sentido de um enunciado depende de compreendermos as condições que permitiram a construção desse

enunciado de determinada maneira e não de outra. Há uma interdependência das condições com a construção. O valor da parte depende do todo (condições), mas não só, assim como o todo não se determina sem a parte (construção e estados de conhecimento do sujeito).

Na operação de referenciação, a partir de um referente que nos é dado (um fenômeno, objeto ou acontecimento) construímos enquanto sujeitos na e pela enunciação valores referenciais. Ao enunciarmos atribuímos certos valores ao referente, destacamos certas propriedades e não outras. Isso para nos fazermos compreender. Ocorre que a construção do referente se dá de maneira única por cada enunciador, os valores referenciais construídos na enunciação são variáveis. É a atividade de regulação a responsável por intermediar ajustamentos intersubjetivos e, quando esses sujeitos se encontram em um mesmo ponto ao longo dessa trajetória, os enunciadores se equilibram, se comunicam, se compreendem naquele momento. A compreensão se dá sempre que as trajetórias se cruzam em algum ponto. Cada ponto de encontro é um enunciado estabilizado.

Os valores das unidades da língua, das expressões, dos enunciados, dos textos são sempre variáveis, dependentes do cotexto e do contexto. Essa relação é sempre dinâmica, cada unidade possui um valor no enunciado, mas o valor do enunciado não é igual à soma do valor de cada unidade. Pois o valor de cada uma depende do arranjo no enunciado, que só tem valor graças ao valor das unidades e da forma como estas se organizam. Dois elementos em relação podem inclusive significar algo completamente estranho a seus potenciais valores enquanto unidades, como no doce chamado *pé-de-moleque*.

Isso não significa que a linguagem funciona independentemente do mundo “real” (objetivo/subjetivo) e de suas representações, nem que a organização da linguagem seja estritamente independente da dos processos cognitivos, mas evidencia que a análise de fenômenos linguísticos não se reduz diretamente a um raciocínio acerca do mundo ou dos processos cognitivos (FRANCKEL, 2011a, p. 43).

Pode-se evidenciar a ideia fundamental de que o sentido se constrói a partir de unidades que integram o todo (e a ele se integram) “efetuando” o enunciado. O sentido das formas não é definido por aquilo a que elas remetem, em um mundo (ou uma representação do mundo) externo à língua; a significação de um termo não poderia se confundir com sua referência: ela só se constitui de uma dinâmica da construção estabelecida nos enunciados e pelos enunciados (FRANCKEL, 2011a, p. 43).

Cada unidade textual (palavra, texto, expressão) desde que enunciada possui uma identidade em meio à diversidade de valores possíveis e são os enunciadores que constroem essa identidade. Não há como dissociar a atividade enunciativa da predicativa, os enunciados

só existem graças à existência dos enunciadores. Se não há enunciação, também não há significação. A construção dos valores referenciais só é possível graças aos enunciadores.

2.5 A enunciação e o enunciado

O enunciado é para Culioli a materialização de fenômenos mentais e por meio deles podemos observar os processos, operações e mecanismos que permitem tanto a construção do enunciado como de seu significado, são os mesmos processos que os constituem. Por isso Culioli insiste que o enunciado é a única unidade capaz de nos fazer compreender o fenômeno linguístico. A TOPE tem de ser encarada como uma teoria da enunciação já que tem como objeto de pesquisa o próprio enunciado, sendo sua natureza para a TOPE empírica e teórica.

Sobre a TOPE,

trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic et nunc* qualquer por um enunciador qualquer. Ele deve ser entendido como um arranjo de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos que o constituem como tal podem ser analisados, no âmbito de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio (FRANCKEL, 2011a, p. 44).

Construímos um enunciado, articulando léxico e gramática inserindo nessa sequência marcas que permitem sua interpretação à medida que permitem a identificação dos interlocutores, dos acontecimentos, dos objetos, do espaço, do tempo, tudo por meio de operações de localização. Os enunciados do texto são da mesma maneira construídos, no texto temos ainda uma rede mais complexa de operações de localização, os enunciados aparecem localizados com relação a outros enunciados. Articulam-se como as unidades dentro do enunciado, há sempre uma operação estabelecendo essa conexão. Um enunciado pode estar inclusive localizado em relação a outro enunciado produzido por outro enunciador num tempo e numa situação completamente distinta, e será preciso compreender essa relação para compreendê-lo.

Entender que a língua não é um sistema estático, e sim um sistema complexo que está em movimento, que é dinâmico é assumir que língua é linguagem, que não há como distinguir a língua de seu enunciador, que o sujeito enunciador opera de maneira efetiva no nível enunciativo, como também no predicativo e que essa atividade se dá de maneira simultânea. Para Culioli,

as operações enunciativas são dificilmente dissociáveis das operações predicativas; é porque há enunciadores que há enunciados; os enunciados não tem significação fora da atividade dos enunciadores e são os enunciadores que constroem os valores referenciais do enunciado (CULIOLI *apud* FUCHS, 1984, p. 47).

São os sujeitos que organizam o conteúdo, limitados pelo contorno das línguas, conforme os universos por si construídos. Assim assumimos a tese de que a linguagem é indeterminada e plástica e que a estabilidade na enunciação é fruto de um intenso diálogo intersubjetivo, no qual os sujeitos fazem modulações, inclusive gramaticais.

No nível das representações linguísticas há uma ordem aparente, uma espécie de névoa que oculta o que Culioli chama de caos epilinguístico. A atividade linguística é externa, pública e linear. A atividade epilinguística, no entanto, é interna, inacessível e inconsciente. Quando essa atividade interna (epilinguística) é exteriorizada no enunciado (nível linguístico) há um recorte efetuado pelo sujeito que diante de um objeto ou fenômeno escolhe enunciar para significar de uma maneira e não de outra.

Ao passarmos da atividade interna para a atividade externa exteriorizamos uma representação que faz parte de um conjunto de representações que estão na base do dizível, mas que não chegam a ser enunciadas. O que temos nos enunciados são as marcas que sugerem que a atividade epilinguística é intensa. Quanto mais intenso é o diálogo, mais intensa é a atividade epilinguística. O que aparece na superfície do enunciado são ínfimas amostras do que acontece na atividade epilinguística.

Devido ao caráter dialógico da enunciação Culioli prefere as expressões co-enunciação e co-enunciadores.

Sendo a co-enunciação o momento em que cada um constrói ao mesmo tempo a produção e a recepção do outro, o diálogo é a dimensão fundamental da comunicação, mas não uma transmissão de informação linear e retilínea, e sim uma atividade comunicativa contida no ajuste, no agenciamento textual feito por um sujeito que é reconhecível e interpretável por outro de várias maneiras (CUMPRI, 2010, p. 57).

Para Culioli o papel do emissor e do receptor na enunciação é o mesmo. Ambos são co-enunciadores, sujeitos que mediam a co-enunciação, seu trabalho é de desambiguação tanto para construir, como para reconhecer enunciados. Em cada um dos sujeitos envolvidos no diálogo ocorre esse diálogo inconsciente permanente porque o sujeito tem sempre a intenção de conhecer. Na enunciação ocorre que o sujeito irá eleger um enunciado que para si está claro, mas o outro precisa, da mesma forma, para compreendê-lo, investir aquele

enunciado do mesmo sentido, reconstruindo inconscientemente as operações de linguagem que lhe deram origem o que permitirá que ele se aproxime do valor intencionado.

Devemos sempre considerar que o enunciado é potencialmente ambíguo, “trata-se de uma ambiguidade constitutiva, quer dizer, todos os enunciados de uma língua são ambíguos; daí a linguagem ser um trabalho de equilíbrio” (REZENDE, 2008, p. 97). Ou seja, qualquer enunciado pode ter mais significações, além da elegida pelos enunciadores, em razão do modo como percebemos a situação e dos nossos estados de conhecimento. Os valores se estabilizam a partir da interação entre os sujeitos enunciadores, quando as representações construídas por cada um se entrecruzam. As hesitações, as pausas, as reelaborações, as repetições e outras tantas operações são manifestações linguísticas que comprovam essa tese. O sujeito tenta constantemente estabilizar a representação num determinado ponto.

A co-enunciação põe em jogo uma série de operações de produção e reconhecimento interpretativo onde nada autoriza dizer que eles sejam totalmente simétricas ou reversíveis. A co-enunciação é precisamente o lugar do “jogo” (no sentido duplo deste termo), quer dizer, ajustamentos, voluntários ou não, sucedidos ou não; desvios, lapsos, mal entendidos ambiguidades que não são “parasitas” da comunicação, ou “ruídos” sobre o fundo informativo claro, mas fazem parte integrante da atividade da linguagem (FUCHS, 1984, p. 48).

Nessa trajetória que é o próprio diálogo (tanto interno quanto externo), vamos nos regulando num movimento contínuo de centralização/descentralização, percebemos como o outro constrói suas representações e questionamos nossa forma de construir as nossas, nesse movimento vamos construindo nossa identidade com base na alteridade. Precisamos estabelecer inclusive um diálogo consciente e crítico com nós mesmos, pois, só a compreensão de nós mesmos (autoconhecimento) nos levará a compreensão do outro.

A atividade epilinguística ganha toda a sua importância exatamente quando colocamos essas variações radicais de experiência e de expressão ou, ainda, quando defendemos uma indeterminação fundamental da linguagem. Só aí, também, o sujeito, psicossociológico ganha o seu espaço (REZENDE, 2008, p. 97-98).

A atividade epilinguística é, ao mesmo tempo, anterior e posterior ao nível linguístico, compreendendo as atividades de representação, referenciação e regulação. É graças a ela que os arranjos podem ser montados, desmontados e remontados no nível linguístico, produzindo os valores referenciais que conduzem a construção do sentido pelos co-enunciadores. É essa atividade interna e invisível que produz a ambiguidade para conseguir, ao mesmo tempo, determinar o sentido por meio da atividade de desambiguação.

Há então uma racionalidade inacessível diretamente que nos permite formular e interpretar os enunciados, uma capacidade inconsciente do sujeito capaz de eleger um valor que estabilize provisoriamente a sequência. A atividade epilinguística é a própria atividade de linguagem por natureza inacessível. Como apreendermos então o sentido de um enunciado se este é construído por meio da relação das dimensões língua (empírico) e linguagem (formal), uma acessível outra inacessível?

Culioli postula que toda operação de linguagem deixa impresso no nível linguístico algo como marcas, vestígios, rastros. “Estas marcas são traços de operações, a partir das quais se constroem representações, categorias gramaticais, relações, de modo que se possa referenciar e em seguida ajustar os sistemas de referências entre os indivíduos” (CULIOLI *apud* BIASOTTO-HOLMO, 2014, p. 97). Propõe que se articule o empírico e o formal, que se parta do enunciado, os chamados observáveis, que se recrie por meio dessas marcas impressas as operações que deram origem simultaneamente a sua forma e conteúdo, que se reconstrua o enunciado de partida num nível que chama de metalinguístico.

2.6 Atividade Metalinguística

A atividade metalinguística é uma atividade consciente do linguista que pretende imitar a atividade epilinguística, inconsciente do sujeito. O linguista tentará reconstruir formalmente a trajetória percorrida pelo sujeito enunciadador, tentará simular o que se passou aquém do enunciado e que ao mesmo tempo o constituiu. Como falante de uma língua que tem consciência de que entre os objetos linguísticos e extralinguísticos, não há correspondência, e sim uma relação estabelecida num determinado tempo e espaço enunciativo. Ao mesmo tempo em que o sujeito “assume” o lugar do outro, o sujeito enunciadador que está inscrito no enunciado de tal forma que tornam-se ali um mesmo objeto observável tanto quanto o co-enunciadador.

Nesse enunciado estão os rastros da atividade de linguagem, das operações cognitivas que lhe deram origem. Entre essas operações (de linguagem) e as marcas (linguísticas), há uma relação que o linguista tentará reconstruir. A partir da marca (observável), reformula o enunciado fonte e deriva a partir deste toda uma família de enunciados aparentados que Culioli (1999a) chama de família parafrástica.

A tese de Culioli (1999a) é a de que todo enunciado possui um esquema de base em comum com os demais enunciados que compõe sua família. Esses “genes” na língua são

representados pelos rastros impressos no enunciado. Essas marcas são a prova de que há uma invariância de base na linguagem que sustenta toda a variação linguística, intralíngua e interlíngua. Ora, se os enunciados são representações linguísticas derivadas de representações mentais, eles são, naturalmente, reconstruções. Imitando a atividade epilinguística, que constituiu o enunciado, na atividade metalinguística o linguista deriva enunciados, agora de maneira consciente e formal, com base em um enunciado matriz. E é por essa razão que Culioli (1999a) chama a atividade epilinguística também de atividade metalinguística não consciente.

É possível reformular, reconstruir, esses enunciados infinitas vezes e, embora haja nessa família parentes que não se pareça, há entre todos esses enunciados derivados uma relação entre as representações linguísticas construídas pelo sujeito enunciadador e as representações construídas pelo linguista.

2.6.1 Objetos metalinguísticos

2.6.1.1 Noção e domínio nocional

A noção é definida na TOPE como uma entidade incorpórea, passível de ser observada no nível linguístico, nível no qual se materializa uma ocorrência dessa noção. Todavia, é a presença das noções num nível pré-linguístico que permite que o sujeito construa suas representações textuais de tal modo que no nível enunciativo ocorra a simultânea, ainda que provisória, estabilização do enunciado. É o sujeito por meio das experiências que possui com as noções, e considerando as experiências que supõe ser a de seus interlocutores com a noção, que, por meio de uma sequência de operações de localização, e da inserção das categorias gramaticais de modalidade e aspecto, quem constrói o enunciado ao mesmo tempo em que lhe atribui um valor referencial.

O conceito de noção é do mesmo modo imprescindível quando falamos em representações metalinguísticas. Nesse nível o linguista consegue, por meio dos traços de operações impressos no enunciado reconstruir as operações que permitiram a passagem de uma noção ao nível linguístico. E assim poderá, finalmente, simular num plano metalinguístico os processos que deram origem ao enunciado matriz, reconstruir por meio das mesmas operações; ou seja, derivar a partir deste, famílias de enunciados que estão em relação parafrástica, já que estes guardam em comum um esquema de base.

A noção, por um lado é “uma forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de cada pessoa. [...] De outro, trata-se da primeira etapa de uma representação metalinguística.” (CULIOLI, 1999b, p. 8-9).

Culioli (1976) reconhece a complexidade em se definir as noções, seu nível é o das representações mentais e a este nível não temos acesso diretamente. Esse acesso se dá por meio da ocorrência de uma noção no nível seguinte, por exemplo, quando uma determinada propriedade da noção é aprisionada no nível linguístico. Essa ocorrência da noção será tomada como uma ocorrência modelo e é em torno dela que se iniciará todo um trabalho metalinguístico de construção de um domínio nocional.

A noção permeia um espaço híbrido entre os níveis epilinguístico (incluindo-se aqui o extralinguístico), linguístico e metalinguístico. O linguista precisará trabalhar com domínios híbridos que extrapolam o domínio da linguística, pois identificar uma noção é compreender as operações subjacentes à passagem de uma ocorrência fenomenológica, que envolve processos cognitivos, a uma ocorrência tipificada.

Para Pria (2013),

[...] as noções podem ser abordadas como entidades cognitivas apreciadas por uma dada cultura, o que extrapola os domínios do linguista, por outro lado, também podem ser abordadas como manifestações enunciativas de uma dada língua e, nesse caso, só podem ser apreendidas através de ocorrências materiais inscritas em um sistema de referência definido pelos parâmetros sujeito e tempo-espaço no qual uma forma de expressão se configura (PRIA, 2013, p.56).

Uma unidade lexical ou gramatical pode representar uma noção, mas a ela não corresponde simetricamente. “Uma noção pode ser definida como um complexo de representações físico-culturais e não deve ser identificada com rótulos lexicais. Nem pode ser assimilada por eventos localizados no tempo e no espaço” (CULIOLI, 1999, p.181).

Os termos de uma dada língua natural inseridos num determinado contexto cultural e antropológico remetem a um certo número de propriedades físico-culturais. O falante inconsciente e intuitivamente é capaz de determinar os contextos situacionais possíveis e impossíveis de ocorrência de uma noção dada. Para construir e desambiguar enunciados o sujeito inicia um movimento com as noções.

Contudo, esse movimento é limitado pelos contextos situacionais. Fazemos associações possíveis sem nos darmos conta que para estabelecermos as propriedades que

caracterizam verdadeiramente essa noção, estabelecemos também simultaneamente quais são as propriedades que com certeza não pertencem ao domínio dessa noção.

A noção nos põe em confronto com o problema da identidade versus a alteridade. O “domínio nocional” proposto por Culioli e definido como o domínio das ocorrências de uma noção é uma tentativa de resolver esse problema através da integração das relações de identidade e alteridade (BIASOTTO-HOLMO, 2008, p. 68).

“Uma noção não é definida somente pelo que ela é (identidade), mas também pelo que ela não é (alteridade)”. (GROUSSIÉ *apud* BIASOTTO-HOLMO, 2008, p. 68). Nesse movimento também consideramos todas as noções que estão entre esses dois polos, para só então fixarmos tal ocorrência a um ponto. As noções gradativas entre os dois polos também são predicáveis. E desse modo se vai da noção à representação linguística construída.

No nível metalinguístico o linguista deverá, a partir de uma ocorrência dessa noção, iniciar um processo de desmontagem do enunciado, partindo da representação linguística em direção à noção. Imitará, apropriando-se de operadores metalinguísticos construídos para tal finalidade, o percurso realizado pelo sujeito e que lhe permitirá derivar novas ocorrências da noção, assim como localizar as ocorrências dessa noção dentro de um domínio nocional, que também será reconstruído pelo linguista, a partir de uma ocorrência privilegiada da noção.

Jorente (2009) define a noção “[...] como um “esqueleto”, um conjunto de possibilidades envolvendo propriedades relacionadas a fatores psíquico-físico-culturais que vai se estabilizando por meio de processos de predicação que se repetem” (JORENTE, 2009, p. 143). Cumpri diz que “[...] uma noção pode ser um simples morfema ou um sintagma que funciona dentro de uma relação estabelecida com outras noções de forma que o funcionamento está estritamente estabelecido pelas condições da produção discursiva nas quais essas noções agem” (CUMPRI, 2010, p. 04).

As propriedades nocionais são pré-linguísticas, de modo que facilmente o falante consegue determinar quais operações são realizáveis; nesse ponto está o dizível. Observe-se que “uma noção não tem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa (para limitar nossa descrição de quantificação e modalidade), mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativas e predicativas acarretam” (CULIOLI, 1995, p.33).

Nesse movimento de passagem da expressão linguística de um sujeito ao outro (intra-sujeito, intersujeitos, intralingua e interlinguas), não é o valor polarizado que conta mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do valor final

atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o valor em si (REZENDE, 2009, p. 21).

Nos domínios nocionais há ocorrências identificadas em relação a outras ocorrências da mesma noção, o que não quer dizer que elas sejam idênticas, pois são também individuais. Cada ocorrência de uma classe de ocorrências abstratas da noção localiza-se em relação a um determinado ponto do domínio nocional. Para que o linguista consiga distribuir cada exemplar dessas ocorrências por esses pontos, precisamos torná-las quantificáveis, ou tipificá-las, tornando-as qualificáveis. E é nesse contexto que Culioli introduz os conceitos de operador quantitativo (Qnt) e operador qualitativo (Qlt). Cada ocorrência da noção identifica-se preponderantemente ou com Qlt ou Qnt.

Para o interior do domínio são atraídas as ocorrências que possuem verdadeiramente as propriedades da noção, para o exterior migram as ocorrências cujas noções definitivamente não possuem as propriedades da noção em questão, ou as que marcam a inexistência do referente. As ocorrências que se agrupam na fronteira apresentam a noção com uma propriedade alterada qualitativamente.

A organização do domínio nesse modelo só é possível, de acordo com Vignaux (1995), graças à capacidade que o sujeito tem de emprestar noções construídas ora pela cultura, ora pelo senso comum, ora pela experiência, ora pela realidade, e a partir destas identificar, diferenciar e relacionar as propriedades concernentes às noções.

Pria (2013) assim descreve a organização do domínio nocional,

[...] no interior há um centro organizador (protótipo) que organiza todo o domínio. Os valores para o interior podem ser informalmente glosados como “verdadeiramente p”, “verdadeiramente representativo de p”. O exterior resulta de um processo de diferenciação que pressupõe uma identificação anterior. Os valores exteriores ao domínio podem ser descritos como “verdadeiramente não-p”, “totalmente diferente de p”, “não tendo nenhuma propriedade em comum, nem a mais tênue, com p” (PRIA, 2013, p. 57-58).

[...] Recorremos à área de fronteira para discernir ocorrências não homogêneas [...] de uma noção p, que evidenciam estados qualitativamente alterados da propriedade p. Fechando o interior do domínio, organizamos ocorrências em contínuo sobre não p, mas ainda pertencentes à área p. Os valores [...] podem ser glosados como “p até certa extensão” [...] ou “não verdadeiramente p”. Fechando o exterior, organizamos valores que podem ser glosados como “não p até certa extensão” [...] ou “não verdadeiramente não-p” (PRIA, 2013, p. 58).

2.6.1.2 Operações de quantificação e qualificação

Segundo Zavaglia (2016, p. 111) a noção encontra-se num nível pré-assertivo; e uma vez instanciada, essa noção, será quantificada e localizada em relação a uma situação enunciativa. Qnt irá quantificar a noção e Qlt irá, simultaneamente, qualificá-la. Na passagem da noção de um nível pré-assertivo ao nível linguístico a mesma será sempre quantificada e qualificada em alguma medida. Isso determinará se o seu funcionamento nocional é discreto, compacto ou denso.

Conforme Aguilar (2007, p. 69), a operação de quantificação permite que se efetuem duas operações essenciais: (1) a quantifiabilização ou fragmentação, na qual a noção que é indivisível passa a fragmentada por meio de uma operação de individualização. Assim, a qualidade da noção passa de indivisível a fragmentada, o que possibilita a construção de ocorrências com a qualidade/propriedade alterada; e (2) construir a existência de uma ocorrência da noção fragmentada, inserindo-a numa situação enunciativa de modo que seu co-enunciador possa identificar esse espaço/tempo no qual a noção está inserida.

Podemos dizer que uma noção foi quantificada quando o sujeito constrói uma representação e, assim, distingue e situa a noção num espaço de referência. “A quantificação pode ocorrer por meio das operações de extração, flechagem e varredura” (BIASOTTO-HOLMO, 2008, p. 71).

De acordo com Zavaglia,

A representação metalinguística Qlt caracteriza a noção como insecável, ou seja, o seu domínio nocional não pode ser fragmentado e deve ser entendido,consequentemente, como um todo inseparável: trata-se de P. Além disso, a noção não se encontra saturada, o que quer dizer que ela ainda não foi instanciada. Em outras palavras, ela não ocorreu.(ZAVAGLIA, 2016, p. 111-112)

Quando a noção é materializada, uma ocorrência de P é construída. Nesse ponto, a noção possui a propriedade P, que é um recorte da noção.

Zavaglia (2016, p. 112) nos alerta sobre a existência de dois níveis de Qlt, um anterior a quantificação e um posterior. No nível anterior a Qnt efetua-se uma operação de identificação/diferenciação sobre a noção não saturada. Nesse ponto, a noção ainda é uma representação mental, ainda não foi localizada em relação a um determinado ponto no espaço/tempo. Após a instanciação da noção pelo sujeito, a noção é apreendida no nível textual, ou seja, é quantificada.

No nível posterior à Qnt, ocorrerá uma segunda operação de identificação/diferenciação. Essa operação qualifica a noção já quantificada, já instanciada, já situada em um espaço/tempo. Ou, ainda, a sequência textual produzida pelo sujeito remete (por meio da identificação ou diferenciação) a uma determinada propriedade nocional e a noção é, então, requalificada, operação que provavelmente provocará a estabilização da noção e do enunciado; ou a noção será requalificada por meio da ocorrência de uma segunda operação de localização, agora sobre a noção já saturada, operação que também conduz a noção e o enunciado à estabilização.

Zavaglia (2016, p. 112) também pontua que é a saturação da noção que garante a transformação da noção que é incorpórea em um objeto linguístico (uma palavra ou uma sequência textual). Qualificar é, portanto, “[...] pôr em movimento um encadeamento complexo de operações, e não se contentar em acrescentar um qualificativo” (AGUILAR, 2007, p. 70).

Qnt é o que garante a existência da predicação, enquanto que Qlt “[...] afeta alguma coisa de existente (preconstruída), possibilitando alargar o domínio do que temos de “registrado provisoriamente”. Temos a presença de operações que permitem unir o provisoriamente registrado e o registrável” (AGUILAR, 2007, p. 70).

2.6.1.3 Centro organizador da noção: tipo, atrator, fronteira, gradiente e complementar

Segundo Culioli (1999b, p. 11), “não existe representação, de qualquer ordem que seja, sem que ela se coloque relativamente a um polo de referência”. As representações mentais tendem a se organizar com relação a um centro de modo que é esse pré-construído, não linguístico, organizado com relação a um centro que irá mediar o processo de construção e reconhecimento de formas. Nesse nível as ocorrências da noção ainda são abstratas e uma delas será eleita para servir como o centro organizador do domínio.

Para representar (converter representações mentais em linguísticas) o sujeito precisa construir um predicado. Isso, porém, implica construir um domínio nocional. A noção privilegiada será o ponto de partida em relação ao qual se organizará todo o domínio nocional, o que garantirá a existência do domínio e do predicado. O domínio nocional é construído para que em dado momento possamos relacionar determinada noção a uma palavra ou sequência textual. Na TOPE esse centro pode ser chamado de centro atrator, polo de referência, ou centro organizador da noção.

Dentro do domínio nocional de determinada noção, em que P é o centro organizador da noção, haverá tudo o que pode ser P e tudo o que não pode ser P, ou P'. Tudo o que pode ser P pertence ao interior do domínio e tudo o que não pode ser P pertence ao Exterior. Entre uma e outra zona há propriedades que permanecem numa Fronteira, a qual não separa as zonas abruptamente [...] (ZAVAGLIA, 2016, p. 115).

O centro atrator da noção pode organizar-se de duas maneiras: ou como tipo ou como atrator. Ambos os centros atuam como reguladores no ajustamento intersubjetivo.

“O tipo permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção.” (AGUILAR, 2007, p. 64). É por meio de um duplo processo de identificação/diferenciação que se inicia o processo de construção de uma classe de ocorrências, cada uma dessas ocorrências (p(1), p(2), p(3)) é uma ocorrência representativa de P, possui uma propriedade representativa/tipificada de P. O tipo nos ajuda a responder algumas questões. Essas ocorrências são ou não ocorrências da mesma propriedade? A ocorrência p(1) se identifica com P? A ocorrência p(2) se diferencia de P? A ocorrência p(3) é um exemplar de P? As ocorrências p(1), p(2) e p(3) localizam-se no interior, na fronteira ou no exterior domínio nocional de P?

Nesse sentido, o tipo funciona como um delimitador. Para Groussier (2000, p. 166), os diferentes graus de identidade em relação à noção tipificada nos permitem agrupar as ocorrências idênticas ou quase idênticas a P próximas ao centro atrator; as ocorrências com um maior número de propriedades pertinentes a P no interior do domínio nocional; as ocorrências com um número menor de propriedades pertinentes a P em pontos que se distanciam do centro organizador, conforme, o grau de identificação/diferenciação; e as ocorrências que não têm nenhuma propriedade em comum com P no exterior, já que nesse caso as propriedades nocionais para que uma ocorrência pertença ao interior do domínio não estão mais presentes.

Ao organizar a noção com relação a um tipo privilegia-se uma determinada ocorrência da noção. Isso é fragmentá-la, é torná-la quantificável. Cada exemplar da noção p(1), p(2), p(3) localiza-se em um ponto com relação ao centro atrator. Isso implica também a fragmentação do domínio nocional. Como consequência, temos que P continua a ser a ocorrência privilegiada e serve como polo de referência em operações predominantemente quantitativas. Nesse caso, o tipo responde a problemas como: p(1) se identifica ou se diferencia de p(2)?

“Se, por um lado o tipo contribui para a organização do centro na delimitação de quais ocorrências de uma classe são ou não ocorrências da mesma propriedade, por outro lado, o atrator é uma ocorrência imaginária delimitada em relação a si mesma.” (PRIA, 2009, p. 60).

Quando a noção se organiza com relação ao atrator, não ocorre a fragmentação da noção, nem do domínio nocional; a noção se localiza em relação a ela mesma, a referência é o próprio predicado. Desse modo não há $p(1)$, $p(2)$, $p(3)$. O que há é a construção de um gradiente. O atrator é que determina em qual medida uma ocorrência é exemplar P (muito P, pouco P).

A noção estará localizada com relação ao centro atrator, mas com que intensidade? Em que medida? Nesse caso, não há que se falar em verificar quais propriedades são ou não pertinentes, pois o predicado é autoreferenciado. Ser P é o caso em qualquer situação considerada. Aqui há que se falar é em que intensidade determinada ocorrência é atraída para o polo de referência?

A ocorrência construída com relação ao atrator é singular, permite a comparação de $p(1)$ somente com P, podendo remeter também a P', uma vez que um domínio (ser P) é construído. Em resumo, em relação ao tipo, diferentes graus de identidade permitem agrupar as ocorrências da mesma noção em classes, enquanto que em relação ao atrator, só há a possibilidade de graduar.

[...] Quando você constrói ocorrências abstratas, você faz três coisas simultaneamente: (1) você constrói ocorrências individuais, (2) você constrói um centro organizador, em relação ao qual qualquer ocorrência da noção é definida (o centro organizador é dual: um tipo e um atrator). (3) E ainda a construção de um gradiente (o domínio nocional é então representado como uma balança (basin) de atração; o valor absoluto é central e o valor relativo de P decresce à medida que você se distancia do centro) (CULIOLI, 1999, p. 181-182).

O atrator nos fornece o alto grau (o verdadeiramente P), a partir do qual se constrói um interior, um exterior (o verdadeiramente não-P) e uma fronteira. No exterior do domínio, a propriedade P é esvaziada, ou pela ausência das propriedades verdadeiramente pertinentes a P ou graças à construção de um antônimo tipificado (nesse caso as propriedades existem, mas, são justamente contrárias à noção que fazemos de P). Essas ocorrências são ocorrências de P' e representam tudo aquilo que não pode ser chamado de P (o verdadeiramente não-P).

A fronteira é uma área que organiza as ocorrências da noção que possuem a propriedade p e, ao mesmo tempo, a propriedade p alterada/transformada. Essa zona é

construída em relação ao atrator. A fronteira, portanto, não separa bruscamente o interior e o exterior do domínio. Por isso pode ser definida como a própria passagem de um domínio a outro.

Culioli (1990) teoriza a fronteira como um espaço de valores intermediários, dos valores que estão entre P e P' , e critica a lógica, que tende a trabalhar num universo restrito de valores e resume essas questões por meio da antonímia. Para o autor, a polarização dos termos implicaria na negação absoluta da propriedade P .

[...] A área de fronteira teoriza uma negação mais fraca (é diferente mas não totalmente diferente) da propriedade p e possibilita a visualização de pares de oposição entre termos tais como “dia” e “alvorada” quando a diferença está em questão, mas ao mesmo tempo, se abstraídas as diferenças esses mesmos termos seriam sinônimos (PRIA, 2009, p. 63).

Na fronteira irão se organizar, portanto, as ocorrências cujas propriedades têm mais pertinência com o interior do domínio.

A construção de um gradiente é possível graças à organização do domínio nocional em relação ao centro atrator. Nessa operação, há preponderância de Qlt sobre Qnt . Os diferentes graus de identidade das ocorrências com a noção fazem que estas se agrupem num gradiente que se constrói numa zona de fronteira entre o interior e o exterior do domínio. Nessa zona estão as ocorrências que contém a propriedade e a propriedade alterada, assim como todos os valores entre P e não P .

Para Culioli (1990), o complementar linguístico, que designamos por P' , não é apenas o seu complementar lógico ou matemático. Temos mais do que dois valores polarizados, um complementar ao outro. A negação não está construída de antemão, o complementar é construído pelos sujeitos na enunciação. Quando construímos a fronteira entre o interior e o exterior do domínio nocional, construímos, conseqüentemente, uma zona complementar (tudo que é contrário ao domínio de P). Para Culioli (1990), o complementar é a fronteira mais o exterior em relação ao interior ou a fronteira mais o interior em relação ao exterior, que também é centrado.

2.6.1.4 Localização, extração, flechagem e varredura

A operação de identificação é uma operação de localização, na qual uma ocorrência p aparecerá relacionada a um determinado domínio nocional P/P' . Assim, a diferenciação, também deve ser compreendida como uma operação de identificação e por consequência de

localização, pois para que a noção se identifique com P', primeiramente é preciso avaliar a pertinência da noção em relação a P.

Quando uma noção é instanciada o sujeito poderá organizá-la em relação ao tipo ou ao atrator. Se essa ocorrência se organiza em relação ao tipo, ocorre a fragmentação da noção e do domínio nocional. Nesse caso, é por meio das operações de localização (identificação/diferenciação) chamadas de extração, flechagem e varredura que se dá a quantificação da noção, a localização de uma ocorrência p num espaço de referência.

Através da extração, o sujeito extrai (como o próprio nome sugere), de um conjunto de ocorrências abstratas da noção que formam o domínio nocional, uma ocorrência particular da noção. Desse modo, p(1) será um exemplar de P. Isso significa que a ocorrência foi individualizada, que ela passou a existir (num plano real ou imaginário) e deixou de ser uma ocorrência de uma classe abstrata. No plano discursivo a extração marca nada além da existência dessa ocorrência em relação a uma situação enunciativa.

Tomemos como exemplo a seguinte situação discursiva: dois sujeitos estão em uma confeitaria quando um diz: (1) *Aquele bolo está uma delícia!* Nesse enunciado o sujeito extrai da noção /bolo/ uma das inúmeras ocorrências que constituem a noção de /bolo/, por meio da inserção dos marcadores *aquele* e *bolo*. Costumam marcar a operação de extração os artigos indefinidos (*um, uma, uns, umas*), numerais (*um, dois, três*), pronomes indefinidos etc.

A operação de extração antecede a operação de flechagem. Na flechagem uma ocorrência posterior da noção estará identificada com uma ocorrência anterior (a ocorrência anteriormente extraída), podendo também essa ocorrência anterior ser um pré-constructo. Nesses casos, as duas ocorrências da noção possuem as mesmas propriedades, ambas as ocorrências remetem a P. A operação de flechagem é uma dupla operação de identificação, na qual a ocorrência p(2) identifica-se com p(1), identificada com relação a P.

Tomemos como exemplo a mesma situação discursiva citada acima, na qual um sujeito (S1) diz: *Aquele bolo está uma delícia!* Outro sujeito (S2) dirige-se ao balcão e quando retorna à mesa, diz: (2) *O bolo delicioso acabou!* Podemos observar que o que ocorre é a construção de uma segunda ocorrência de P por meio de uma operação de flechagem, na qual a segunda ocorrência de /bolo/ é idêntica à ocorrência extraída, encontra-se identificada em relação à primeira ocorrência, por meio da inserção dos marcadores *o* e *bolo*. Artigos definidos e pronomes demonstrativos comumente marcam a operação de flechagem.

A operação de varredura se observa quando todas as ocorrências abstratas de um domínio nocional são percorridas sem que nenhuma noção seja extraída ou identificada com relação umas às outras. Desse modo se enunciamos: (3) *Todo bolo é delicioso!*, passamos por todas as possibilidades da noção /bolo/ para, finalmente, enunciarmos que todo e qualquer bolo, dentre todos os bolos do mundo, são deliciosos.

No exemplo 3, a ocorrência identifica-se apenas com relação a P (a noção <ser bolo>). A noção aqui é construída com relação ao atrator. *Todo* e *bolo* são marcadores dessa operação de varredura. Alguns determinantes costumam marcar essa operação, tais como: *cada, todo, qualquer, sempre, nunca, jamais, etc.*

2.6.1.5 Discreto, compacto e denso

Ao construirmos ocorrências, organizamos a noção em relação ao centro atrator. Já sabemos que há duas maneiras pelas quais o centro atrator se organiza: como tipo ou como atrator. Poderá haver ou a preponderância de operações quantitativas (Qnt) sobre as qualitativas (Qlt) ou Qlt sobre Qnt ou ainda um equilíbrio entre elas. São essas diferenças que determinam se o funcionamento nocional é discreto, compacto ou denso.

De acordo com Culioli (1999b), as operações de quantificação têm afinidade com o tipo e as operações de qualificação com o atrator. No funcionamento nocional discreto, as operações de quantificação se sobrepõem às operações de qualificação. Aqui o tipo é privilegiado em relação ao atrator. Se a ocorrência se identifica com o tipo, a noção pode ser individualizada, enumerada e quantificada em relação a uma porção de espaço/tempo. É por meio dessa relação de identificação da ocorrência com o tipo que se constrói a estabilidade da ocorrência.

Considerem-se os exemplos: (4) *Eu encontrei uma garrafa quebrada na cozinha*, (5) *Foram encontradas doze garrafas quebradas esse mês*, e (6) *Pedro esvaziou bem a garrafa*. O funcionamento da marca é discreto. Nos dois primeiros exemplos, *uma* enumera a noção /garrafa/, *doze* quantifica a noção /garrafa/, enquanto que *quebrada* e *quebradas* individualizam a noção /garrafa/. Esses termos *uma, garrafa, quebrada, doze, garrafas, quebradas* são marcadores da operação de identificação da ocorrência da noção com o tipo. Já em *Pedro esvaziou bem a garrafa*, a relação se dá entre a noção /garrafa/ e a noção /esvaziar/. Tendo-se em vista que a garrafa foi esvaziada até o limite do possível, o funcionamento de esvaziar é discreto.

No compacto, as ocorrências da noção não podem ser enumeradas, nem quantificadas. Um gradiente irá se construir, pois o tipo não terá mais papel preponderante, o polo de referência irá se organizar agora em relação ao atrator. Nesse caso as operações de qualificação serão preponderantes. É da singularização da ocorrência (de ordem qualitativa) que se tirará sua estabilidade.

Vejamos os seguintes exemplos: (7) *Ele tomou gosto pelo esporte*, (8) *Mas que gosto!*, (9) *Faço muito gosto que se case* e (10) *Ele sentiu o gosto um pouco amargo*. Note-se que no exemplo 7, a ocorrência da noção /gosto/ só permite identificá-la com P. No exemplo 8, a ocorrência, ao contrário, identifica a noção /gosto/ com o seu complementar P'. Enquanto que nos exemplos 9 e 10, temos o determinante *o* e os quantificadores *muito* e *um pouco* que nos permitem verificar que o funcionamento compacto não recusa toda espécie de formatação ou quantificação. Esses quantificadores graduam a noção e permitem que se especifiquem graus de intensidade, o que torna a operação mais qualitativa do que quantitativa. Os quantificadores funcionam como qualificadores intensivos. Qlt é preponderante, portanto, também nos exemplos 9 e 10. Não há possibilidade de distinguirmos as ocorrências da noção, compará-las, enumerá-las ou contá-las.

Para Culioli (1999b, p. 14), o denso é um caso intermediário e instável no qual não há preponderância Qnt ou Qlt, não há forma tipo que estabilize a noção. Em (11) *Eu tomei sol!* e (12) *Eu comprei tomate*, as ocorrências apresentam um funcionamento denso e não são enumeráveis nem quantificáveis.

Há também a construção de ocorrências não enumeráveis, porém quantificáveis. Zavaglia (2016, p. 121) afirma que, com relação ao denso, de forma geral, as ocorrências são quantificadas com o auxílio de classificadores/demarcadores que funcionam de modo discreto e com equiponderância entre Qnt e Qlt.

Em tese, os nominais densos não são quantificáveis. É o marcador externo que retira e marca a retirada da quantidade da situação. As ocorrências da noção com um funcionamento denso são formatadas extrinsecamente pelo espaço/tempo ou graças a um demarcador. Vejam-se: (13) *Eu tomei 15 minutos de sol!* e (14) *Eu comprei uma dúzia de tomate*.

As faixas amarelas ou brancas que se encontram nas estradas das rodovias brasileiras podem exemplificar didaticamente esses funcionamentos: a faixa que se apresenta sob forma de traços, todos de tamanho aproximadamente equivalente, uns após os outros, como uma linha fragmentada, seria associável ao funcionamento discreto da noção, predominantemente quantitativo (cada traço seria uma ocorrência p de P, cada um sendo

individual e indiscernível com relação aos outros, existem espaços entre os traços e os traços vêm uns após os outros numa sequência ordenada; a faixa contínua, sem fragmentação poderia remeter ao funcionamento compacto da noção, predominantemente qualitativo (não existem espaços em branco, não existe corte, a faixa é insecável); as faixas fragmentada e não fragmentada postas lado a lado nos conduzem ao funcionamento denso da noção, sem predominância nem de Qnt nem de Qlt. (ZAVAGLIA, 2016, p. 122-123)

2.6.1.6 O alto grau da noção

A construção do alto grau da noção, assim como do gradiente, só é possível graças à organização do domínio nocional em relação ao centro atrator. Assim, nessa operação também há preponderância de Qlt sobre Qnt. Quando, por exemplo, “[...] um sujeito produz um enunciado exclamativo, ele não quer simplesmente descrever, ele quer assinalar, por meio da exclamativa, que se trata de algo e que não é algo qualquer” (BIASOTTO-HOLMO, 2008, p.74). Para ilustrar o funcionamento do alto grau, Culioli usa como exemplo o marcador *quel* (*qual* ou *que*). Em: (15) *Que beleza de bolo!*, a exclamativa e o marcador *que* identificam a ocorrência com o centro atrator (alto grau) do domínio nocional de P.

2.7 A atividade linguística: operações constitutivas do enunciado

O sujeito, para transformar representações mentais em textuais, tem de percorrer um caminho que representa as três etapas da verbalização do pensamento, cada uma correspondendo a um tipo de relação: primitiva, predicativa e enunciativa. “[...] Na etapa 1, o enunciador constrói a sua intenção de falar; na etapa 2, ele representa aquilo que quer dizer; na etapa 3, ele constrói o seu enunciado, referenciando e regulando suas representações”. (ZAVAGLIA, 2016, p. 76).

2.7.1 Relação primitiva e o esquema de léxis

A relação primitiva é uma relação entre noções. Esse esquema primitivo pode ser representado pela fórmula $x R y$, na qual x representa a origem, y o objetivo e R o relator. A existência dessa relação é essencial à produção e reconhecimento de formas linguísticas. Essa relação é uma relação de orientação que vai da origem em direção ao objetivo. A orientação é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas. Desse modo, relacionar noções ultrapassa o campo da linguística, já que a construção da noção envolve nosso conhecimento, cultura, experiências, percepções, contato com a realidade etc.

Assim, de acordo com Culioli (1999a), conforme as propriedades inerentes a x , y e R (animado e inanimado, determinado e indeterminado, único e múltiplo, interior e exterior,

processo e estado etc.) se dá a ordenação das noções. Culioli (1999a) também ressalta que na relação primitiva temos noções que são compatíveis com uma ordem, mas que ainda não foram ordenadas. Aqui estamos no nível do possível, do dizível, as possíveis combinações entre as noções remetem a uma ordem. Essa ordem “esperada”, no entanto, pode ser “quebrada” pelo sujeito quando a noção é instanciada.

Se pensarmos nas noções /mulher/, /cabelo/, /lavar/, percebemos, facilmente, que, graças às propriedades das noções, a ordenação é pré-assertada. Assim, /mulher/ representaria a origem e o /cabelo/ o objetivo, ou seja, a relação está orientada do lavador, para o lavável. O que não quer dizer que esse ordenamento seja fixo. É possível, por exemplo, que o sujeito construa metaforicamente um enunciado como: (16) *Os cabelos lavaram a mulher*, no qual /cabelo/ seria o lavador e /mulher/ o lavável.

2.7.2 Relação Predicativa

O esquema de léxis construído no nível primitivo pode, portanto, gerar inúmeras relações predicativas. A partir desse esquema o sujeito ordena os termos da léxis. Para isso elege um dos termos como ponto de partida em relação ao qual irá se organizar o enunciado. As ocorrências derivadas de um mesmo esquema de léxis irão pertencer a uma mesma família parafrástica de enunciados.

O sujeito orienta a relação a eleger um termo origem a partir do qual vão se organizar os demais termos da léxis. Nesse ponto, os termos já estão organizados de maneira linear (estão predicados). No momento seguinte (na relação enunciativa), o sujeito localiza essa relação construída entre termos em relação à determinada situação enunciativa e em relação ao coenunciador.

Do mesmo modo da primitiva, se constrói a relação predicativa, com dois termos e um relator, que são representados na TOPE deste modo: $\langle \varepsilon_1 \varepsilon_2 \pi \rangle$. Para que o esquema de léxis possa ser instanciado, esses três espaços precisam ser preenchidos por noções. ε_1 com o termo de partida, ε_2 com o termo de chegada. ε_1 e ε_2 representam a organização linear dos termos (não-lineares) a e b da relação primitiva. Já π representa o relator, que deve ser uma noção relacional.

Esses lugares vazios a serem preenchidos, apesar de não poderem ser preenchidos ao acaso (pois é da relação da léxis com as operações de modalidade que o enunciado se constitui), podem ser preenchidos por inúmeras categorias de termos. Por exemplo, em: (17)

Pedro fez uma festa, <Pedro, festa, fazer> a noção lexicalizada que preenche o espaço π é um verbo; e em: (18) *A festa de Pedro* <Pedro, festa, de> é uma preposição.

2.7.3 Relação Enunciativa

Na relação enunciativa, a relação predicativa construída na etapa anterior (organização linear dos termos num esquema de predicação) é a base sobre a qual irão se anexar as categorias de tempo, aspecto e modalidade. Na enunciação as noções são instanciadas pelo sujeito que leva em consideração, nesse processo de construção do enunciado e de seu valor, a situação enunciativa.

A situação enunciativa “[...] é definida por um conjunto de parâmetros que formam um pacote de relações entre o sujeito do enunciado S e o sujeito enunciator S₁, e um pacote de relações entre o momento ao qual se refere o enunciado T e o momento de enunciação T₁”. (CULIOLI, 1976, p. 93).

Segundo Vignaux (1995, p. 573), para validar a referência, o sujeito precisa ter em mente o sentido que pretende construir (trata-se de uma antecipação da ação do sujeito sobre o objeto), assim como precisa supor o que tem em mente seu co-enunciador (trata-se de uma antecipação da ação do sujeito sobre o outro); pois assim poderá (re)construir significados anteriores, presentes ou possíveis.

Nessa etapa de construção do enunciado se organizam os domínios nocionais. As noções dos sujeitos são reconstruídas na enunciação. A partir da ocorrência particular de uma noção (empírico) os coenunciadores reconstróem as próprias noções e reformulam, portanto, seus domínios nocionais.

Na relação enunciativa, a ocorrência da noção já está construída, o enunciado carrega consigo, portanto, os marcadores de modalidade, aspecto, determinação e diátese que foram anexados às noções e aos termos já organizados num esquema de léxis.

O enunciado emerge da articulação dessas três operações de construção do enunciado: a primitiva, a predicativa e a enunciativa.

2.8 Categorias gramaticais

2.8.1 Determinação

A determinação é uma categoria gramatical que depende da preponderância dos operadores Qnt e Qlt sobre as noções, assim como depende também da natureza do funcionamento nocional, se discreto, compacto ou denso. De acordo com a preponderância quantitativa/ qualitativa ou com sua equiponderância, pode ocorrer diferentes operações de determinação. São elas: localização, extração, flechagem e varredura, operações já abordadas anteriormente.

2.8.2 Modalidade

Por meio das operações modais o sujeito se marca no enunciado, assumindo seu dizer. Culioli (1976, p. 69-74) distingue quatro tipos de operações modais: a Modalidade 1, que compreende a asserção (afirmação/negação), a interrogação e a injunção; a Modalidade 2, que compreende o provável, o possível; a Modalidade 3, que é de ordem apreciativa e a Modalidade 4 que é de ordem intersubjetiva.

Na asserção, o enunciador tem diante de si dois valores p e p' e precisa optar por um deles. Ao se marcar enquanto sujeito, poderá enunciar: (19) *Pedro caiu ontem* (opção por p) ou (20) *Pedro não caiu ontem* (opção por p'). Na interrogação, o enunciador permite que o coenunciador se instaure também, enquanto sujeito da enunciação, já que é este que vai optar por p , p' ou por nenhum dos dois, como se observa em: (21) *Será que Pedro caiu ontem?*, (22) *Caiu!*, (23) *Eu não vi!* e (24) (silêncio como representação de uma ocorrência). Na injunção, temos duas possibilidades p , p' . No entanto, a opção é permanecer entre as duas possibilidades, como em: (25) *Talvez Pedro tenha caído ontem* (pode ser que sim, assim como, pode ser que não).

Na Modalidade 2, as ocorrências são construídas pelos sujeitos num espaço que vai de p a p' , passando pelo necessário, pelo possível, pelo certo, pelo provável, pelo frequente, pelo eventual. Para Culioli esse seria o espaço da *certeza enfraquecida*. Alguns exemplos ilustram essa operação modal: (26) *Parece muito que Pedro caiu ontem*, (28) *Certamente Pedro caiu ontem*, (29) *Pedro cai frequentemente* (portanto, é possível, é provável que Pedro tenha caído).

Na Modalidade 3, o enunciador se marca enquanto sujeito na enunciação ao instanciar uma ocorrência que possui um julgamento de natureza apreciativa. Essa apreciação é de ordem predominantemente qualitativa. É o que ocorre em (30) *Seria engraçado Pedro cair*, (31) *Eu acho normal Pedro cair*.

Na Modalidade 4 as ocorrências sugerem a natureza intersubjetiva que as constituíram. Isso implica considerar discursos anteriores e discursos possíveis entre os coenunciadores. Nessa modalidade inclui-se o desejo, o querer, a vontade, a permissão. As ocorrências (32) *Espero que Pedro caia* e (33) *Bem que Pedro poderia cair* são exemplares dessa modalidade.

É importante ressaltar aqui que poderá haver combinações entre essas quatro modalidades, especialmente quando estamos no campo do possível, do provável e da permissão.

2.8.3 Aspecto

Por meio das operações aspectuais, o enunciador pode construir ocorrências que representem processos acabados, inacabados ou pontuais. Marcadores no enunciado, tais como determinantes, artigos, advérbios etc. são os rastros dessas operações aspectuais.

[...] As operações aspectuais constituem operações de determinação de um predicado que se manifestam no processo enunciativo. São operações responsáveis por organizar os acontecimentos numa situação enunciativa, frente a referências espaço-temporais. Por meio das operações aspectuais, o enunciador indica como o “estado de coisas” expresso no enunciado se desenrola no tempo, podendo privilegiar ou não um ponto de referência temporal em relação ao momento da enunciação. (AGUILAR, 2007, p. 83).

2.9 Paráfrase/Famílias parafrásticas

Faremos nessa seção uma breve explanação de um texto mais contemporâneo que aborda a problemática da paráfrase: *A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação?*, de Catherine Fuchs (1985), segundo este o fenômeno parafrástico apesar de muito estudado em linguística apresenta muitas divergências em relação à própria concepção do fenômeno. Sendo assim, a autora propõe que se examine “as três principais fontes históricas de que se alimenta a reflexão linguística contemporânea em matéria de paráfrase: a perspectiva lógica da equivalência formal, depois a perspectiva gramatical da sinonímia e finalmente a perspectiva retórica da reformulação” (FUCHS, 1985, p. 129-130).

Na primeira perspectiva, a lógica, duas frases são equivalentes se possuem o mesmo “valor de verdade” e as proposições devem obedecer a certas regras para serem consideradas equivalentes, a identidade entre as proposições existe se ambas possuem o mesmo referente, é no que crê Chomsky, por exemplo. Segundo Fuchs (1985), mesmo os linguistas formais que recusavam o critério da identidade pelo “valor de verdade”, tratavam a paráfrase em termos de equivalência. Desse modo X é paráfrase de Y se ambas compartilham propriedades em

comum e assim poder-se-ia estabelecer famílias de enunciados, cujo parentesco entre os familiares, no entanto, seria apenas sintático. A natureza semântica dessas relações era colocada de lado desde que aparentemente as proposições possuíssem o “mesmo sentido”.

Entre a escola de Harris, que pretende estudar a paráfrase com base na constância lexical, isto é, trabalhando exclusivamente com variações de ordem sintática [...] e a corrente da semântica gerativa que investe na equivalência entre lexicalização e gramaticalização [...] toda uma série de posições intermediárias são possíveis, visando considerar a diversidade de construções sintáticas equivalentes de uma mesma unidade lexical (FUCHS, 1985, p. 130-131).

Em relação à perspectiva gramatical da sinonímia Fuchs (1985) tem a dizer que a reflexão sobre a sinonímia lexical é antiga e que desde a Antiguidade os gramáticos se perguntam se entre palavras e frases há uma verdadeira identidade de sentido ou somente uma proximidade semântica baseada em semelhanças e diferenças, tal abordagem se contenta com a ideia de que entre as unidades existe uma “identidade de sentido”. Tanto os clássicos quanto os semanticistas contemporâneos entendem que há sinonímia lexical entre frases se uma “ideia principal” se conserva em ambas. Seria algo como um núcleo semântico de base, haveria então entre as proposições um significado central imutável e significados secundários que são variáveis.

O fenômeno da sinonímia (entre palavras ou frases) repousa, em definitivo, sobre a possibilidade de pontos de vista diferentes, de conceptualizações múltiplas, a propósito de um mesmo referente: é a estabilidade do referente que autoriza postular um núcleo semântico comum, enquanto que a diversidade de pontos de vista sobre este referente dá origem às diferenças semânticas secundárias (FUCHS, 1985, p. 132).

O que a autora coloca em questão aqui, entretanto, é que essa identidade referencial não é suficiente para justificar a identidade sinonímica, já que podemos nos referir a um mesmo objeto ou estado de coisas de modo até mesmo contraditório. As expressões apontadas como tendo “o mesmo sentido” são apenas expressões comutáveis em determinadas situações, num determinado ponto o enunciador apaga as diferenças em prol das semelhanças. Todavia, se a situação for alterada, altera-se toda a perspectiva da relação e uma diferença irrelevante pode vir a se tornar o oposto completo. “O sujeito manifesta seu domínio das sutilezas da língua utilizando com conhecimento de causa uma formulação ou outra, conforme a situação” (FUCHS, 1985, p. 132), por isso temos a sensação que dadas expressões em dadas circunstâncias são mais apropriadas que outras.

As duas abordagens da paráfrase, em termos de equivalência formal ou de sinonímia semântica têm como ponto comum tratar a paráfrase como uma relação virtual na língua, e não como uma relação atualizada no discurso, ou

seja, como uma propriedade intrínseca de grupos de enunciados, abstração feita a toda consideração sobre a prática linguística concreta dos sujeitos (FUCHS, 1985, p. 133).

Segundo Fuchs (1985), adotar tais perspectivas em relação à problemática da paráfrase seria assumir que os enunciados possuem um sentido que deles emana e que este sentido se encontra estabilizado no sistema de língua. Esses enunciados seriam, portanto, sujeitos a uma fácil decodificação por meio dos falantes dessa língua. A mesma impressão teríamos acerca da paráfrase e, desse modo, entre os enunciados haveria uma relação estável, facilmente decodificável pelos sujeitos falantes.

Por fim, Fuchs (1985) aborda a paráfrase na perspectiva retórica da reformulação. Nessa perspectiva “o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto fonte sob a forma de um texto-secundo” (FUCHS, 1985, p. 133). Aqui estariam inclusas, portanto, as paráfrases ditas intra-língua e inter-línguas. Nessa perspectiva se inscrevem diversas abordagens enunciativas, discursivas e pragmáticas. A reformulação aqui mencionada leva em conta parâmetros relacionados ao locutor, a situação discursiva e ao contexto, por exemplo.

Desse modo, para que um texto possa ser reformulado é preciso que um sujeito efetue sobre ele um trabalho de interpretação. Ocorre que os sujeitos, ou até o mesmo sujeito, em momentos distintos, não percebe determinada situação sempre a mesma maneira e isso se reflete no trabalho de reconstrução. Assim, um texto reformulado é sempre um texto diferente. E isso se dá não apenas porque algumas expressões são intrinsecamente ambíguas, e sim porque todo e qualquer enunciado comporta uma tendência para jogar com os sentidos que são apreendidos apenas momentaneamente.

“[...] da identidade semântica impossível à alteridade manifesta, se estende um continuum sobre o qual os sujeitos estabelecem limites de tolerância variáveis. A paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação” (FUCHS, 1985, p. 134).

Para a TOPE seja a paráfrase referencial, linguística ou pragmática o linguista deve procurar entre os enunciados supostamente em relação parafrástica o que permite a passagem de um para outro, pois é disso que se trata a paráfrase da passagem progressiva da identidade/alteridade, do mesmo/outro, do igual/diferente. E assim, ingenuamente pensamos dizer de maneira diferente a mesma coisa, sem levarmos em questão em que medida X é idêntico/substitutivo/equivalente a Y.

[...] todo enunciado é um dentre outros, escolhido pelo enunciador no pacote dos enunciados equivalentes, ou seja, todo enunciado faz parte de uma família de transformadas parafrásticas; por outro, não existe enunciado que não seja modulado, em outras palavras, que não seja um fenômeno único – mas esse enunciado poderá suportar uma pluralidade de interpretações (CULIOLI, 1999a, p. 47).

CAPÍTULO III

MODOS DE CONSTRUÇÃO DO DOMÍNIO NOCIONAL DE MAL NECESSÁRIO

Nesse capítulo analisamos nove enunciados nos quais aparecem a expressão *mal necessário*. Os quatro primeiros enunciados foram compilados, ainda na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, nos arquivos textuais da versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo*, em 13 de julho de 2014, disponível em www.folha.uol.com.br. Os demais enunciados foram compilados em 07 de julho de 2016, do projeto *Corpus Brasileiro*, do grupo GELC, do Centro de Pesquisas, Recursos e Informação de Linguagem (CEPRIL), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (LAEL) da PUCSP, disponível em <http://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>. Essa seleção constitui nosso corpus de pesquisa.

(01) *Ser adulto cansa pra caramba, às vezes até eu desanimo, mas é um mal necessário e inevitável. Deixar que os filhos assumam a responsabilidade pelos seus atos é, inclusive, um grandessíssimo aprendizado;*

(02) *A cadeia não conserta ninguém, a função principal da cadeia é colocar medo nas pessoas de ir para lá. A cadeia é um mal necessário à civilização, pois inibe muitos crimes;*

(03) *Há quem diga que ter conta em banco é um mal necessário. Entretanto, é possível criar e manter um bom relacionamento com uma instituição financeira que poderá ser parceira importante ao longo de sua vida financeira;*

(04) *Muitos ainda acreditam que o "vestibular" é um "mal necessário". Mas ele é muito mais que isso: é parte do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade. E, como tal, deve ser enfrentado e superado.*

(05) *Será a cartilha de alfabetização um mal necessário, de fato?;*

(06) *Não gosto deste imposto, não é um imposto bom, mas é um mal necessário, neste momento, para o País. (sobre a CPMF);*

(07) *Não queremos entrar no mérito da questão das fundações privadas dentro das universidades públicas, mas na falta de perspectivas de mais verbas de impostos ou contribuições da União e dos Estados, elas estão se tornando quase um mal necessário;*

(08) *Para uns, o jornalista é um mal necessário, mas eu entendo ser o jornalista um bem necessário dos tempos modernos;*

(09) *Por outro lado, para que na sociedade haja gente de família, a prostituição passa a ser o perfeito mal necessário, uma vez que se concilia o incentivado treinamento sexual masculino pré-matrimonial com o fato de a moça chegar virgem ao casamento.*

No decorrer das análises decidimos, para estabelecer uma uniformidade no texto, usar diferentes tipografias. Assim, os termos da léxis aparecem grafados em *itálico*, os termos do enunciado em **negrito**, as marcas de operações em **negrito** e *itálico*, as glosas sublinhadas, as noções entre <barras angulares> e as nossas tentativas de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado entre {chaves}.

3.1 Noções construídas em relação ao tipo – domínio nocional fragmentado

(06) *Não gosto deste imposto, não é um imposto bom, mas é um mal necessário, neste momento, para o País.* (sobre a CPMF)

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado. As léxis obedecem à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. Essa ordenação obedece a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/alguém/ /gostar/ /imposto(CPMF)/}

λ_2 : {/imposto(CPMF)/ /ser/ /bom/}

λ_3 : {/imposto(CPMF)/ /ser/ /mal necessário/}

No enunciado que deriva da λ_1 , S1 valida o conteúdo da predicação ao inscrever-se como sujeito do enunciado. Temos, nesse enunciado uma modalidade mista: epistêmica e apreciativa, já que **deste** marca uma operação de quantificação que individualiza a noção <imposto>. O enunciado derivado da λ_2 está localizado em relação ao enunciado derivado da λ_1 e, assim, S1 assume, do mesmo modo, o conteúdo predicativo do enunciado construído a partir da λ_2 por meio de uma asserção negativa, **bom** marca uma operação de qualificação que recai sobre a noção <imposto> que é apreendida em oposição a ruim. Temos, portanto, também nesse enunciado, uma modalidade mista: epistêmica e apreciativa. Assim, o que S1 quer predicar, a partir do enunciado por meio das λ_1/λ_2 , é algo como: A CPMF é um imposto ruim, eu não gosto dela.

O enunciado que deriva da λ_3 inicia-se com a inserção da marca **mas**. Nesse enunciado, o **mas** é um apoio na construção de um contraste entre as noções instanciadas pelo sujeito por meio do assertado nos enunciados derivados das λ_1/λ_2 e o que é assertado por esse mesmo sujeito no enunciado que deriva da λ_3 .

No enunciado construído a partir da λ_3 , **mal necessário** é duplamente quantificado espaço-temporalmente pelos termos **neste momento** e **para o país**. *Um* é marcador dessa dupla operação de quantificação. Temos aqui um funcionamento nocional discreto, a noção é organizada em relação ao tipo porque a noção foi individualizada, CPMF foi construída por S1 como uma ocorrência representativa de **mal necessário**, é P.

Assim, nesse enunciado, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1, parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura na classe de ocorrências), passa pelo exterior, e graças às operações de quantificação predominantes (funcionamento nocional discreto), a noção é individualizada e identificada em relação a P, estabilizando-se, portanto, no interior do domínio nocional de **mal necessário**.

Outro aspecto relevante acerca desse enunciado, é que podemos separar dois momentos enunciativos diferentes, T1 (um tempo anterior a T2) de T2 (o tempo atual da enunciação). Nos enunciados derivados das λ_1/λ_2 , os verbos são empregados no tempo presente: **gosto** (no enunciado derivado da λ_1), é (no enunciado derivado da λ_2). No entanto, os processos de *gostar* e *ser*, instanciados por S1, referem-se a processos que se iniciaram em algum momento no passado e que ainda não cessaram. É S1 quem constrói dois pontos diferentes. No enunciado derivado da λ_3 , **momento** é quantificado, *neste* marca essa operação de determinação que recai sobre a noção <imposto>, individualizando a porção de momento à qual S1 se refere, localizando-a em relação ao tempo presente ou tempo atual da enunciação, diferenciando-a ao mesmo tempo da porção de momento à qual se referia nos enunciados construídos a partir das λ_1/λ_2 . Assim, o construído em relação às λ_1/λ_2 tem relação de anterioridade (T1), em relação ao construído a partir da λ_3 (T2), que é o tempo atual da enunciação. Em T1, o sujeito predica sobre a CPMF, mas ainda não decidiu se ela é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, o sujeito a identifica como uma ocorrência representativa de P.

(02) *A cadeia não conserta ninguém, a função principal da cadeia é colocar medo nas pessoas de ir para lá. A cadeia é um mal necessário à civilização, pois inibe muitos crimes.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado. As léxis obedecem à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. Essa ordenação obedece a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes

(animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/cadeia/ /consertar/ /ninguém/}

λ_2 : {/cadeia/ /colocar/ /medo/}

λ_3 : {/cadeia/ /ser/ /mal necessário/}

λ_4 : {/cadeia/ /inibir/ /crimes/}

Os enunciados derivados das λ_1/λ_2 tem valor de asserção estrita, já que S1 por meio de uma modalidade epistêmica (modalidade 1) e também de uma modalidade apreciativa (modalidade 3) valida o conteúdo predicativo.

No enunciado construído a partir da λ_3 , há uma operação de quantificação. A marca *à civilização* fragmenta o domínio nocional de **mal necessário**, individualizando a noção. Assim, S1 delimita a extensão do domínio nocional de **mal necessário**, quando se marca linguisticamente. *Um* também marca uma operação de extração, que recai sobre a noção <mal necessário>. O domínio nocional de **mal necessário** está organizado, portanto em relação a um tipo.

O enunciado construído a partir da λ_4 é iniciado pelo que a gramática chama de conjunção explicativa cujo papel seria introduzir uma oração coordenada. O que ocorre é que S1 resolve reforçar o assertado no enunciado derivado da λ_3 , e constrói o enunciado que deriva da λ_4 , no qual predica a respeito do enunciado construído a partir da λ_3 . No enunciado que deriva da λ_4 , S1, por meio de uma modalidade apreciativa, faz um julgamento de valor, com base em suas experiências de mundo, capaz de explicar porque, para ele, cadeia é uma ocorrência representativa de **mal necessário**, porque ela **inibe muitos crimes**, e esse argumento encerra a relação causal iniciada pela marca *pois*.

Elaboramos uma possível glosa para o enunciado, na tentativa de elucidar nossa análise: A cadeia é um mal necessário à civilização, pois embora ela não conserte ninguém, ela inibe muitos crimes porque as pessoas têm medo de ir para lá.

Assim, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1 parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura na classe de ocorrências), passa pelo exterior, e, graças às operações de quantificação predominantes (funcionamento nocional

discreto), a noção é individualizada e identificada em relação a P, estabilizando-se, portanto no interior do domínio nocional de **mal necessário**.

Há, nesse enunciado, um valor temporal de anterioridade em relação ao tempo atual da enunciação. Tendo em vista que nos enunciados que derivam das λ_1/λ_2 , a relação predicativa validada tem valor de pré-constructo, porque projeta ações iniciadas em algum ponto no passado. Esse tempo deve ser tido como um tempo anterior ao tempo atual da enunciação. Assim, chamaremos a esse tempo de T1. Já o enunciado assertado por meio das λ_3/λ_4 refere-se ao tempo atual da enunciação, um tempo portanto posterior a T1, que chamaremos de T2. Em T1, o sujeito predica sobre cadeia, mas ainda não decidiu se ela é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já, em T2, o sujeito a identifica como uma ocorrência representativa de P.

(04) *Muitos ainda acreditam que o "vestibular" é um "mal necessário". Mas ele é muito mais que isso: é parte do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade. E, como tal, deve ser enfrentado e superado.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado obedecendo à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/vestibular/ /ser/ /mal necessário/}

λ_2 : {/vestibular/ /ser/ /mal necessário/}

λ_3 : {/vestibular/ /ser/ /mecanismo perverso/}

λ_4 : {/vestibular/ /ser/ /enfrentado-superado/}

No nível enunciativo, no enunciado derivado da λ_1 , S1, o sujeito enunciador instaura S2, o sujeito do enunciado **muitos**. Temos aqui uma modalidade epistêmica, na qual S1 distancia-se da validação do predicado graças à inserção de S2. Nesse enunciado, temos também uma modalidade apreciativa de S2 sobre o conteúdo predicado. Desse modo, é S2 quem valida a noção <vestibular ser mal necessário>. As marcas aspectuais **ainda** e o verbo acreditar no presente do indicativo **acreditam** indicam que esse processo de acreditar ao qual se refere o enunciado iniciou-se no passado e ainda não foi finalizado.

A noção < muitos > é apreendida por S1 em oposição à < poucos >. Desse modo, no enunciado, **muitos** representa a maioria, a maior parte. Uma glosa possível do enunciado seria: Para a maioria das pessoas o vestibular continua a ser um mal necessário. **Vestibular** aparece determinado graças a uma operação de extração operada pela marca *o*. No entanto, trata-se aqui de uma falsa extração da noção. Assim, **vestibular** é apreendido com um valor genérico, referindo-se a todo e qualquer vestibular. De acordo com Campos, “as expressões nominais definidas ou indefinidas, podem em determinados contextos, ter valor “genérico”, isto é, referir não uma ocorrência específica mas a classe de todas as ocorrências de uma determinada noção” (CAMPOS, p.166).

O termo **mal necessário**, ao contrário, refere-se a uma ocorrência específica, a um exemplar da noção. *Um* é a marca dessa operação de quantificação que recai sobre **mal necessário** que está localizado em relação ao termo **vestibular**. Assim, para S2, vestibular é uma ocorrência representativa de **mal necessário**, um exemplar de P. A noção aqui está construída em relação a um tipo, sendo seu funcionamento nocional, portanto discreto.

No enunciado construído a partir da λ_2 , S1, partindo da estabilidade nocional provisória garantida por S2, no enunciado derivado da λ_1 , inicia um processo de desestabilização da noção < mal necessário > por meio da inserção da marca *mas*. Assim S1, no enunciado derivado da λ_2 , dá início a uma predicação que tende a eliminar, descartar, a noção construída na λ_1 < vestibular ser mal necessário >.

O que S1 predica, no enunciado construído a partir da λ_2 , é vestibular ser muito mais que mal necessário, **muito mais** marca uma operação qualitativa que recai sobre a noção < vestibular >, capaz de jogar a noção, < vestibular ser mal necessário >, construída no enunciado derivado da λ_1 , para uma região de fronteira, já que **vestibular** ainda é uma ocorrência representativa de **mal necessário** e **muito mais que isso**. No entanto, a essa noção foi acrescentada uma propriedade que faz de vestibular algo que vai muito além de **mal necessário**. Se criarmos uma glosa para λ_2 , teríamos algo como: O vestibular é um mal necessário, assim como muitas outras coisas além disso.

O enunciado derivado da λ_3 encontra-se localizado com relação ao enunciado derivado da λ_2 . A marca *mas* auxilia na construção de uma relação de diferenciação entre a noção apreendida por meio do enunciado derivado da λ_1 , < vestibular ser mal necessário >, em oposição às noções apreendidas por meio dos enunciados que derivam das λ_2/λ_3 , < vestibular ser além de mal necessário > e < vestibular ser parte de mecanismo perverso >. Temos, no

enunciado derivado da λ_1 , o domínio nocional de **mal necessário** organizado em relação ao tipo, enquanto que o enunciado construído a partir da λ_3 , **é parte do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade** representa, ao menos em parte, o algo a mais predicado pelo enunciado que deriva da λ_2 . No enunciado construído a partir da λ_3 , o termo **vestibular** aparece quantificado, *parte* é marca dessa operação; ao mesmo tempo em que é qualificado pelas marcas *do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade*. O funcionamento nocional aqui é, portanto, denso. Já que “com relação ao denso, teremos em geral ocorrências quantificadas de forma indeterminada com o auxílio de classificadores que funcionem de forma discreta, com equiponderância entre Qnt e Qlt” (ZAVAGLIA, 2016, p.121). A noção permanece, assim, até o momento numa região fronteira entre P e P’.

O enunciado construído por meio da λ_4 , **E, como tal, deve ser enfrentado e superado**, está predicado em relação a todos os enunciados anteriores, construídos a partir das $\lambda_1/\lambda_2/\lambda_3$. *Como tal* marca uma operação de flechagem que recupera a noção <vestibular> que já havia sido apreendida como **mal necessário** (enunciado derivado da λ_1), como mais que **mal necessário** (enunciado derivado da λ_2) e como parte de **mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade** (enunciado derivado da λ_3). No enunciado construído a partir da λ_4 , há uma modalidade do tipo 2. *Deve* marca linguisticamente esse valor epistêmico de possibilidade, de probabilidade. Há, ainda, uma modalidade apreciativa acerca do conteúdo predicativo instaurado por S1.

No enunciado que deriva da λ_4 , a marca *e* coordena os enunciados derivados das $\lambda_1/\lambda_2/\lambda_3$ em relação ao enunciado construído, por S1, a partir da λ_4 . No nosso enunciado, o *e* é um marcador linguístico que introduz um novo argumento (vestibular *dever ser enfrentado-superado*), só que agora um argumento diferente dos predicados anteriormente, o que irá inverter totalmente o sentido da argumentação. As marcas modais *dever ser* e aspectuais *enfrentado/superado* (particípio) junto às noções <enfrentar-superar>, apreendidas em relação ao tipo, são suficientes para compreendermos que o que é predicado no enunciado construído a partir da λ_4 é algo como: O vestibular deve ser atacado/combatido até desaparecer/deixar de existir.

Assim, nesse enunciado, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1 parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura na classe de ocorrências), estabilizando-se no exterior do domínio nocional de **mal necessário**, graças a uma operação de diferenciação entre as noções <vestibular ser mal necessário> e <vestibular

não dever existir>. Assim, **vestibular**, para S1, não é uma ocorrência representativa de **mal necessário**, porque, para S1, **vestibular** simplesmente deve desaparecer/deixar de existir, ou seja, é algo como totalmente desnecessário (P'), e, portanto, bem distinto de **mal necessário** (P).

Também há, nesse enunciado, uma repartição temporal. O enunciado que deriva da λ_1 tem valor temporal de anterioridade em relação aos demais, pois S1 assume por meio da predicação que outros (S2) assumem que **vestibular** é **mal necessário** e as marcas aspectuais *ainda* e *acreditam* (presente do indicativo) indicam que o processo de acreditar iniciou-se em algum ponto no passado. Esse espaço temporal (T1) é, portanto, anterior ao tempo atual da enunciação, tempo ao qual se referem os enunciados construídos a partir das $\lambda_2/\lambda_3/\lambda_4$ (T2). Em T1, o sujeito predica sobre **vestibular**, mas ainda não decidiu se ele é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, o sujeito continua a pregar sobre **vestibular** ser ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário** até finalmente identificá-lo como uma ocorrência representativa de P'.

(08) *Para uns, o jornalista é um mal necessário, mas eu entendo ser o jornalista um bem necessário dos tempos modernos.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado obedecendo à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/jornalista/ /ser/ /mal necessário/}

λ_2 : {/jornalista/ /ser/ /bem necessário/}

No enunciado construído a partir da λ_1 , temos uma modalidade epistêmica em que o sujeito enunciador (S1) valida o conteúdo predicativo, recuperando um preconstructo <jornalista ser mal necessário> que equivale a predicções efetuadas por sujeitos outros (S2), em tempos outros. Para Culioli, todo enunciado pressupõe um diálogo. Nesse enunciado, no entanto, esse diálogo aparece marcado linguisticamente pela marca *para uns*. A predicação já é iniciada indicando que terá de ser retomada para que se estabilize, pois se há o predicado por uns, há também o predicado por outros. A noção <mal necessário> está aqui construída em relação ao tipo. *Um* marca a operação de quantificação que incide sobre a noção,

individualizando-a. Assim, **para uns** jornalista é uma ocorrência representativa de **mal necessário**.

Uma glosa do enunciado seria: Para alguns, não se pode determinar quantos, se muitos ou não, o jornalista é um mal necessário, no entanto, há, um outro grupo, o grupo dos outros em oposição aos uns...

A partir do enunciado que deriva da λ_2 , o sujeito se marca linguisticamente por meio do pronome de 1ª pessoa (*eu*) e da desinência verbal *-o* do verbo entender (*entendo*), assumindo o conteúdo proposicional da asserção por meio de modalidades de natureza epistêmica e apreciativa. O sujeito enunciador é também o sujeito do enunciado (S1). Então, ao instanciar: **mas eu entendo ser o jornalista um bem necessário dos tempos modernos**, S1 inscreve-se no grupo dos outros, graças a uma operação de diferenciação entre as noções <mal necessário> e <bem necessário>, S1 não identifica jornalista como mal necessário (P), ao contrário, compreende jornalista como uma ocorrência representativa de bem necessário (P'). *Um* marca uma operação de quantificação que recai sobre a noção <bem necessário> individualizando-a.

O **mas** que inicia o enunciado derivado da λ_2 funciona como uma conjunção que estrutura a argumentação iniciada por **para uns**, pois, S1 pretende construir uma noção de contraste entre os termos do enunciado derivados das λ_1/λ_2 . A partir do **mas**, a noção é apreendida numa direção oposta. Há, ainda, uma modulação efetuada por S1, que restringe a noção <jornalista ser bem necessário> ao tempo “atual”, o tempo da enunciação. **Dos tempos modernos** instaura inclusive uma possibilidade significativa, pode ser que o sujeito enunciador nos tempos idos pertencesse à classe dos uns, dos que têm **jornalista** como **mal necessário**. O que se pode afirmar, no entanto, é que quando o sujeito instancia **dos tempos modernos**, o recorte temporal que essa marca efetua (operação de quantificação), inscreve ao menos no tempo atual o sujeito, no grupo dos outros, dos que entendem que o **jornalista** não é um **mal necessário**.

Assim, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1 parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura na classe de ocorrências), passa pelo exterior, e, graças às operações de quantificação predominantes (funcionamento nocional discreto), a noção é individualizada e identificada em relação a P', estabilizando-se, portanto no exterior do domínio nocional de **mal necessário**. Como em: O jornalista não é um mal necessário, e, embora, alguns acreditem que sim, eu penso que ele é necessário e bom.

Há, nesse enunciado, ainda, uma repartição temporal. O enunciado construído a partir da λ_1 tem valor temporal de anterioridade em relação ao enunciado derivado da λ_2 pois S1 assume por meio da predicação que outros (S2) assumem que jornalista é **mal necessário**, o que o sujeito faz é retomar predicções construídas por outros sujeitos em um espaço-tempo anterior (T1) ao predicado pelo sujeito no enunciado construído a partir da λ_2 , o tempo atual da enunciação, tempo em que o sujeito constrói sua própria noção de **jornalista** (T2). Em T1, o sujeito predica sobre **jornalista**, mas ainda não decidiu se ele é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, o sujeito o identifica como uma ocorrência representativa de P'. Tem gente que acha que o jornalista é um mal necessário, já eu acredito que, ao menos atualmente, ele é essencial e bom.

3.2 Noções construídas em relação ao atrator – domínio nocional não-fragmentado

(09) *Por outro lado, para que na sociedade haja gente de família, a prostituição passa a ser o perfeito mal necessário, uma vez que se concilia o incentivado treinamento sexual masculino pré-matrimonial com o fato de a moça chegar virgem ao casamento.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado obedecendo à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/sociedade/ /haver/ /gente de família/}

λ_2 : {/prostituição/ /ser/ /mal necessário/}

λ_3 : {/alguém/ /conciliar/ /treinamento sexual masculino pré-matrimonial-virgindade feminina pré-matrimonial/}

No enunciado derivado da λ_1 , S1, logo no início, insere os marcadores **para que** que estabelecem uma noção semântica de condição. A forma aspectual do verbo haver auxilia na construção dessa noção semântica. As noções <sociedade> e <gente de família> aparecem apreendidas em relação ao tipo. **Na** marca uma operação de quantificação (extração) que recai sobre a noção <sociedade>. Assim, para S1 **gente de família** representa uma das coisas que deve haver no que tipicamente chamamos de **sociedade**, no entanto existem condições **para que** exista **gente de família** na **sociedade**. S1 valida o conteúdo predicativo do enunciado que deriva da λ_1 por meio de uma modalidade epistêmica (asserção estrita).

É a partir dessa perspectiva, instaurada por essa primeira predicção, que S1 inicia o processo de desambiguação do enunciado. A partir do enunciado derivado da λ_2 , S1 enuncia: **a prostituição passa a ser o perfeito mal necessário**. Há uma operação de quantificação, uma falsa extração da noção <prostituição> por meio do determinante **a**, o que atribui um valor genérico à **prostituição**. **Mal necessário** aparece no enunciado antecedido pelos marcadores **o** e **perfeito** que marcam uma modalidade apreciativa e a identificação se dá apenas com relação ao próprio predicado (atrator), como em: a prostituição tornou-se um belo exemplar de mal necessário. O funcionamento nocional é, portanto, compacto, o domínio nocional não se fragmenta porque nenhuma localização espaço-temporal do processo é efetuada. O que o marcador **perfeito** faz é qualificar a noção <mal necessário> em relação à própria noção de perfeição, que pode ser entendida como: “perfeição 1- o mais alto nível numa escala de valores” (HOUAISS, 2008, p. 2186). Assim, para S1 **prostituição passa a ser o perfeito mal necessário**, o mal necessário mais mal necessário de todos.

No enunciado construído a partir da λ_3 , S1 continua a validar o conteúdo da predicção e instaura, por meio da escolha da marca **uma vez que**, uma relação de causalidade entre os enunciados construídos por meio das λ_1/λ_2 e o enunciado construído a partir da léxis em questão.

Da forma como S1 constrói o enunciado, essa causalidade se fecha já que o sujeito assume como bastante conflitantes as noções <treinamento sexual masculino pré-matrimonial> e <virgindade feminina pré-matrimonial>, esse conflito instanciado seria então a causa cuja consequência é S1 enunciar que a **prostituição** passou a ser **o perfeito mal necessário**.

Assim, uma possível glosa para o enunciado seria: Como o homem precisa treinar bastante o ato sexual antes do casamento, enquanto que a moça precisa manter-se virgem até o casamento, o único jeito é recorrer à prostituta. Por isso, digo que a prostituição torna-se um verdadeiríssimo mal necessário, senão na sociedade não haverá gente de família!

Nesse enunciado, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1 parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura pelos graus de mal necessário), passando pelo exterior, e, graças às operações de qualificação predominantes (funcionamento nocional compacto), a noção é estabilizada em relação a P, identificando-se em relação ao próprio predicado e desembocando no seu mais alto grau (noção atraída para o centro organizador da noção). Como em: Para haver gente de família na sociedade, a

prostituição é um mal necessário imprescindível, já que os homens precisam treinar o ato sexual, enquanto, as mulheres devem casar-se virgens.

Por meio da marca *por outro lado*, que introduz toda a asserção assumida pelo sujeito, quando este constrói o enunciado a partir das $\lambda_1/\lambda_2/\lambda_3$, é possível inferirmos uma repartição temporal. S1 já construiu num tempo anterior, que chamaremos de T1, algo a partir da noção <prostituição ser mal necessário>; e o que assume nos enunciados construídos a partir das $\lambda_1/\lambda_2/\lambda_3$ é construído num tempo, portanto, posterior a T1, o tempo atual da enunciação, T2. O construído por S1 a partir da λ_3 tem também valor de anterioridade em relação ao que foi construído a partir das λ_1/λ_2 . Em T1, o sujeito predica sobre **prostituição**, mas ainda não decidiu se ela é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, S1 a partir do enunciado derivado da λ_3 , predica sobre porque **prostituição** pode ou não ser uma ocorrência representativa de **mal necessário** a identificando finalmente a partir do assertado nos enunciados construídos por meio das λ_1/λ_2 como uma verdadeiríssima ocorrência representativa de P. Como em: os homens devem fazer muito sexo antes do casamento, as mulheres não. Sendo assim, só resta a prostituta como mal necessário ideal para preservar as famílias de bem.

(01) *Ser adulto cansa pra caramba, às vezes até eu desanimado, mas é um mal necessário e inevitável. Deixar que os filhos assumam a responsabilidade pelos seus atos é, inclusive, um grandessíssimo aprendizado.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado que obedecem à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/ser adulto/ /cansar-desanimado/ /alguém/}

λ_2 : {/ser adulto/ /ser/ /mal necessário-inevitável/}

λ_3 : {/ser adulto/ /ser/ /aprendizado/}

Ao construir o enunciado a partir da λ_1 , S1 recupera um pré-construído **ser adulto cansa pra caramba** (modalidade epistêmica), seguida de uma modalidade apreciativa **às vezes até eu desanimado**, assumindo que a vida de adulto é cansativa/desanimadora. O sujeito é, nesse caso, também o sujeito gramatical, pois as marcas *eu* (pronomes pessoais) e a

desinência *-o* do verbo desanimar marcam uma operação de determinação que nos permite identificar o sujeito enunciador ao sujeito do enunciado. Uma glosa para a λ_1 seria: A vida de adulto é muito cansativa chega a me desanimar.

O enunciado construído a partir da λ_2 inicia-se com a inserção da marca *mas* introduzida pelo sujeito para estruturar a argumentação. S1 coloca em relação os enunciados derivados das λ_1/λ_2 , instaurando noções semânticas contrapostas <vida de adulto cansar-desanimar> *versus* <vida de adulto ser mal necessário-inevitável>, o que encerra a transitividade iniciada por *mas*. Se a predicação aqui se encerrasse, teríamos para **mal necessário** uma noção organizada em relação ao tipo, atraída para o interior do domínio nocional e **ser adulto** ser **mal necessário** seria o caso.

Ocorre que, por meio do enunciado construído por S1, a partir da λ_3 , inicia-se uma nova predicação localizada de forma mais frouxa, já que não há a presença de marcadores, só o ponto final e a retomada da predicação, mas ainda assim, localizada em relação às predicações anteriores (predicações derivadas das λ_1/λ_2). A sequência **deixar que os filhos assumam a responsabilidade pelos seus atos** marca uma operação de flechagem em relação à noção <ser adulto> apreendida no enunciado derivado da λ_1 . Assim, S1 inscreve que responsabilizar-se pelos próprios atos é uma das propriedades da noção <ser adulto >. Assim para S1, no enunciado derivado da λ_3 , ser adulto é, **inclusive, um grandessíssimo aprendizado.**

O sujeito insere no enunciado, derivado da λ_3 , a preposição *inclusive* que marca uma operação de quantificação sobre a noção <aprendizado>, localizando-a em relação à noção <ser adulto >. Assim, S1 extrai da noção <ser adulto> um aspecto positivo que é obter **aprendizado**. Já **aprendizado** aparece qualificado. O adjetivo *grandessíssimo* marca essa operação de qualificação que recai sobre a noção <aprendizado>, localizando-a em relação ao atrator no seu mais alto grau. Desse modo, para S1, **ser adulto** é também obter **aprendizado**, não qualquer aprendizado, mas um aprendizado grandioso. Há, então, aspectos bem positivos, construídos por S1, relacionados à **ser adulto**.

Os enunciados, derivados das $\lambda_1/\lambda_2/\lambda_3$, predicam algo como: Ser adulto é ruim porque é cansativo e desanimador, mas necessário e inevitável, porque também é um aprendizado grandioso. O que S1 faz é construir um enunciado no qual assume que **ser adulto** é ocorrência representativa de **mal necessário**, ao mesmo tempo em que questiona a medida dessa maldade de **mal necessário**. Ser adulto é cansativo e desanimador, eu assumo, porém, será

que é tão mal assim? A responsabilidade que assumimos quando adultos contribui grandemente para nosso crescimento. Assim, **ser adulto** é uma ocorrência representativa de **mal necessário** (P), mas as propriedades pertinentes à **mal necessário** foram alteradas graças à construção do enunciado que deriva da λ_3 que instancia um bem que acaba por enfraquecer a maldade instanciada por meio dos enunciados derivados das λ_1/λ_2 .

S1 parte do interior do domínio nocional de **mal necessário**, percorre os espaços (operação de varredura), passa pelo exterior, mas não chega a estabilizar-se em relação a P ou P', ficando a noção localizada numa região fronteira entre P e P'.

Importante observar ainda em relação ao enunciado que há um recorte temporal, pois os valores instanciados por S1, por meio dos enunciados derivados das λ_1/λ_2 , tem valor de pré-constructo (T1). Enquanto que os valores instanciados, por meio do enunciado derivado da λ_3 , referem-se ao tempo atual da enunciação (T2). T1 refere-se, portanto, a um tempo anterior a T2. Em T1, o sujeito predica sobre **ser adulto**, mas ainda não decidiu se **ser adulto** é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, o sujeito assume que **ser adulto** é uma ocorrência instável de **mal necessário** porque a maldade foi amenizada.

(07) Não queremos entrar no mérito da questão das fundações privadas dentro das universidades públicas, mas na falta de perspectivas de mais verbas de impostos ou contribuições da União e dos Estados, elas estão se tornando quase um mal necessário.

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado que obedecem à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/alguém/ /querer-entrar/ /no mérito da questão das fundações privadas dentro das universidades públicas/}

λ_2 : {/fundações privadas dentro das universidades públicas/ /tornar/ /mal necessário/}

No plano enunciativo é possível recuperar o sujeito do enunciado (nós) por meio da desinência verbal do verbo querer. O sujeito do enunciado identifica-se, portanto, com o sujeito enunciador. S1 inicia a predicação sobre as **fundações privadas dentro das universidades públicas**, assumindo o conteúdo da predicação que poderia ser glosado da seguinte maneira: O que falaremos a respeito das fundações privadas dentro das universidades

públicas é apenas que tendo em vista que não há perspectivas de investimentos por parte do poder público (...). Note que até esse momento a noção <fundações privadas dentro das universidades públicas> ainda não foi qualificada nem quantificada. É somente a partir da predicação que se segue que a noção caminha em direção a uma estabilidade.

S1, constrói um enunciado a partir da λ_2 , e, assim, valida o conteúdo predicativo (modalidade epistêmica) de **elas estão se tornando quase um mal necessário**. Podemos dizer que *elas* marca uma operação de localização (flechagem) em relação às **fundações privadas dentro das universidades públicas**.

Estão se tornando indica um evento em curso que configuraria um aspecto progressivo. Posposto a essa sequência, temos **quase** na função de advérbio, o *quase* marca uma operação de qualificação que recai sobre a noção <mal necessário>, ao mesmo tempo em que, *um* individualiza (quantifica) **mal necessário** e subjacente à escolha de **quase** há uma modalidade de natureza apreciativa. Desse modo, a noção <mal necessário>, nesse enunciado, aparece organizada em relação ao atrator, elas logo se tornarão um mal necessário, porque as operações de qualificação são as predominantes. O **quase** e a modalidade apreciativa jogam **mal necessário** para uma região fronteira mais próxima do interior do domínio nocional de **mal necessário**, como em: elas estão à beira de se transformarem num mal necessário. O funcionamento nocional nesse caso é o denso, pois a noção é quantificada e qualificada ao mesmo tempo, mas são as operações de qualificação as preponderantes.

As **fundações privadas dentro das universidades públicas**, a partir de algum momento, passam a possuir progressivamente propriedades cada vez mais pertinentes a noção <mal necessário> o que faz delas **quase um mal necessário**.

S1 parte do interior do domínio nocional de **mal necessário**, percorre os espaços (operação de varredura nos graus da noção), passa pelo exterior, mas não chega a estabilizar-se em relação a P ou P', ficando a noção localizada numa região fronteira bem mais próxima do interior (P) em relação ao exterior (P'). Já que não há perspectivas de investimentos nas universidades públicas, as fundações privadas dentro destas, estão no limiar de se tornarem um mal necessário.

Conforme Culioli (1999), o tempo deve ser assimilado como uma sucessão de instantes passíveis de serem representados por pontos. A partir da estrutura **estão se tornando**, construída por S1, podemos recuperar dois pontos que representam momentos

diferentes. T1 seria o primeiro ponto no qual a ocorrência representativa da noção não existia até certo momento, até a construção do segundo ponto T2. Em T1 a noção foi instanciada, mas não foi apreendida em relação a P ou P'. Já a partir de um determinado ponto, um novo ponto é construído T2 (o tempo atual da enunciação), um tempo posterior a T1, porque, em T2 uma predicação a respeito da noção é efetivamente construída. Em T1, o sujeito instancia: **fundações privadas dentro das universidades públicas**, mas nada predica acerca delas, sendo assim, ainda não decidiu se **fundações privadas dentro das universidades públicas** são ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, o sujeito assume que **fundações privadas dentro das universidades públicas** é uma ocorrência instável de **mal necessário** já que estas estão no limiar de se tornarem ocorrências representativas de **mal necessário**, mas ainda não são uma ocorrência representativa de P.

(03) *Há quem diga que ter conta em banco é um mal necessário. Entretanto, é possível criar e manter um bom relacionamento com uma instituição financeira que poderá ser parceira importante ao longo de sua vida financeira.*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado que obedece à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

λ_1 : {/conta em banco/ /ser/ / mal necessário/}

λ_2 : {/relacionamento com instituição financeira/ / poder ser/ /bom-importante/}

A partir do enunciado derivado da λ_1 , S1 enuncia por meio de S2, um sujeito existente, mas que não foi determinado por S1. Para S2, ainda que não se possa determinar quantos ou quais, **conta em banco é um mal necessário**. S1, por meio de uma modalidade epistêmica, recupera o que foi assertado por S2, assim assumindo o conteúdo da asserção como válido. Essa noção recuperada por S1 equivale a um pré-constructo. Como em: Existem pessoas que costumam dizer que ter conta bancária é um mal necessário.

O enunciado construído a partir da λ_2 inicia-se com a escolha da conjunção **entretanto** para dar início à construção de um contraste que irá se estabelecer entre o que foi assertado por S2 no enunciado derivado da λ_1 e o que ainda será construído por S1 a partir da λ_2 . Esse contraste se dá, no entanto, não graças à escolha da marca **entretanto**, mas graças ao

conteúdo da asserção assumida por S2, recuperado por S1, quando constrói o enunciado que deriva da λ_1 . Nesse enunciado, o domínio nocional de **mal necessário** está organizado em relação ao tipo. E, em oposição a esse enunciado, está o enunciado construído por S1 por meio da λ_2 , no qual S1 assume por meio de uma modalidade do tipo 2, *é possível* marca essa operação, e, de uma modalidade apreciativa sobre o conteúdo da asserção **criar e manter um bom relacionamento com uma instituição financeira que poderá ser parceira importante ao longo de sua vida financeira** que ter um **relacionamento com uma instituição financeira** pode ser bom e importante.

São essas noções contrapostas <conta em banco ser mal necessário> *versus* <conta em banco poder ser bom-importante> que fecham a transitividade principiada pela preposição **entretanto**, que marca uma operação de localização entre as λ_1 e λ_2 . Tem gente que diz que conta bancária é um mal necessário, entretanto, é possível ter uma relação positiva de parceria com o banco. Na λ_2 , S1 reavalia a noção construída por S2, apresentada no enunciado derivado da λ_1 , e reconstrói essa noção <conta em banco ser mal necessário>, no enunciado construído a partir da λ_2 , acrescentando a essa noção propriedades positivas à noção <ter conta em banco>.

No enunciado que deriva da λ_1 , S1 coloca que: há pessoas que acreditam que ter conta em banco é mal necessário. Embora o sujeito enunciador enuncie isso, não assume explicitamente nem implicitamente se compartilha a noção instaurada pelo sujeito do enunciado, mas também não nega o conteúdo da asserção assumida por S2 **ter conta em banco é um mal necessário**. O que S1 faz a seguir, no enunciado derivado da λ_2 , é optar por iniciá-la com a preposição **entretanto**, e, apesar de inconsciente, essa escolha não é aleatória, pois o que pretende o sujeito enunciador é marcar explicitamente esse contraste, entre seu julgamento de valor acerca da noção <ter conta em banco poder ser bom-importante> em oposição à noção <ter conta em banco ser mal necessário>.

Assim, S1 assume que outros assumem que conta em banco é uma ocorrência representativa de mal necessário (enunciado construído a partir da λ_1), e em seguida assume que conta em banco pode ser bom e importante (enunciado construído a partir da λ_2). Essa predicação derivada da λ_2 está localizada em relação à λ_1 , e como a λ_2 está modalizada pela possibilidade, há também a hipótese, remota, mas ainda uma hipótese, de S1 inscrever-se no grupo dos que dizem que ter conta em banco é mal necessário (enunciado construído a partir

da $\lambda 1$). Desse modo S1, quase joga a noção <conta em banco > para fora do domínio nocional de **mal necessário**.

Nesse caso, na construção do domínio nocional de **mal necessário**, S1 parte do interior do domínio, percorre os espaços (operação de varredura), passa pelo exterior, sem, no entanto estabilizar-se em relação a P ou P' permanecendo na fronteira, numa zona mais próxima ao exterior já que o valor construído a partir da $\lambda 2$ aproxima a noção <conta em banco> de um valor centralizado em relação a P', pois é provável que conta em banco não seja uma ocorrência representativa de mal necessário. É possível fazer do banco um companheiro fiel ao longo da vida financeira, assim, ninguém dirá que ter conta em banco é mal necessário.

Há, também, nesse enunciado, uma predicação que se dá num tempo anterior ao tempo atual da enunciação. Pois o enunciado derivado da $\lambda 1$ recupera um pré construído que representa predicções construídas por sujeitos num tempo anterior (T1) ao construído pelo sujeito no enunciado derivado da $\lambda 2$, o tempo atual da enunciação (T2). Em T1 o sujeito predica sobre conta em banco, mas ainda não decidiu se ela é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, assume que conta em banco é uma ocorrência instável de **mal necessário**, porque pode ser mal necessário (P) ou pode ser bom-vantajoso (P').

(05) *Será a cartilha de alfabetização um mal necessário, de fato?*

Resultado da nossa tentativa de reconstrução das léxis que deram origem ao enunciado que obedecem à seguinte ordenação: </termo de partida/ /relator/ /termo de chegada/>. As léxis obedecem a uma orientação primitiva (Relação Primitiva) que é determinada pela combinação entre as propriedades das noções envolvidas, já que essas noções são compatíveis com uma ordem, conforme suas propriedades inerentes (animado/inanimado, determinado/indeterminado, único/múltiplo, interior/exterior, processo/estado etc.).

$\lambda 1$: {/cartilha de alfabetização/ /ser/ /mal necessário/}

No enunciado derivado da $\lambda 1$, **mal necessário** está quantificado, o determinante *um* marca essa operação de extração de ocorrência da noção. O funcionamento nocional de mal necessário é discreto e cartilha de alfabetização seria então uma noção representativa de mal necessário (P). A expressão *de fato* marca uma operação de qualificação que recai sobre a

noção <cartilha de alfabetização ser mal necessário>. *De fato* funciona como uma locução adverbial de modo e seu valor seria equivalente ao do advérbio realmente.

No entanto, S1 não valida o conteúdo da predicação **será a cartilha de alfabetização um mal necessário, de fato?**, porque se instaura no enunciado ao mesmo tempo uma modalidade epistêmica e intersujeitos, já que S1 constrói um valor interrogativo, assumindo, linguisticamente não ter condições de validar a predicação. Como em: A cartilha de alfabetização é mesmo um mal necessário?. Por meio da interrogação, S1 antecipa o espaço enunciativo do co-enunciador, esperando que este valide a relação predicativa. A interrogação é, aqui, portanto, construída com recurso a outrem sobre um preconstructo predicativo.

S1 parte do interior do domínio nocional de mal necessário, percorre os espaços (operação de varredura), passa pelo exterior, mas não chega a estabilizar-se em relação a P ou P', ficando a noção localizada numa região fronteira entre P e P', essa fronteira guarda uma potencialidade de abertura na qual um último ponto ou ocorrência poderá ser construído. Como em: será que realmente a cartilha de alfabetização é um mal necessário?

Dito isso, as opções seriam as seguintes: o co-enunciador poderá assumir o conteúdo da asserção e desse modo **cartilha de alfabetização** seria uma ocorrência representativa de P, o co-enunciador poderá não validar o conteúdo da predicação e, desse modo, **cartilha de alfabetização** seria uma ocorrência representativa de P' ou, finalmente, o co-enunciador pode construir valores fronteiros.

Assim, podemos, aqui, também separar dois momentos enunciativos, um anterior ao outro. T1, em que S1 questiona se realmente a **cartilha de alfabetização** é um **mal necessário**, antecipando o espaço enunciativo do co-enunciador, deixando que este localize a noção em relação ao domínio nocional. E, T2, momento que ainda será construído pelo co-enunciador. Em T1, o sujeito predica sobre **cartilha de alfabetização**, mas ainda não decidiu se ela é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**. Já em T2, S1 espera que o co-enunciador decida se cartilha de alfabetização é ou não uma ocorrência representativa de **mal necessário**.

Decidimos, portanto, aproveitarmos esse espaço vazio deixado por S1, para simularmos possíveis diálogos com a finalidade de ilustrarmos escolhas enunciativas que poderiam ter sido efetuadas pelo co-enunciador (que chamaremos de S2). Essas hipóteses

enunciativas, no entanto, são ínfimas amostras, pois essas possibilidades enunciativas são infundáveis. Assim, diante da interrogação enunciada por S1, S2 poderia construir;

S1: *Será a cartilha de alfabetização um mal necessário, de fato?*

S2:

- a) *Sim, porque é difícil alfabetizar sem o apoio da cartilha.* (estabilização em relação a P, **cartilha de alfabetização** é uma ocorrência representativa de **mal necessário**).
- b) *Não, porque há muitos outros recursos didáticos que podem auxiliar no processo de alfabetização.* (estabilização em relação a P', **cartilha de alfabetização** não é uma ocorrência representativa de **mal necessário**).
- c) *Talvez seja, já que é um material de apoio interessante. Ou não, porque limita o professor.* (o valor referencial é de injunção, talvez **cartilha de alfabetização** seja uma ocorrência representativa de **mal necessário**, talvez **cartilha de alfabetização** não seja uma ocorrência representativa de **mal necessário**).
- d) *Pode ser ou não. Depende, de quais cartilhas de alfabetização estamos falando.* (o valor permanece instável, numa fronteira entre P e P').
- e) *Sem dúvida nenhuma é!* (estabilização em relação ao centro atrator de P, **cartilha de alfabetização** é uma verdadeira ocorrência representativa de **mal necessário**).
- f) *Já pensei muito a respeito e a verdade é que não faço a mínima ideia.* (valor fronteiroço, o co-enunciador não localiza a noção em relação a P, tampouco em relação a P').
- g) *Com certeza não é, cada professor deve empregar a metodologia que julgar mais adequada no momento e não ficar seguindo uma cartilha.* (estabilização em relação ao centro atrator de P', **cartilha de alfabetização** verdadeiramente não é uma ocorrência representativa de **mal necessário**). Já que o exterior do domínio também é centrado, e, pertence a ele tudo que não é verdadeiramente P.
- h) *O que você acha?* (S2 constrói novamente um valor interrogativo assumindo linguisticamente não ter condições de validar a predicação e por meio da

interrogação S2 reconduz a validação da predicação ao co-enunciador S1 esperando que este valide a relação predicativa).

Para representar (converter representações mentais em linguísticas) o sujeito precisa construir um predicado. Isso, porém, implica construir um domínio nocional. A noção privilegiada será o ponto de partida em relação ao qual se organizará todo o domínio nocional, o que garantirá a existência do domínio e do predicado. O domínio nocional é construído para que em dado momento possamos relacionar determinada noção a uma palavra ou sequência textual. Na TOPE esse centro é chamado de centro atrator, polo de referência, ou centro organizador da noção. O centro atrator da noção pode organizar-se de duas maneiras: ou como tipo ou como atrator. Ambos os centros atuam como reguladores no ajustamento intersubjetivo.

Nos enunciados (06), (02), (04) e (08) temos ocorrências da noção mal necessário apreendidas em relação ao tipo, ou seja, elas possuem ou não as propriedades pertinentes à mal necessário. Cada uma dessas ocorrências, graças a um duplo processo de identificação/diferenciação, representa uma ocorrência de uma classe de ocorrências. Nessas quatro ocorrências, mal necessário corresponde à figura do oximoro. Mal necessário está construído de modo que representa algo essencialmente contraditório. Desse modo, na ocorrência (06), imposto é mal necessário, assim como em (02) cadeia é mal necessário. Enquanto que na ocorrência (04), vestibular não é mal necessário e na (08) jornalista não é mal necessário. No domínio nocional de mal necessário, portanto, as ocorrências (06) e (02) pertencem ao interior do domínio; já as ocorrências (04) e (08) estão localizadas no exterior do domínio.

Nos enunciados (09), (01), (07), (03) e (05) temos ocorrências da noção mal necessário apreendidas em relação ao atrator. Nesses casos, não ocorreu a fragmentação da noção, nem do domínio nocional e a noção ficou localizada em relação a ela mesma. A referência é, então, o próprio predicado. Nesses casos, o que houve foi a construção de um gradiente. Nessas ocorrências, o atrator determina em qual medida cada ocorrência é exemplar de mal necessário. Na ocorrência (09), prostituição é o perfeito mal necessário. Essa ocorrência foi atraída, portanto, para o centro organizador da noção no seu mais alto grau. Na ocorrência (01), ser adulto é e não é mal necessário. Essa ocorrência fica, então, localizada na fronteira do domínio nocional. Na ocorrência (07), fundações privadas dentro das universidades públicas são quase um mal necessário. Essa ocorrência está, portanto,

localizada na fronteira, mas mais próxima do centro atrator. Na ocorrência (03), conta em banco é e não é mal necessário. Essa ocorrência fica, então, localizada na fronteira do domínio nocional. Finalmente, na ocorrência (05), não se sabe se cartilha de alfabetização é ou não mal necessário. Essa ocorrência fica, então, localizada na fronteira do domínio nocional, fronteira essa que guarda uma potencialidade de abertura, já que um último ponto ainda pode ser construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retórica clássica de modo geral compreende o oximoro como uma figura capaz de unir elementos antagônicos em uma mesma expressão. Beristáin (*apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015) acredita que o sentido do paradoxo provém da natureza paradoxal de todas as coisas. Tal figura retórica para Santana e Figueiredo (2015), por exemplo, quando empregada intensifica a ambiguidade criada pelo paradoxo. Para estes as figura retóricas seriam capazes de criar efeitos argumentativos. Aristóteles (*apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015) acreditava que o paradoxo pretende ocultar uma incoerência, a argumentação seria falsa. Para Abreu (2008) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) o paradoxo construído com o auxílio de figuras retóricas provocam uma maior adesão do auditório, não porque se apresentam argumentos falaciosos, mas porque a proposição é construída de modo que contrarie o senso comum. Para Fiorin esse estranhamento tornaria o sentido mais verdadeiro. Para Gonçalves (2006) o oximoro é metafórico, assim não aspira revelar a verdade e sim o sentimento ambíguo de quem o produz. Ferreira (2004) ao analisar Pessoa conclui que os paradoxos instaurados por sua poesia representam contradições que convivem pacificamente. Para Jakobson (2007) o oximoro é perfeito para representar a totalidade dialética do mundo, a verdade é paradoxal porque o mundo possui naturalmente essa forma. Petrarca é tido como o poeta do conflito das paixões já que opõe tragicamente as aspirações humanas. Bruno (*apud* LEMOS, 2011) também acreditava numa ontologia do homem contraditório derivada de um princípio de contrariedade que afeta todas as coisas. Montevergi (*apud* LEMOS, 2011) e Tasso (*apud* LEMOS, 2011) não acreditavam numa harmonia totalizante capaz de agrupar a multiplicidade do mundo. A poesia de Tasso e a música de Montevergi buscava polarizar, colocar em evidência os radicais contrastes, os afetos extremados, já que não é possível harmonia. Para Bruno, (*apud* LEMOS, 2011), no entanto, só há concórdia porque há discórdia, estando a perfeição associada à unidade, ao equilíbrio.

Nos enunciados (06) e (02) observamos como as noções <imposto> e <cadeia> são construídas como ocorrências representativas de mal necessário, assim como observamos nos enunciados (04) e (08) as noções <vestibular> e <jornalista> serem construídas como ocorrências não representativas de mal necessário. Em comum, essas construções, têm mal necessário construído como algo essencialmente paradoxal e assim, normalmente,

entendemos essa expressão. Para os sujeitos enunciadores, imposto e cadeia compartilham dessa natureza paradoxal, por isso os equiparam à mal necessário.

Para Petrarca, Tasso ou Montevergi, por exemplo, nessas construções o oxímoro mal necessário evidenciaria uma polarização de ideias que embora conflitantes estão condenadas a conviverem. Representariam uma ambivalência incapaz de ser superada, por que assim é o homem e o mundo: paradoxal, conflituoso. E se não há como harmonizar essa totalidade resta destacar os contrastes e a figura oximórica cumpriria esse papel.

Em (04) e (08) vestibular e jornalista para os sujeitos enunciadores não compartilham da natureza paradoxal de mal necessário. Assumem mal necessário como algo que em essência é ambivalente, mas não acreditam que vestibular e jornalista o seja. Para isso negam o conflito que mal necessário instauraria no enunciado. Em (04) o mal é evidenciado, enquanto a necessidade é negada e em (08) a necessidade é reafirmada enquanto a maldade é negada. Para esses enunciadores mal necessário representa o litígio entre as partes que o constitui e por isso entendem <vestibular> e <jornalista> como ocorrências não representativas de mal necessário. A figura oximórica aqui evidenciaria a ausência do conflito, vem dizer que há sim no mundo, no homem e nas coisas um desacordo, mas esse não seria o caso de vestibular e jornalista.

Em (09) <prostituição> aparece construída como um perfeito mal necessário, tanto a maldade como a necessidade são evidenciadas, já que mal necessário é identificado com a noção de perfeição. Para o enunciador <prostituição> é um verdadeiro exemplar de algo contraditório, tanto que parece haver um equilíbrio, não graças à superação da contradição mas porque se assume prostituição como algo tão naturalmente conflituoso que não haveria conflito; o que há é um todo que não se combina e que também não se separa, o verdadeiro-falso, o sim-não, categoria citada por Barthes (*apud* D'ONOFRIO, 1978). A concórdia aqui provém justamente da discórdia, que segundo Bruno (*apud* LEMOS, 2011), é condição necessária para a concórdia. Mal necessário representaria nesse enunciado o todo ontologicamente incoerente.

Em (01) e (03) há uma tendência do sujeito enunciador em buscar superar a contradição supostamente instaurada por mal necessário, assim <ser adulto> é construído como mal necessário, mas o é só em determinado grau. O sujeito enunciador instaura também no enunciado propriedades bem positivas da noção ser adulto, o que afasta ser adulto de uma noção que é em si essencialmente contraditória. Em relação ao enunciado (07) há também

uma busca do sujeito enunciador em se superar a contradição que mal necessário instauraria, as <fundações privadas dentro das universidades públicas> são identificadas como quase ambivalentes, mas ainda não o são, elas estão em processo de tornar-se, mas esse processo ainda não foi finalizado. Assim a contradição ainda não existe, mas há uma possibilidade real de instalar-se.

Mas, afinal, mal necessário é um oximoro? A retórica diria que sim, isso porque a expressão aglutina dois elementos opostos do ponto de vista semântico e que, além disso, é capaz de auxiliar na estruturação do paradoxo. Tal figura seria empregada para revelar a natureza paradoxal de algo ou para negá-la. Aristóteles (*apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015) assim descreveu a retórica: como técnica de produção de discursos persuasivos. Como técnica ou arte poética o oximoro viria para cumprir sua finalidade de persuadir, convencer, comover por meio de sua capacidade de instaurar um paradoxo. Desse modo, a expressão oximórica mal necessário seria capaz de recobrir qualquer referente ambivalente, lembrando que retóricos e poetas lançavam mão dessas figuras sempre que pretendiam evidenciar ou negar a contradição presente em algo. Assim, sempre que um oximoro remetesse a algo, esse algo também compartilharia sua natureza essencialmente contraditória.

Assim essa expressão seria capaz de a tudo referir-se, já que embora alguns apontassem que o oximoro revela uma polarização que não pode ser superada e outros acreditem que a contradição é superada graças à ideia de que a vida, o mundo e todas as coisas são paradoxais. Superado ou não o paradoxo estaria sempre presente. Nesse sentido qualquer coisa, poderia ser mal e necessário ao mesmo tempo. Assim uma desgraça poderia ser indispensável, um prejuízo vantajoso, já que o mundo possui esse caráter essencialmente dialético e mal necessário apenas refletiria isso.

Ocorre que em qualquer das ocorrências analisadas o emprego da expressão mal necessário não é suficiente para garantir a estruturação do paradoxo. O paradoxo é construído e desconstruído graças ao trabalho do sujeito enunciador que ao construir um domínio nocional elege um valor como ponto de partida a partir do qual irá posicionar-se, e no centro desse valor, fora ou próximo.

Os argumentos que sustentam ou não o paradoxo são os mesmos que sustentam o valor de mal necessário nos enunciados. A capacidade de mal necessário para referir algo como sendo algo contraditório depende não só do que Aristóteles (*apud* SANTANA; FIGUEIREDO, 2015) chamava de “elocução”, passagem do conceitual ao linguístico, mas

também da seleção de “provas”, argumentos apresentados ou calados e da “disposição”, do encadeamento das partes do discurso. Usando os protocolos da TOPE observamos que uma ocorrência estabilizada de algo ou alguém ser um mal necessário seguida de uma nova construção, uma parafra­sa­gem dessa representação, primeiro o sujeito inicia um trabalho de desestabilização da ocorrência, para só então estabilizá-la novamente em um ponto. Cada vez que se predica algo a respeito o valor move-se para um ponto diferente. Para Culioli esse movimento representa a permanente busca do sujeito enunciad­or pelo ajuste intersubjetivo, e isso se dá, conforme ocorre em todos os enunciados avaliados, em função da variação espaço-temporal entre T1 e T2.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, C. B. S. **Operações enunciativas e valores referenciais**: estudo da marca apesar de. 2007. 205 f. Tese de doutorado, Araraquara: Unesp, 2007.
- BIASOTTO-HOLMO, M. **Para uma abordagem enunciativa no ensino de língua estrangeira**: paráfrase e atividade epilinguística. 2008. 126 f. Dissertação de Mestrado, Araraquara: Unesp, 2008.
- _____. A construção da significação a partir de uma visão enunciativa. In: PRIA, A. D.; MORALIS, E. G.; CARDOSO-CARVALHO, V. F.; CARVALHO, G. A. (Orgs.). **Linguagem e línguas**: invariância e variação. Campinas: Pontes Editores, p. 91-100, 2014.
- CULIOLI, A. **Transcription du séminaire de D.E.A. 1975-1976**. Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1976.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990.
- _____. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999a.
- CUMPRI, M. L. **Sobre o conceito de noção**: a visão enunciativa do signo linguístico. n. 11, p. 01-16, 2010.
- _____. **Para uma linguística da enunciação**: Antoine Culioli e a teoria das operações predicativas e enunciativas, p. 51-61, 2010a.
- D'ONOFRIO, S. **Poema e Narrativa**: Estruturas. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- FERREIRA, L. M. S. **O oximoro perfeito**. João Pessoa: Grafhos, v. 6, p. 153-158, 2004.
- FRANCKEL, J-J. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. **Aspectos da teoria de Antoine Culioli**. (traduzido por: Daniel Costa da Silva), Porto Alegre: Organon, n. 40/41, jan./dez., p. 257-272, 2006.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação?. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 8, p. 129-134, 1985.
- _____. **As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica**. (traduzido por: Letícia M. Rezende). São Paulo: Alfa, v. 29, p. 111-129, 1985.
- _____. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. **Revista DRLAV**, n. 30, p. 45-53, 1984.
- GONÇALVES, A. **Ambiguidade e oximoro**: símbolos do universo e do mistério em Fernando Pessoa. Santos: Unisanta/Unimonte, p. 304-313, 2006.

GROUSSIÉ, M. L. On Antoine Culioli's theory of enunciative operations. In: **Língua**, n. 110, p. 157-182, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAKOBSON, R. Os oximoros dialéticos de Fernando Pessoa. In: **Linguística, poética, cinema**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JORENTE, J. "Imprecisões lexicais": da noção em construção à noção construída. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. (Orgs.). **Linguagem e Línguas Naturais**: Clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 141-161, 2009.

LEMONS, M. S. Madrigali Guerriere et Amorosi: o livro oximoro de Claudio Montevergi. **Revista Terceira Margem**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 25, p. 149-170, jul/dez, 2011.

NORMAND, C. A teoria de Antoine Culioli: uma poética. **Revista Letras de Hoje**. (traduzido por: Leci Borges Barbisan). Porto Alegre: PUC-RS, v. 44, n. 1, p. 09-11, 2009.

PRIA, A. D. **Para um redimensionamento do estudo do "adjetivo"**: os processos enunciativos de variação semântica de "falso". Tese de doutorado, Araraquara: Unesp, 2009.

_____. A especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem. **Revista Signo**. Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 38, n. 64, p. 50-65, 2013.

_____. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. In: **Linguagem, escrita e tecnologia**. Campinas: Pontes Editores, p. 37-50, 2013a.

REZENDE, L. M. **Léxico e Gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. Tese de livre docência, Araraquara: Unesp, 2000.

_____. Atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. **Revista do GEL**. S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 95-108, 2008.

_____. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M. (Orgs.). **Linguagem e Línguas Naturais**: Clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 13-42, 2009.

_____. Contribuições da teoria das operações predicativas e enunciativas para o ensino de língua. São Carlos. **Conferência de abertura da Jornada de Estudos Culiolianos** realizada em 26 e 27 de outubro de 2009 na UFSCar, 2009a.

_____. Variação e invariância na teoria das operações predicativas e enunciativas. In: PRIA, A. D.; MORALIS, E. G.; CARDOSO-CARVALHO, V. F.; CARVALHO, G. A. (Orgs.). **Linguagem e línguas**: invariância e variação. Campinas: Pontes Editores, p. 81-90, 2014.

SANTANA, S. C.; FIGUEIREDO, M. F. A constituição do paradoxo e seus efeitos retóricos. **Revista do GELNE**. Natal. v. 17, p. 235-252, 2015.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'oeuvre d' Antoine Culioli. In: **Langues et langage - problèmes et raisonnement en linguistique**: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaires de France, p. 565-582, 1995.

ZAVAGLIA, A. **Pequena introdução à teoria das operações enunciativas**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.